



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE MUSEOLOGIA

AFONSO SOARES CARNEIRO

**PARQUE NACIONAL EM BRASÍLIA:  
UM ESTUDO DOS TRÂNSITOS ENTRE PAISAGEM E PATRIMÔNIO**

Brasília, DF  
2021

AFONSO SOARES CARNEIRO

**PARQUE NACIONAL EM BRASÍLIA:  
UM ESTUDO DOS TRÂNSITOS ENTRE PAISAGEM E PATRIMÔNIO**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF  
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC289p Carneiro, Afonso Soares  
Parque Nacional em Brasília: um estudo dos trânsitos entre paisagem e patrimônio / Afonso Soares Carneiro; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. -- Brasília, 2021.  
168 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Parque Nacional de Brasília. 2. Paisagem Cultural. 3. Patrimônio. 4. Brasília. 5. Unidade de Conservação. I. de Abreu Gomes, Ana Lúcia, orient. II. Título.



## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Parque Nacional em Brasília: um Estudo dos Trânsitos entre Paisagem e Patrimônio

**Aluno:** Afonso Soares Carneiro

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

### **Banca Examinadora:**

Aprovada por:

**Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em História Cultural - UnB**

**José Luiz de Andrade Franco - Membro**

**Professor da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutor em História - UnB**

**Elizângela Carrijo - Membro**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em Comunicação - UnB**

**Luciana Magalhães Portela - Suplente**

**Professora da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em Antropologia - UnB**

Em 28/10/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 04/11/2021, às 07:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elizângela Carrijo, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/11/2021, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/11/2021, às 07:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz de Andrade Franco, Professor(a) de Magistério Superior do Instituto de Ciências Humanas**, em 11/11/2021, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7321628** e o código CRC **F0BE7D19**.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato solene.

Quem o faz - como eu agora o faço – recupera-se pelos legados que reconhece como tendo sido essenciais a uma jornada que se completa, uma meta que se atinge. Ensinaamentos, proximidades e referências com os quais prosseguimos.

Pelo que me deram de referenciais de amor e liberdade, agradeço primariamente aos meus pais:

À minha mãe, Maria de Lourdes, que soube sempre, amorosamente, sabiamente, ter paciência e aguardar se tornar possível algo que amadurecia em mim, no tempo que fosse necessário – tempo meu e tempo do mundo.

Ao meu pai, Dr. Aloysio (*in memoriam*), que me apontou para um existir despojado, e me ensinou a amar a vida em suas manifestações, compartilhando com elas a alegria que vem do interesse por todas as suas singularidades.

A eles, meus amados pais, toda a minha gratidão, em dimensão transgeracional.

Aos que, como meus progenitores, me suportaram e estão, como eles, nos fundamentos referenciais para os caminhos do viver e do saber, os professores, dedico especiais palavras de agradecimento.

Como seria extensa esta lista, escolho dirigir meus agradecimentos mais sinceros e verdadeiros a Prof.<sup>a</sup> Ana Abreu, minha orientadora neste trabalho, pela exemplaridade da sua dedicação ao ofício, e pela solidariedade que entre nós se estabeleceu, desde o primeiro a este último ato, do meu ingresso à conclusão deste curso de Museologia. Distingo em sua contribuição inestimável à superação de todas as minhas apreensões, dificuldades, ceticismos, a personificação que nela reconheço do exercício devotado a este “sacerdócio” – por tanto, todo meu respeito e gratidão.

Na pessoa dela, encontro motivos também para homenagear e transmitir meus profundos agradecimentos a todo o corpo docente do curso de Museologia, por todas as orientações, trocas e facilitações que me foram tão gentilmente proporcionadas. Em especial aos que exerceram durante minha estadia na FCI o cargo de coordenadores do curso, a quem soube muito apelar para ver atendidas as minhas necessidades, nem sempre muito regulares, para realização do curso.

Neste âmbito também devo recordar de registrar também todo o reconhecimento ao corpo de funcionários da secretaria do Curso de Museologia e da FCI, que realizam o obsequioso trabalho de nos proporcionar o que de mais necessário se faz para o ordenamento e a consequente realização de nossos propósitos - que de outra forma tenderiam a ficar no mundo das abstrações em que operamos. Em especial, meu afetuoso agradecimento a querida Thais Rocha, pela sua eficiência e comprometimento com estas lides sustentadoras de nossa jornada. Na pessoa dela espero ver todos que, como ela, sustentam institucionalmente a Faculdade de Ciências da Informação e a Universidade de Brasília com seu labor, cientificados da minha gratidão.

À Universidade de Brasília, pelo “campus” intelectual onde encontrei o horizonte mais profícuo e estimulador de minhas inquietudes e elaborações, remeto minha gratidão por ter podido desenvolver-me em seu espaço cosmopolita e acolhedor.

Aos colegas de exercício profissional, na Superintendência de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, outro espaço de acolhimento e interações de grande qualidade, em muito âmbitos, agradeço todas as contribuições, veladas e reveladas. Em especial, agradecendo na pessoa deles a todos os demais, ao Vladimir Puntel e ao Flávio Santos, que contribuíram decisivamente para a conclusão desta jornada.

Aos professores, entre todos que contribuíram com a conformação em que chego para apresentar este estudo, especialmente o Dr. Sérgio Jatobá e Dr. José Luiz Franco, cujo suporte e contribuições foram também decisivos para os ajustes teóricos a que pude chegar.

Ao historiador Elias Manuel, do Arquivo Público do Distrito Federal, não só pelo que me pôde proporcionar de orientações e estímulos, mas pelo que é reconhecível em seu fazer obreiro em favor da memória desta inspiradora cidade, capital experiência que nos comporta.

Aos que se dedicam, de várias maneiras, comprometidamente, à existência e à permanência desta insubstituível Unidade de Conservação do Cerrado no Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília, meus agradecimentos ulteriores, de cidadão brasiliense. Lembrando de reportar-me àqueles de quem pude obter inestimáveis contribuições, de diversas ordens, para execução deste estudo: aos pesquisadores Dr. Wilson Carlos Vieira Jr. e Dra. Christiane Horowitz, pela solicitude e riqueza de suas contribuições. A Diretora do Parna de Brasília, Juliana Barros, expresse para além de minha compartilhada satisfação de poder realizar este trabalho em favor do parque, a gratidão pela sua prontidão e determinação em me proporcionar os meios ao seu alcance para o melhor aproveitamento possível desta experiência acadêmica e vivencial.

À minha amada companheira Susana, pelos nossos encontros e reencontros nesta vida, que, significativamente e, divertidamente, atuaram para que este propósito retornasse e chegasse a bom termo.

Aos meus amados filhos, Pablo e Ravi, por todos os desafios que me foram apresentados pelas suas existências, e pela amizade que, me unindo a vocês, me remete ao mundo que nos desafia, tanto quanto nos acena com os benefícios desse existir amigo.

À Pacha Mama, matriz generosa desta experiência.

À Deus pai, todo poderoso, criador dos céus e da terra, por tudo que me proporciona e permite viver, e por onde encontro razões inabaláveis para dedicar a ELE este amor “sobre todas as coisas”.

## RESUMO

O urbanismo de Brasília estabelece ligações simbólico-imagéticas com o seu entorno a partir da integração da paisagem como elemento distintivo de seu conceito de urbanidade. Nosso objeto de estudo é o Parque Nacional de Brasília, Unidade de Conservação de Proteção Integral implantada em área peri-urbana. Ela protege uma representativa parcela do Bioma que define o espaço territorial do Distrito Federal: o Cerrado. Criado em 1961, o PNB mantém, em todos aspectos de sua existência, uma indissociabilidade ambiental e territorial com a Capital Federal. Nosso trabalho estuda aspectos da simbologia construída no processo de implantação da capital no Planalto Central, com a adoção do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa. Trata-se de reconhecer vínculos culturais, manifestados na paisagem, entre o Parque Nacional e o patrimônio tombado do conjunto arquitetônico-urbanístico de Brasília. A partir disso, propõe abordagens museológicas. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e a análise documental. Os resultados indicam a existência de aspectos favoráveis para implantação de tais abordagens, e de certas condições próprias ao *ethos* da Unidade de Conservação a serem superadas. Haverá, assim, benefícios tanto para o Parque Nacional de Brasília como para o contexto cultural e ambiental do Distrito Federal na adoção de abordagens como essa em seu Plano de Manejo.

**Palavras-chave:** Parque Nacional de Brasília. Paisagem Cultural. Patrimônio. Brasília. Unidade de Conservação.



## ABSTRACT

Brasilia's urbanism establishes symbolic-imagetic links with its surroundings through the landscape integration, a distinctive element in its urban concept. The subject of this study is the Brasilia National Park, a Conservation Unit for Integral Protection implemented on a peri-urban area. This Unit protects a representative portion of the Biome that defines the territorial space of the Federal District: the « Cerrado » (*savanna*). The Park was created in 1961 and, since then, maintain, in all its aspects, an inextricable connection with the city, both at ambiental and territorial level. Our research focus on the simbolic aspects created by the process of transferring the Capital City from Rio de Janeiro to the Central Plateau (« Planalto Central »), with the adoption of Lucio Costa's « Plano Piloto » (Pilot Plan). We have made an effort to recognize the cultural links (as they appear in the landscape) between the National Park and the Heritage Site that comprises the arquitectonical and urbanistic complex of Brasilia. Based on that, we propose some museologic approaches. As methodology, we have adoted a bibliographical revision and documentary analysis. The results suggest favorable aspects of our approach, and also some inherent conditions to the Unity's *ethos* that should be overcome. Thus, we could have benefits to the Brasilia National Park and also to the cultural and ambiental environment of the Federal District in its Management Plan.

**Keywords:** Brasília National Park. Cultural Landscape. Natural and Cultural Heritage. Brasilia. Conservation Unity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Localização do Parque Nacional de Brasília .....	72
Figura 2: Fazenda Bananal, localização da sede do Convênio Florestal .....	74
Figura 3: Cinco melhores sítios para localização da nova Capital Federal .....	75
Figura 4: Idem anterior - detalhe da localização do sítio castanho.....	75
<i>Figura 5:</i> Localização do DF em relação a área de ocorrência do Cerrado .....	76
Figura 6: Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal .....	109

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- Ciam** – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna  
**EUA** – Estados Unidos da América do Norte  
**Funatura** – Fundação Pró-Natureza  
**FBCN** – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
**Ibama** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**Icom** – Conselho Internacional de Museus  
**ICMbio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**IBDF** – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
**Iphan** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**Iseb** – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
**IUCN** – União Internacional para Conservação da Natureza  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**Novacap** – Companhia Urbanizadora da Nova Capital  
**MNRJ** – Museu Nacional do Rio de Janeiro  
**PNB ou Parna de Brasília** – Parque Nacional de Brasília  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**Sema** – Secretaria do Meio Ambiente  
**Snuc** – Sistema Nacional de Unidade de Conservação  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UnB** – Universidade de Brasília  
**UC** – Unidade de Conservação  
**Unesco** – Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Brasília e a questão sócio-espacial em uma perspectiva ambiental .....	13
--	----

### CAPÍTULO 1

O urbanismo de Brasília – das utopias do século XX às distopias do mundo contemporâneo .....	24
1.1 Brasília – a cidade síntese e a formulação imagética de uma paisagem urbana	24
1.2 A tradução da tradição e a construção de novos “horizontes culturais” do país - um plano, um poema, uma cidade.....	27
1.3 Um marco simbólico – um projeto afirmativo e distintivo para o Brasil.....	31
1.4 Os Ciam's, a carta de Atenas e a utopia modernista: as cidades como um novo termo de ajuste social territorial .....	40
1.5 Brasília: as escalas e a conformação espacial de um partido simbólico-identitário no contexto de sua permanência .....	49
1.6 A Paisagem – sua gênese e sua correspondência simbólica.....	54
1.7 A simbologia da paisagem na construção de uma imagem-patrimônio.....	57
1.8 Nas dobras da paisagem modernista, uma utopia socio-espacial se pronuncia.....	62

### CAPÍTULO 2

O Parque Nacional de Brasília – um parque na cidade-parque.....	66
2.1 Um parque de quê?.....	67
2.2 A fundamentação e a evolução dos conceitos de Unidades de Conservação no contexto da formação do ideário ambiental no Brasil.....	80
2.3 Para além da “Água Mineral”, uma Unidade de Conservação.....	98

### CAPÍTULO 3

Os debates em torno do Plano de Manejo e as práticas conservacionistas no Parque Nacional de Brasília – do <i>ethos</i> à ética de uma Unidade de Conservação.....	121
3.1 Olhando para os lados e parando pra pensar.....	126
3.2 Que espécie de <i>Homo Sapiens</i> nós somos? Andando ereto sobre dois pés no Parque Nacional de Brasília.....	137
3.3 E quem a onça não comeu, ficou vivo pra contar a história.....	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	164
------------------	-----

## Introdução - Brasília e a questão sócio-espacial em uma perspectiva ambiental

*Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças, estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte e ao sul, vastas campinas para criações de gado, pedra em abundância para toda sorte de edifícios, madeiras de construção para todo o necessário, e minas riquíssimas de toda qualidade de metais.... Hipólito José da Costa, jornalista, Londres, 1813*

Brasília, capital do Brasil.

Antevista em manifestos anteriores - do século XVIII, o mais progressivamente datado, de autoria do Marquês de Pombal – tornou-se obra do século XX, o século dos modernos e das modernidades.

Em um país de economia e população predominantemente rural até a década de 50 do século XX<sup>1</sup>, de extensões continentais, a construção da nova capital veio, simbolicamente, como resposta ao anseio por vencer o “fantástico” desafio de alcançar e integrar a uma só dimensão nacional os distintos centros de povoamento que de norte a sul, leste a oeste das vastidões que pertenciam aos seus rudes sertões, a quem a modernidade viria redimir de suas inextinguíveis mazelas. Sertões que, para além das áreas costeiras, eram objeto de fabulosas construções imaginárias desde as mais regressas proposições exploratórias e integradoras, inscritas no imaginário patriótico coletivo - o “gigante adormecido”, deitado no berço esplêndido das suas inesgotáveis fontes de recursos naturais.

Descritas assim, no imaginário, estas fontes tão fabulosas quanto inesgotáveis a se explorar, compunham no discurso desenvolvimentista do pós-guerra o repertório da supremacia do engenho humano no domínio sem obstáculos, sem qualquer zelo

---

<sup>1</sup> De acordo com a tabela de censo demográfico por situação de domicílio do IBGE, a população brasileira passou, de 18.782.891(36,16%) pessoas em domicílios urbanos e 33.161.506 (64,84%) pessoas em domicílios rurais, em 1950, para 32.004.817 (45,18%) em domicílios urbanos e 38.987.526 (54,92%) pessoas em domicílios rurais, em 1960. Apesar do sentido forte de inversão desta relação, confirmado nas décadas seguintes, até o início da década de 60 mais da metade dos brasileiros ainda viviam em zonas rurais. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288> - acessado em 12/09/2021.

precaucional, da natureza. O bem-estar chegaria a todos os seres humanos alcançados pelo glorioso sucesso da empresa mercantil-capitalista das sociedades modernas.

Com efeito não escapava às utopias proféticas da fundação desta cidade, e do conseqüente êxito que acederia a esta epopeia de integração nacional, a previsão de que, do impulso econômico que viria da apropriação de novas fronteiras de exploração de riquezas e da conseqüente realização do “potencial” do Brasil de vir a ser esta grande nação, este evento fosse um marco para o surgimento de uma nova sociedade.<sup>2</sup> Sem que necessariamente incluíssem no rol das aventadas conquistas, as relativas aos horizontes de inclusão social, de promoção de igualdade de oportunidades – que ademais eram questões, que com o ideário próprio das lutas sociais apenas vieram a se incorporar a este discurso no Brasil no século XX, e o que salvo algumas evocações presentes em algumas propostas, não participavam do contexto destas formulações - pela leitura de uma série de propostas formuladas para a interiorização da capital percebe-se na construção do discurso e da propositura formal, geográfica e urbanística, a defesa de que a construção de uma nova capital para o país, neste lugar “edênico”, nesta circunstância redentora idealizada, teria a potência simbólica de inaugurar um novo momento, como se a realização deste feito deixasse o país em condições de promover uma transformação social da qual emergisse uma sociedade próspera e “saudável”.

Já na primeira proposta oficiada ao Príncipe Regente D. João, em que constava o assunto da transferência da capital, o conselheiro do príncipe, jurista Veloso de Oliveira, recomendava a criação de uma cidade em terras interiores, afastadas dos portos marítimos, por razões “higiênicas”. Esta escolha, em contraposição as condições “malsãs” encontradas pela família real e para o estabelecimento da corte

---

<sup>2</sup> Desde um primeiro exercício de visionarismo presente no célebre discurso de Pitt, e do ideário expresso por Hipólito José da Costa, citado na epígrafe deste capítulo, as condições idealizadas no interior central do Brasil eram temáticas recorrentes, sendo a exploração destas potencialidades, oportunizadas pela construção de uma nova capital, apontada como propiciadora de um processo de transformações vinculado a um ideário reformista da sociedade – refletida em cada uma com o acento próprio do seu idealizador e da circunstância histórica de sua propositura. Entre eles cabe citar o projeto da cidade Pedrália, de autoria de Menezes de Palmiro, com filiação ao ideário conservador monarquista de José Bonifácio (a quem apresentou a proposta em janeiro de 1823), e o projeto da cidade Imperatória de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, de 1849, inspirada no nacionalismo romântico, e de intenções modernizantes, em que se fazem claras as proposições que atribuem à transferência da capital o potencial de superação das condições adversas percebidas no contexto socioeconômico nacional. (VIDAL, 2009)

portuguesa no Rio de Janeiro, deveria se direcionar a um *locus* geográfico com qualidades ambientais, com as quais concorreriam novos arranjos urbanos e sociais. Aconselhava, pois, situar a capital “em local são e agradável, afastado do confuso agrupamento de indivíduos, indistintamente acumulados”. (VIDAL, 2009, p.47)

Desde os primeiros momentos da presença colonial no Brasil, os principais núcleos urbanos se estabeleceram precariamente no litoral para prover as necessidades de posse e proteção das terras coloniais contra invasores e dar curso à exploração extrativista exportadora. Segundo Laurent Vidal

Não se pode falar da existência de uma rede urbana no Brasil, durante os dois primeiros séculos de colonização. As grandes cidades portuárias somente estavam ligadas entre si por ligações marítimas, e as pequenas povoações do interior somente possuíam ligações, muitas vezes fluviais, com as cidades costeiras. (VIDAL, 2009, p. 40)

Outras vozes, por motivações e argumentações diferenciadas do Conselheiro Veloso de Oliveira, naquele e em outros momentos que se sucederam, também atribuíram à então capital condições ambientais, geográficas e sociais inapropriadas. O Rio de Janeiro, a não ser por, à época em que, recebendo a família real, elevado à condição de capital do Império português, ter sido o mais importante porto do Vice-Reino (pela posição geográfica favorável, em relação as rotas de comércio entre Europa e as colônias da África e da Ásia, e aos interesses de Portugal em suas pretensões em avançar seu domínio às colônias do sul, e não menos estratégica para Inglaterra e seus interesses na América) não se distinguia, em condições de urbanidade e higiene, dos demais núcleos de povoamento litorâneos que deram origem às principais cidades.

Pelo contrário, desenvolvida por terrenos originalmente pantanosos, impróprios para o saneamento e inadequados para a urbanização, a cidade foi considerada desde os primeiros debates sobre a localização da capital imperial como locação em que as condições de salubridade não eram as melhores. “O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que se destina a ser a capital do Império do Brasil”, afirmava Hipólito José da Costa, jornalista, fundador do jornal “Correio Braziliense”, no exílio em Londres, de onde constitui-se como o principal veículo de oposição ao governo imperial à época. (COSTA, 1813, apud. VIDAL, 2009, p. 44)

Novamente em pauta após o retorno da corte a Portugal, desta vez pela voz de José Bonifácio, os anseios de construção de uma capital no interior do Brasil – agora em outro contexto político proposta - lançam justificativas também estabelecidas sobre as condições ambientais desejadas para o assentamento da nova cidade:

Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. (FALCÃO, 1863, v.2, p. 105 apud VIDAL, 2009, p.53)

Sem deixar de ressaltar as condições de segurança geográfica da localização, que na ocasião tornava-a proposição das mais defensáveis, associa a estes aspectos ambientais outros em que a “higiene” social era já fator identificado como inapropriado no Rio de Janeiro, prossegue:

Deste modo fica a corte ou assento da regência livre de qualquer assalto ou surpresa externa, e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. (FALCÃO, 1863, v.2, p. 105 apud VIDAL, 2009, p.53)

Outro estudioso, o diplomata e ensaísta Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, foi capaz de promover uma viagem aos interiores do Brasil, a localidades em que ele vislumbrava existirem condições para a continuidade da “saga civilizatória” iniciada pelos portugueses em solo brasileiro. Segundo afirma Vidal, no pensamento de Varnhagen, no contexto em que autonomia política e a identidade nacional se forjava, “a nação brasileira é uma criação do Império”, sob a égide de uma elite branca de origem europeia: “a ação desta jovem nação se inscreve na continuidade da obra civilizadora dos portugueses” (VIDAL, 2009, p. 92).

Entretanto, no contexto do nacionalismo romântico, a questão da identidade nacional impunha algumas formulações. Em contraponto ao estigma das classes oligárquicas e das sociedades acomodadas nos centros urbanos litorâneos, que refletiam a dependência econômica e cultural do país ao mercado europeu, se invocava a “pureza” dos sertões. Nestes sertões, concluía Varnhagen, resistiam preservadas as condições da originalidade essencial da nossa nação, não condicionadas pelas relações que os centros litorâneos, desde suas origens coloniais, conservavam com o mundo exterior.



Após rejeitar o modelo de organização herdado da opção mercantil e marítima, que marcou a obra colonial portuguesa, Varnhagen volta-se então para o interior do país para buscar os fundamentos de uma nova organização social possível. O interior é o lugar da redenção do Brasil-nação; o homem do interior, o sertanejo, o instrumento dessa redenção. (VIDAL, 2009, p. 87)

Viajando desde a província de Goiás às províncias de São Paulo e Minas Gerais, em missão oficial promovida pelo Ministério da Agricultura, pesquisava por localidades em que as condições climáticas fossem favoráveis para promover a implantação de colônias agrícolas formadas por imigrantes europeus, como alternativa à utilização da mão de obra escrava e a criação de novas relações de trabalho e produção, em substituição aos tradicionais e arcaicos arranjos produtivos a que atribuía o atraso do país.<sup>3</sup>

Desde seus primeiros escritos sobre o Brasil, um defensor da ideia da mudança da capital,<sup>4</sup> Varnhagen - a qual atribuía uma importância central num projeto de reconfiguração territorial do país - percorrendo na ocasião o planalto goiano, dirige uma carta ao Ministro da Agricultura em 28 de julho de 1877, em que descreve uma localidade que lhe chamou a atenção:

Na vasta extensão que acabo de percorrer, há, porém, outra região não menos apropriada a oferecer localidades favoráveis ao primeiro estabelecimento de colonos europeus [...]. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre, com chapadões elevados mais de 1100 metros sobre o mar [...]. Não entrarei aqui, Exmo. Sr., na questão da alta conveniência para o Império e até para o Rio de Janeiro, da mudança da capital [...]. Mas não posso deixar de aproveitar a ocasião para recomendar, em todo o sentido, da mencionada passagem, como solo fecundo, em que tem de vingar e prosperar muito quaisquer sementes que nele se lançarem. (VARNAGHEN, 1978, p.28 apud VIDAL, 2009, p.94)

E assim que, seguindo a este processo de construção idealizada a que Laurent Vidal identifica como “deslocamento da representação do espaço construído para o espaço mental” (VIDAL, 2009, p. 48), - sempre num horizonte a frente das condições e contradições políticas e socioeconômicas que, desde a colônia, impediam a

<sup>3</sup> “Varnhagen empreende então uma viagem, em 1877, ao interior do Brasil (...). Essa viagem tem um caráter oficial. O Ministro da Agricultura, Tomás José Coelho de Andrade, em um documento datado do dia 14 de junho de 1877, encarrega de fato Varnhagen de procurar e indicar as regiões favoráveis à implantação de colônias europeias no Brasil”.(VIDAL, 2009, p.93-94)

<sup>4</sup> Em 1839, Varnhagen, ainda estudante em Lisboa, relatando em uma carta ao IHGB suas pesquisas sobre a história e a geografia do Brasil, anuncia que reuniu um importante material de documentação, que lhe permitirá “para o futuro, dar uma extensa geografia física do Brasil, e sobre ela fundar um projeto de divisão e subdivisão territoriais, local mais conveniente para capital do Império, etc.” (VARNHAGEN, 1839, tomo 1, p. 135 apud VIDAL, 2009, p. 84)

realização de suas “potencialidades inalcançadas”, em diversos momentos da história do Brasil - emergiu o projeto de construção da nova capital.

Imaginário em que, repetimos, constata-se, tanto pelas características próprias de uma “idealização” de futuro – e de espaço “edênico” onde este futuro se concretiza – quanto às condições de desagregação social dos já mais populosos e centros urbanos no Brasil (e tidos como referenciais de uma urbanidade “metropolitana”, como Rio de Janeiro e Salvador, ao longo da história do país, até os primeiros anos da República) sinalizando para realidades urbanas cada vez mais complexas e de difícil equacionamento diante das contingências político-sociais de um processo desordenado de urbanização - a que este projeto deveria se sobrepor, numa subconsciente necessidade de evadir de um contexto de mazelas sociais que se apresentam intransponíveis – a construção da nova capital passou a figurar como uma solução espacial para problemas de outras instâncias.

Em 24 de fevereiro de 1891, a primeira constituição republicana promulgada consagra em seu artigo 3º o imperativo da transferência e da interiorização da capital para o Planalto Central, estabelecendo a demarcação, nesta região, de “uma zona de 14.400 quilômetros quadrados” para a implantação da capital federal. Por prerrogativa lhe conferida neste artigo constitucional, em 1892 o então presidente da república, Floriano Peixoto (1891-1894), institui a “Comissão Exploratória do Planalto Central do Brasil” primeira expedição que atinge as terras do Planalto Central com a atribuição oficial de demarcar a área em que se instalará o Distrito Federal e a nova capital.

O diretor do Observatório Nacional, o astrônomo belga Luiz Cruls (1848-1908) foi designado para chefiar a expedição. De julho de 1892 a janeiro de 1894 acompanhado de técnicos, militares, e especialistas em diversas formações, o grupo percorreu e demarcou os limites de um quadrilátero de 14.400 km<sup>2</sup>, que se situa em localização bem aproximada da área sugerida na carta, acima citada, de Varnhagen.<sup>5</sup>

Segundo as palavras do próprio Cruls, em seu relatório “A expedição percorre mais de 4.000 km, realizando levantamento geológicos, hidrográficos, higrométricos,

---

<sup>5</sup> “O retângulo Cruls corresponde bastante à área determinada por Varnhagen. Inclui o “triângulo formado pelas três lagoas: Formosa, Feia e Mestre D’armas” que havia sugerido e depois visitado, Varnhagen. Em homenagem a seus trabalhos, a Comissão Cruls nomeou a planície situada entre os três lagos, chapadão Visconde de Porto Seguro”. (VIDAL, 2009, p.114-115)

meteorológicos [...]”. Sobre a missão Cruls, suas circunstâncias e seus feitos, reproduzimos aqui significativo trecho de texto que redigiu o historiador Paulo Bertran, estudioso da história da ocupação do Planalto Central, para o plano de manejo do Parque Nacional de Brasília, em sua revisão de 1997.

No seguinte ano da constituinte, 1892, já se encontrava a Comissão no planalto brasiliense, composta da melhor equipe multidisciplinar (astrônomos, biólogos, botânicos, geólogos, s, etc), chefiados pelo diretor do Observatório Nacional, o belga Luiz Cruls. A Comissão ou Missão Cruls, cumprindo um velho sonho nacional de retirar a capital brasileira do Rio de Janeiro, nem tanto talvez por razões ideológicas e geopolíticas, mas sobretudo, ecológicas.

É que até as grandes obras de saneamento e modernização de princípios do Século XX, o Rio de Janeiro era uma das cidades mais insalubres do país, frequentemente acometida de surtos de varíola, bexigas, febres paludosas, dengue e outras, que deixavam atrás de si uma longa coluna de mortandade em massa que não poupava qualquer classe social, entre elas as dos políticos e militares, conflitando já então no poder, mas unânimes em proteger suas famílias do pestífero Rio de Janeiro. (BERTRAN, 1997, p. 5.114)

Com efeito, no Relatório da Missão Cruls evidenciam-se aspectos como nos trechos a seguir reproduzidos, em que fica evidente a, senão ecológica (de ciência que aqueles tempos nem tinha ainda se fundado), a perspectiva, que em termos contemporâneos consideramos de ordem de uma apreciação “ambiental” (em suas interfaces higiênicas, estéticas e urbanísticas) com que se consideravam as paragens escolhidas para o ousado empreendimento a que o Brasil se propunha lançar. Reproduzimos a seguir trecho das considerações iniciais dispostas por Cruls no referido relatório, em que entendemos estar presentes, nos termos aos propósitos da comissão ajustados, convenientemente declaradas, estas motivações:

Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior somma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para n’ella edificar-se uma grande capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecido com aguas potáveis abundantes, situada em região cujos terrenos conveniente tratados prestar-se-hão às mais importantes culturas[...] (CRULS, 1894, p.19)

Como convém a este estudo, destacamos a seguir trecho extraído de carta que lhe foi remetida pelo botânico André Ferdinand Glaziou (1833-1906), chefe dos parques e jardins do Distrito Federal do Rio de Janeiro, no cargo desde os tempos de D. Pedro II, autor de um herbário de 24 mil números, que passou a integrar a comissão Cruls a partir de 1894, Luiz Cruls faz constar no Relatório da Missão as seguintes suas impressões:

Todos estes elementos cuja disposição se poderia atribuir à inspiração de um artista sublime dão à paisagem o aspecto mais aprazível [...]. Tão profundamente gravou-se-me na memória a beleza do clima que de contínuo o tenho na mente [...].

Quanto à minha opinião, formada desde já, e com a mais sólida e franca convicção que vos declaro que é perfeita a salubridade desta vasta planície, que não conheço no Brasil Central lugar algum que se lhe possa comparar em bondade [...] não posso deixar de externar-vos quanto é para desejar a possibilidade de algum estadista vir aqui ajuizar de visu do que vemos juntos e das vantagens que ao progresso industrial e social do país, que tanto estremecemos, oferece o Planalto Central do Brasil. (CRULS, 1894, p. VI-VIII apud VIDAL, 2009, p. 115-116)

Nos parece significativo que a propósito de definir as melhores paragens para definição do sítio de localização da capital, um cientista especialista em botânica e com uma trajetória reconhecida na constituição e administração de parques e na pesquisa botânica e suas aplicações, em jardins botânicos e áreas de preservação, tenha sido convocado a oferecer um parecer, com intuito de ser um suporte argumentativo de relevância, no que diz respeito a este assunto. Em que pese o status já reconhecido de Glaziou, o seu agenciamento nesta questão expressa a valoração desta perspectiva de aspectos ambientais incidindo à época sobre o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Consecutivamente aos comentários de Glaziou, adita Luiz Cruls suas próprias considerações nas conclusões do referido relatório:

A topografia da maior parte da zona demarcada, onde se encontram planícies, entrecortadas de depressões pouco consideráveis com declividades suaves, se presta admiravelmente para edificação de uma grande cidade, atendendo às condições estéticas que se devem ter em vista, como também às de salubridade, no que diz respeito ao estabelecimento dos encanamentos dos esgotos e das águas. (CRULS, 1894, p. 50-51 apud VIDAL, 2009, p. 116)

A comissão Cruls, cuja atuação ainda previa a demarcação do sítio preferencial para a construção da cidade, em um segundo estágio de sua atuação (a partir de 1894) teve, entretanto, com a eleição de Prudente de Moraes, representante das oligarquias rurais de São Paulo, suas condições executivas esvaziadas. Tornada desinteressante para o país, na perspectiva deste grupo político, a mudança da capital ficou desassistida do aval que tinha no ideário dos grupos positivistas instalados no poder nos primeiros dois governos republicanos.

Mas, como ressalva Vidal, as estruturas sociais e políticas, com o advento da República, já se viam estrangidas pela emergência de novos vetores que, tanto no plano da dinâmica mesma destas forças, quanto do debate político que se via na condição de ganhar atualidade, competiam para propor novos termos para a concepção da imagem da nação:

O advento da República coincide com o fim das certezas sobre a identidade nacional. A matriz da nação brasileira deve ser repensada na relação entre a cidade e o campo. A aceleração da urbanização e as secas repetitivas do Nordeste, provocando a formação de movimentos migratórios desde os mais afastados campos até as cidades mais modernas, são a tela de fundo dessa reflexão que não pode mais se limitar a um debate em torno de modelos teóricos. (VIDAL, 2009, p. 128)

Assim é que, ainda que não tenha ganhado novos impulsos nas primeiras três décadas do século XX, a ideia da construção da capital continuou a habitar pelo século XX a fora o cenário das discussões nacionais, no âmbito identitário, em que tal ideia repercutia com um significativo teor imagético.

A arguição que este estudo pretende acrescentar, para o estudo das condições socio-espaciais subsumidas na proposta de Juscelino Kubitschek, que tornou efetiva a transferência da capital, poderia desde aqui ser assim formulada: no contexto de uma nova percepção de cidade, com toda a carga simbólica de evento da construção de uma nova capital, e desta pretendida nova formulação identitária do Brasil - que inclui e legitima os sertões - como esta epopeia nacional, que se pretende inaugural, transmigra uma gama específica de expectativas de devires, simulados no eixo urbanidade-sociedade-identidade. Acalentadas na percepção dos que a desejaram, dos que a imaginaram, dos que a fizeram surgir, e de todos que de alguma forma com o seu surgimento estreitaram contato, como estas expectativas plasmaram, num campo ideal, o status que pode ser atribuído a Brasília de uma “cidade-paisagem”, imagem de um novo termo de ajuste social-territorial. Termo este em que se desenrola a questão sócio-espacial a nosso ver, fundamentadora da utopia que a criação de Brasília, neste contexto, deu lugar. Desta utopia formadora que se traduziu no projeto, na ocupação territorial e na construção imagética decorrente – a cidade, enquanto *locus* de identidade, que não prescinde do sertão. A cidade que, enquanto utopia redentora, tradutora da identidade ambiental que nos distingue, enquanto potência natural. E que, por isso, por esta potência distintiva, traz em sua constituição essencial a capacidade vinda dos sertões, de ser condição identitária, enquanto acena com

viabilidades inovadoras no campo das interações entre a sociedade e a espacialidade urbana – plataforma geográfica-imagética para construções sociais urbanas distintas, infensas as dinâmicas desagregadoras que os espaços urbanos das grandes cidades já denunciavam.

Passaremos assim a examinar, no capítulo 1, os aspectos em que a referida condição, de proposituras estabelecidas entre sociedade e espaço se apresentam em termos de utopias presentes na concepção e na implantação do plano urbanístico de Brasília, bem como no seu desenvolvimento enquanto cidade.

No capítulo 2, fazendo análises a partir deste contexto de sua criação, e da sua trajetória, condicionada à implementação das diversas etapas da política ambientalista nacional, em que se insere a sua realidade enquanto uma Unidade de Conservação, empreenderemos um estudo do que, ao longo das formulações expressas nos planos de manejo do Parque Nacional de Brasília - bem como no que, no efetivo diálogo com a sociedade, as instituições, o governo local e suas dinâmicas - se desdobrou, das plataformas ambientalistas inseridas nos seus planejamentos.

No capítulo 3, com a expectativa de chegar a formular algumas questões e pressupostos que legitimem e orientem a aproximação entre as agendas ambientalista e cultural do Distrito Federal - neste contexto procurando qual pode ser a contribuição da ampliação do acesso e do uso do Parque Nacional de Brasília – temos o propósito detectar possíveis ações em que a condição referencial do Parque possa ser desenvolvida para criação de consciência patrimonial, associando-a a todas as potencialidades examinadas anteriormente como presentes na construção imagética em que a capital de uma utopia sócio-espacial se constituiu.

A Metodologia que utilizaremos para a consecução dos objetivos subsumidos nesta introdução será uma revisão bibliográfica, com a seleção de textos (artigos, ensaios, livros, dissertações e teses acadêmicas, e publicações diversas em meios digitais). A cada temática abordada referentes, escolhidos também, além da relevância destes textos para cada temática em si, em função ao que deles decorre de possibilidades de diálogos teórico-conceituais entre os campos alcançados pelas reflexões propostas neste estudo. Também procederemos, de acordo com a pertinência ao desenvolvimento dos temas, exame de leis, normas, publicações

oficiais e documentos que subsidiem as discussões teóricas estabelecidas no âmbito deste trabalho.

Os referenciais teóricos utilizados serão apresentados ao passo do desenvolvimento temático, escolha que fizemos, por assim proceder, pelo recurso que nos foi necessário admitir, para melhor execução dos nossos propósitos, a autores que vieram se distinguindo, ao longo da pesquisa. Essa distinção se deveu ao fato destes autores apresentarem conceitos, argumentos e construções teóricas em que as interconexões presumidas entre o corpo teórico desenvolvido nestes vários campos puderam ser reconhecidas e exploradas.

## Capítulo 1

### O urbanismo de Brasília - das utopias do século XX às distopias do mundo contemporâneo

Neste capítulo nosso percurso argumentativo se orientará no objetivo de fundamentar as ideias, delineadas na introdução, quanto à urbanidade de Brasília, no que diz respeito aos seus componentes simbólicos, e suas referências imagéticas, a luz dos processos históricos, políticos, sociais e culturais que trouxeram a oportunidade de sua construção, examinando as relações deste evento também com as utopias modernistas da arquitetura que influenciaram o modernismo da arquitetura e do urbanismo brasileiros nos séculos XX. Nele também sedimentamos os conceitos do campo teórico da geografia, dos estudos da paisagem, que servirão de instrumental conceitual para as reflexões que faremos ao longo deste trabalho.

#### 1.1. Brasília – a cidade síntese e a formulação imagética de uma paisagem urbana

E assim que, sendo monumental é também contida, eficiente, acolhedora e íntima. E ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional.

Lucio Costa, Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957

Brasileiros! Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã.

*Juscelino Kubitschek, discurso de inauguração,  
Brasília, 21 de abril de 1960*

A chegada de Juscelino Kubitschek ao poder, em 1956, pelo voto popular e após um período de instabilidades, que ao longo da história republicana inviabilizou a construção de um projeto nacional que adquirisse consistência, longevidade e sustentabilidade política, se dava em uma oportunidade histórica emblemática.<sup>6</sup> O

---

<sup>6</sup> Empossado a partir do famoso “contra golpe preventivo” do então ministro da Guerra, general Lott, e assumindo a presidência após dois presidentes interinos, Juscelino conseguiu se manter até o fim do



discurso político, democrático, conciliador e fundado no respeito às instituições, que o trouxe à condição de Presidente da República, tinha antes de tudo uma força propositiva, alentadora das aspirações nacionais, que foi capaz de, naquele contexto, arregimentar as forças catalizadoras de um ansiado processo de superação, a favor do qual o país se reorientasse.<sup>7</sup>

Brasília, em cumprimento às aspirações deste alvorecer democrático que o presidente eleito se propunha a encarnar, traduziu-se como meta-síntese de uma política desenvolvimentista, pela qual, em seu projeto de nação despertada em outro estágio de prosperidade, acenava com o alento necessário a esta empresa de mobilização nacional. Naquele contexto, afigurava-se em proposta símbolo de uma plataforma de transformações da sociedade, que, pelo caminho do incremento e modernização das atividades produtivas, com desenvolvimento das bases industriais, com os planos de integração da nação a esta nova realidade, consolidassem no país, para além da estabilização da ordem política, as referências de uma modernidade social e cultural (VIDAL, 2009).

O nacionalismo desenvolvimentista é indissociável do percurso político e da filiação cultural de Juscelino Kubitschek, de seu temperamento entusiasta, de seu desejo de paz social, de sua capacidade de juntar em torno de si homens de progresso. Em sua preocupação em dar forma concreta à modernidade brasileira, Kubitschek escolhe como símbolo de sua política de nacionalismo desenvolvimentista a construção da nova capital no interior do país: Brasília (VIDAL, 2009, p. 190).

Ao contexto político desafiador da transição que passava o país desde o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, e aos obstáculos postos pelas deficiências

---

mandato. [...] O governo de Juscelino encrava-se, pois, num período extremamente crítico, entre o suicídio de Getúlio Vargas (agosto 54) e a renúncia de Jânio Quadros. Entretanto, essa experiência resultou num governo politicamente estável, apesar de marcado por crises militares no começo e no fim do período, como os levantes de Jacareacanga e de Aragarças; pelas crises provocadas por conflitos entre as três armas militares; por uma intensa atividade sindical e partidária; pela ascensão dos movimentos camponeses, e pela crescente intervenção da Igreja na área político-social, sobretudo no Nordeste. (BENEVIDES, 1991, p.10)

<sup>7</sup> O juscelinismo representava - ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico - uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas nos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da "paz e tranquilidade" no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho. Para a classe empresarial o Programa de Metas tinha evidentes atrativos. (BENEVIDES, 1991, p.12-13)

estruturais do Brasil ao seu desenvolvimento, somavam-se, pois, a emergência de aspectos socioculturais de uma sociedade já, desde o movimento que precipitou a retirada das oligarquias rurais de São Paulo – Minas da hegemonia no poder, na década de 1930, em franco processo de transformação. Um contexto de conflitos, indeterminações e tensões em que o, de muito presente e sempre recorrido, projeto da interiorização da capital, é novamente trazido ao debate nacional – desta feita em uma circunstância em que a conjuntura política, a premente necessidade de um vetor de transformação social e econômica, e a habilidade e o visionarismo de seu circunstante propositor formaram o quadro de injunções que o tornaram viável.

Brasília é, portanto, tanto quanto um símbolo, uma síntese do nacionalismo desenvolvimentista. É desse duplo modo que Kubitscheck faz uso. Símbolo, ela permite mobilizar os brasileiros de todas as classes sociais e desviá-los dos problemas econômicos e sociais cotidianos; síntese, permite reunir as elites do país e ultrapassar suas clivagens ideológicas.

A decisão da construção de Brasília assim como o programa do nacionalismo desenvolvimentista não são, no entanto, puras “invenções” de Kubitscheck. Correspondem a um estado de forças políticas, das capacidades econômicas e técnicas, assim como a uma nova concepção do Brasil moderno que aponta entre os intelectuais e as elites políticas desde o início dos anos 50. (VIDAL, 2009, p. 191-192)

Neste ponto, uma reflexão – e uma nota de concisão - se faz necessária. Em que pese todas as contradições sociais que ainda fazem do país a plataforma de construção de realidades sociais utópicas inalcançadas, para que nenhum projeto urbanístico, por mais ousado ou inovador, por si só, pudesse criar as condições de sua superação, um dos elementos que se pretende examinar neste estudo, como base ao que ele pretende arguir e propor, são as condições socioculturais que presidem a concepção adotada para este projeto de uma nova capital no Brasil.

Assim, desta forma, esperando mostrar, como entendemos, que uma obra urbanística e arquitetônica desta envergadura, nas condições em que surge e se implanta, é o marco de uma inflexão cultural na sociedade brasileira, indelével, digno da patrimonialização a ela conferida. E que o legado desta “utopia sócio-espacial”, consubstanciado nesta “cidade-paisagem”, como a seguir pretendemos fundamentar, está presente, e ainda é sentida em vários âmbitos: quer como devaneio dos que ainda a sonham, quer como potencialidades dos que a estudam, quer como realidade dos que por este horizonte centro-planar atualizam suas forças e se revestem da coragem e da brasilidade mítica que esta cidade, construída por um gesto de

devotamento a uma esperança cultural redentora, pretendeu corporificar. Na dimensão de símbolo, de monumento evocativo de uma transcendência a que, como desde sempre, os vetores culturais de uma nação constroem como representação ideal, acreditamos ser possível restabelecê-la na condição de matriz-imagética por onde se vislumbra uma nova e mais adequada ordem social, espacial e ambiental para o país.

Esta tradução de um devir idealizado na forma de uma urbanidade nova, com um recurso a arte e à lírica, tão próprias de nossas raízes culturais coloniais e românticas, atravessou o racionalismo Corbusiano e se lançou com a oportunidade que se desenhava de exprimir para além de um conceito de cidade, um conceito de um novo ajuste entre o homem e o espaço, privilegiados por seus aspectos simbólicos e frutivos. Uma idéia seminal do conceito contemporâneo de “qualidade de vida” era posta em prática.

## **1.2.A tradução da tradição e a construção de novos “horizontes culturais” do país - Um plano, um poema, uma cidade**

O que seria necessário para se conceber uma nova cidade nas suas diversas dimensões? Bastaria ao seu autor dominar as técnicas urbanísticas e aplicá-las? O urbanista que concebeu Brasília nos mostrou que não, pois isso não basta. Além do domínio técnico é necessário utopia, poesia e humanismo. Sem o uso acurado desses ingredientes não se concebe uma cidade, apenas seu simulacro.

Carlos Madson Reis, Superintendente do Iphan-DF

Lançamos mão, para subtítulo deste capítulo, do título do texto de introdução – de autoria do Superintendente do Iphan-DF à época (2018) – na republicação que foi feita por este instituto da íntegra do Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa, memorial pelo qual o urbanista vencedor do concurso apresentou o conceito e as justificativas para os partidos propostos. Utilizamos-nos também do primeiro parágrafo deste texto a título de epígrafe. Não fortuitamente o fazemos.

No âmbito desta proposta de estudo, ressaltamos aqui, cabe-nos examinar os fundamentos de evocação simbólico-imagética, a que as construções culturais

admitidas na dimensão de bens patrimoniais se reportam. Porque é nosso propósito discutir e elucidar os aspectos de identidade, representação simbólica e propositura reformuladora da cultura que a construção de Brasília vem estabelecer. Porque neste caminho encontra-se o *leitmotiv* desta discussão.

Ainda que não seja do domínio comum o exame destas questões, e assim formuladas não seja como se apresentam no convívio cotidiano de habitantes com a cidade, dentre os diversos elementos que compõem a percepção do espaço urbano, a presença da dimensão simbólica - em que se inscreve um discurso poético, no caso de Brasília, de uma forma singular - é desde muito objeto de estudo e constatações por urbanistas e outros teóricos que sobre a relação entre ser humano e espaço se debruçaram.

Aqui iniciamos a investigação pela análise dos aspectos presentes na proposta de Lucio Costa que efetivamente deram lugar a realização de uma construção simbólico-cultural pela qual entendemos constituir a cidade em uma paisagem cultural. Para tal começamos andando no terreno explorado pelos geógrafos, que aos urbanistas antecederam, e a estes últimos proveram com importante material teórico, nas reflexões no universo destas relações.

O conceito de paisagem emergiu das referências do campo artístico, pictóricas ou literárias, e do diletantismo estético romântico, para um debate no âmbito científico na obra de percussores alemães da escola da geografia cultural, da qual o norte-americano Carl Sauer veio a se tornar o mais proeminente teórico. Carl Sauer, ensinava em Berkeley e tinha como colega Alfred Kroeber (1876-1960), antropólogo e um dos precursores da Escola Cultural Americana, de quem absorveu o conceito de cultura, do qual passou a se utilizar. Foi Sauer que de alguma forma trouxe o estudo da realidade positiva da geografia para uma dimensão de intercâmbio desta realidade com a ação humana, e a cultura. Nos anos 20 a 30 do século XX, segundo Ribeiro (2007), a escola culturalista de Sauer se tornou a que mais seguidores tinha no universo acadêmico, no campo da geografia, quando, por Sauer e seus discípulos “foram feitas várias tentativas de construções metodológicas que faziam do estudo da paisagem algo essencial, senão exclusivo, para a geografia”. (RIBEIRO, 2007, p.19). De acordo com Ribeiro (2007), na perspectiva da geografia cultural de Sauer, entretanto, “as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem, são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico”. (RIBEIRO, 2007, p.22).

Algo que se explica segundo Ribeiro (2007), pelo contexto científico da época, impregnado pelo positivismo e pela busca de leis gerais.

É no contexto das formulações posteriores de uma corrente de diversos autores, com acréscimos conceituais em perspectivas diversas, mas que foram reunidos numa linha de abordagem a que se convencionou chamar de Geografia Humanista, e da Nova Geografia Culturalista, que o conceito de paisagem, a partir da segunda metade no século XX, ganhou novos contornos, já mais aplicáveis aos estudos do urbanismo e das relações culturais estabelecidas entre as sociedades e os seus bens patrimoniais. Neste contexto, o conceito de paisagem cultural tornou-se recorrido por formulações teóricas que passaram a ter lugar em vários campos correlatos, servindo de base para o estabelecimento de regramentos da ação de vários institutos e organismos, governamentais ou da sociedade civil, que estabelecem as linhas de ação e executam programas relativos à preservação do patrimônio. Um deles – talvez o que tem sido a referência maior da aplicação destes conceitos e das ações sobre estes assuntos no mundo – a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), organização intergovernamental responsável pelos programas e demais ações para promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo. No Brasil, este conceito veio a ser adotado oficialmente como instrumento de proteção pelo Iphan em 2009.<sup>8</sup>

Para o desenvolvimento dos instrumentos conceituais a serem aplicados neste estudo, dois autores do campo da geografia nos interessam particularmente, pelas formulações teóricas por eles desenvolvidas.

---

<sup>8</sup> “A partir de 1992, a Unesco adotou o conceito de paisagem cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. Duas décadas depois, em 6 de julho de 2012, reconheceu o Rio de Janeiro como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural.[...] . Em consonância com a Unesco, o Iphan regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

O Brasil é formado, como poucos países do mundo, por enorme diversidade de paisagens, costumes e lugares. Compõem a paisagem cultural o sertanejo e a Caatinga, o candango e o Cerrado, o Pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, as tradições da mata e as tribos indígenas. Outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando-se a relação exemplar entre homem e natureza.” (IPHAN, s/d)

Da escola humanista da geografia recorremo-nos ao trabalho de Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, autor do conceito de Topofilia, na elaboração dos estudos de percepção ambiental do ser humano. Para Yi-Fu Tuan, Topofilia seria “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p.19), aquilo que estabelece os vínculos perceptivos que estão na base das sensações, valores e atitudes do ser humano com o meio ambiente. Desta forma, rejeitada a visão determinista, Yi-Fu Tuan reconhece que o meio ambiente não é necessariamente a causa direta dos sentimentos que no ser humano se estabelecem a partir da sua percepção ambiental, e considera as condições inerentes ao campo de percepção humana, em suas dimensões relacionais físicas imediatas, sensoriais, mas expandindo a compreensão ao que se estabelece a partir disto por suas clivagens culturais, emocionais e psicológicas.

Outro teórico cujo trabalho traz importantes contribuições para a compreensão do universo das relações entre o ser humano e a paisagem é o geógrafo francês Augustin Berque. Segundo Ribeiro (2007) seu fulcro teórico se estabelece a partir da compreensão de que “a paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta” (RIBEIRO, 2007, p.30). Está sempre permeada, de qualquer forma, pela subjetividade do observador.

Para Berque, estando além da pura representação morfológica, a paisagem, como objeto de estudo da Geografia, está, entretanto, aquém de uma análise de construções essencialmente imaginárias, no campo da psicologia da percepção. A representação da paisagem é referida a objetos cuja existência é real. Mas o que ela representa ou evoca no imaginário se dá num processo de interação complexa entre a subjetividade de quem percebe e a objetividade da realidade percebida. Neste campo de elaboração estabelece dois conceitos dialeticamente complementares, e a nosso ver muito úteis para o entendimento da paisagem e do conceito a que nos aplicamos neste estudo, de paisagem cultural: de uma perspectiva dimensional, a paisagem é ao mesmo tempo “Paisagem Matriz”, na medida em que as estruturas e formas contribuem para perpetuação de usos e significações entre as gerações, e “Paisagem Marco”, na medida em que cada grupo grava em seus espaços os sinais e os símbolos de sua atividade.

Segundo Ribeiro, “para Berque, a importância do estudo da paisagem está no fato de que ela nos permite perceber o sentido do mundo no qual estamos”. (RIBEIRO, 2007, p.30)

### 1.3. Um marco simbólico – um projeto afirmativo e distintivo para o Brasil

“falei em rabisco, e pulsava.....”  
Carlos Drummond de Andrade <sup>9</sup>

Voltando a história de Brasília, retomamos o estudo da condição simbólica atribuída à construção da nova capital.

A partir de 1950, novos parâmetros culturais, dos quais emergia um novo modo de pensar a realidade socioeconômica brasileira e propor o seu desenvolvimento davam bases para a política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Em um ambiente político tensionado pelo embate entre as forças conservadoras, os movimentos sociais das classes trabalhadoras e da nova classe média urbana, com cada vez mais acesso a este debate - seja pela experiência direta da participação popular nos contextos urbanos, seja pela maior difusão, em espectros mais democráticos da cultura, pelos meios de comunicação ou pelo desenvolvimento das oportunidades de escolarização nestes mesmos contextos – a urbanização da sociedade brasileira dava circunstâncias a um momento de inserção de novas forças no cenário político, tornadas, por um processo de conscientização política, forças presentes no debate e no jogo democrático.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Dia ‘histórico’ para mim foi aquele em que Lucio me apareceu, discreto como sempre, botando em minha mesa uma folha de papel rabiscada às pressas, com palavras e um esboço de desenho que aparentemente pouco significavam. Peguei a folha e tive entre os dedos nada menos que a cidade de Brasília, inexistente e completa, como um germe contém e resume a vida de um homem, uma árvore, uma civilização. A primeira noção de uma cidade diferente de todas as outras até então imaginadas mostrava-se ali, nos traços rudimentares de uma cruz (ou de um avião), plantada na terra ou alçando voo. O plano-piloto de Lúcio dizia bem pouco para um leigo habituado a ver cidades em funcionamento, e não no papel, um papel nada luxuoso como o dos grandes escritórios de arquitetura. Falei em rabisco e pulsava. Sem entender, eu sentia a vibração daquelas formas implícitas naquela folha de papel que mudava a história do Governo do Brasil e, em certa escala, a vida dos brasileiros. Comovi-me. Lúcio também devia estar comovido por ter achado a solução quase mágica para o problema de conceber uma Capital de País em termos absolutamente originais. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Jornal do Brasil*, em 03 de março de 1982)

<sup>10</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, o período JK expressa na condução da dinâmica das forças políticas o arranjo da conciliação de interesses políticos do PSD, com a herança getulista do PTB representada por João Goulart na vice-presidência da República (que deu a Juscelino Kubitschek o

O projeto nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek tinha neste ambiente, e no projeto de consolidação democrática do país, uma importante filiação. Seu discurso se fundava em tal contexto, e o ideário presente dizia respeito a um plano de normalidade institucional, a partir do respeito a ordem constitucional, democrática, necessária a superação das condições adversas ao desenvolvimento.

À diferença de Vargas, Kubitschek exibe uma fé inquebrantável no processo democrático, tão eficiente quanto para levar a cabo uma experiência de desenvolvimento acelerado das estruturas econômicas e sociais. (VIDAL, 2009, p.188).

O plano do debate intelectual desta forma era fecundo e fundador, em um ambiente em que intelectuais filiados a diversas correntes de pensamento se viam na condição de apresentar propostas e interagir na construção de uma matriz cultural que, de forma ampliada, desse conta de conter e dar respostas às questões que tornavam manifestas, tanto quanto no âmbito dos conflitos e dos termos de ajustes sócio-políticos engendrados, como no debate que estes contextos provocavam. De acordo com Vidal “Os intelectuais e outros pensadores são os primeiros a sublinharem essa mudança desde o início dos anos de 1950” (VIDAL, 2009, p.192).

Criado em 1955, na gestão de Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) reunia um grupo de pesquisadores com o propósito de aconselhar e justificar a política econômica do governo. O Iseb, desde a posse de Juscelino em 1956, assumiu emblematicamente esta condição de vanguarda formuladora de um “projeto de nação”, e do nacional-desenvolvimentismo se fez agente conceituador e justificador, fornecendo bases ideológicas para o projeto. Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e José Honório Rodrigues foram os seus principais ideólogos. A estes ocasionalmente se juntaram Celso Furtado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo, entre outros que, associados a diversos matizes de filiação ideológica e partidária, reuniram-se a partir

---

capital político necessário a sua eleição). A presença de João Goulart a frente do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo que absorvia o custo das pressões dos movimentos reivindicatórios, dava oportunidade à consolidação do fortalecimento do movimento sindical reacendido na eleição de Getúlio Vargas em 1951. “O movimento sindical brasileiro atravessava então uma fase de crescimento (em termos de número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados), que se iniciara quando da volta de Vargas ao poder, em 1951”. [...] Tratava-se de uma circunstância histórica que, sem dúvida, associava as possibilidades trazidas pela política econômica com a capacidade crescente de pressão dos sindicatos, onde as lideranças de esquerda (inclusive comunistas identificados como tais) ganhavam mais espaço [...] (GOMES, O Brasil de JK, o movimento sindical urbano, FGV-CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentoSindicalUrbano>. Acesso em: 20/10/2021)



do Iseb, com uma intenção formuladora que a todos, de forma igualmente oportuna, tocava: que desenvolvimento propor para o Brasil. A partir da questão do desenvolvimento do Brasil, o Iseb abordava temas que a ele subjaziam: o nacionalismo, a modernidade e a cultura brasileira, as relações cidade e campo, a organização territorial. Dentre estes temas, e a eles todos referenciada, tinha lugar especial a temática da construção de Brasília. Com atuação institucional, subsidiária ao discurso e às ações do governo, o Iseb, entretanto ia além, promovendo, por iniciativa própria em diversos âmbitos, a difusão deste ideário. Palestras, publicações, conferências eram promovidas. Segundo Vidal, o Iseb cumpre neste momento um papel institucional, mas também público, com um propósito específico.

O papel do Iseb é, portanto, o de difundir, de forma racional e conceitual, a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista para um público vasto e heterogêneo composto por burocratas, representantes das Forças Armadas, empresários, líderes sindicais, políticos, etc. em suma, as pessoas encarregadas de implementar ou de participar da política do governo. (VIDAL, 2009, p. 193)

No âmbito econômico, o plano nacional-desenvolvimentista se fundava na industrialização e na modernização das formas e das relações de produção, em uma perspectiva de integração a este contexto de todo o território nacional. As estruturas tradicionais e os modos de vida associadas a elas seriam inevitavelmente substituídas por um novo modelo, essencialmente industrial e urbano. Neste contexto o discurso ideológico situou a construção de Brasília como o marco de mudança, capaz de trazer “um novo direcionamento à economia nacional (do litoral para o interior, e não mais para o exterior) ...”. (VIDAL, 2009, p. 194).

A dimensão territorial, sempre presente nas formulações relativas ao processo de desenvolvimento brasileiro, alcançava aqui o clímax de sua identificação, explicitada e consubstanciada em um projeto de nação cuja meta-síntese deveria se manifestar por uma ocupação icônica, onde todos os signos culturais desta mudança se fizessem presentes. “Trata-se de recuperar o tempo perdido e de converter o espaço em tempo e a geografia em história” (CORBISIER, 1960, p. 46 apud VIDAL, 2009, p. 194)

Por outra parte, na vida urbana, a formação social se via constituída de uma presença, culturalmente cada vez mais visível, reconhecida e legitimada, dos migrantes que acederam, motivados pela oferta de trabalho, principalmente aos

grandes centros urbanos do Sudeste.<sup>11</sup> A realidade dos “sertões” se apresentava e adquiria expressão, por uma perspectiva tingida de força, representatividade identitária e denúncia dos quadros de injustiça social que subjaziam a sina do “retirante” – o nordestino especialmente. Com reflexos em vários gêneros da produção cultural - especialmente, e de forte apelo popular, a música.<sup>12</sup> Mas também a literatura, que desde Euclides da Cunha acolhia este referencial do sertanejo, e que na modernidade era temática que se consolidava na obra de importantes autores como Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto. Emergência de obras e autores que atuavam significativamente na apreensão da dimensão de diversidade e singularidade cultural deste Brasil que batia às portas dos contextos socioeconomicamente privilegiados das cidades. E que nestes contextos alcançavam maior difusão pelos meios já consolidados: os meios impressos, o teatro e, de maior alcance no âmbito popular, o rádio. Mas agora também surgiam como manancial de temática e de expressão destas questões nos contextos ainda incipientes, mas já significativamente presentes dos *mass-media* modernos: o cinema nacional, e principalmente, definitivamente, no universo da comunicação por transmissão de imagens, a televisão. Esta última, com uma dimensão muito mais abrangente de agenciamento cultural, por sua ação catalizadora e propulsora dos conteúdos antes exclusivos das outras mídias,

---

<sup>11</sup> De acordo com dados do IBGE, na década de 1950 a população urbana brasileira quase dobrou, com um crescimento da ordem de 70%. Nas décadas de 1960 e 1970, a relação entre a população urbana e a população rural passou por um significativo processo de inversão, chegando em 1970 a 52.904.744 (55,98%) pessoas em domicílios urbanos contra 41.603.839 (44,02%) em domicílios rurais. Em 1980 eram 82.013.375 (67,70%) pessoas em domicílios urbanos contra 39.137.198 (32,30%) em domicílios rurais. Além disso, enquanto nas décadas de 1960 e 1970 a população urbana brasileira continuou experimentando altos índices de crescimento absoluto, com uma variação da ordem de 65% e 55%, respectivamente, o crescimento da população rural apresentou, índices cada vez menores de variação de crescimento absoluto: de 17,5% na década de 50 caiu para 6,7% na década de 60, registrando crescimento negativo de 1970 a 1980 (-5,9%). Entre outros fatores, o que mais concorreu para esta inversão foram as intensas correntes de migração interna, do campo para as cidades. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288> - acessado em 12/09/2021.

<sup>12</sup> O baião teve o seu auge entre o final dos anos 1940 e a primeira metade da década de 1950, proporcionando clássicos ao cancioneiro popular brasileiro, tais como “Paraíba”, “Vozes da Seca”, “Qui Nem jiló”, “Xote das Meninas”, imortalizados por Luiz Gonzaga. Também do Nordeste, veio Jackson do Pandeiro, estreando no Sul do país com o sucesso “Sebastiana” (1952). A música nordestina marcou o rádio carioca desde o final dos anos 1940, acompanhando o dramático fenômeno migratório que inchou as cidades brasileiras. O mesmo fenômeno ocorria em São Paulo com o incremento das músicas “caipiras”, presentes nas rádios da cidade desde os anos 1930. Tanto as velhas mitologias e narrativas do Norte-Nordeste, sintetizadas por Euclides da Cunha, pelo cordel e pelo romance regionalista dos anos 1930, como a cultura popular do interior do Centro-Sul ganhavam uma formatação apropriada para o rádio, adaptando-se à audiência em boa parte formada por migrantes. A visão ora amena, ora trágica da vida no campo compunha um quadro sentimentalista que sublimava as tensões advindas da urbanização sem regras em processo nos anos 1950. (NAPOLITANO, 2010, p.67-68)

mas com alcance muito maior, em difusão, em alcance, por conteúdos diretamente transmissivos, com impacto intensificado e diversificado sobre a cultura.<sup>13</sup>

As construções culturais que adquiriam novos contornos, em termos de referências, investigação e experimentação, possíveis dentro do espectro “antropofágico” evocado pelos modernistas, tornavam presentes e reconhecíveis no imaginário coletivo este trânsito entre a modernidade e a “radicalidade” das forças constitutivas da cultura brasileira. Neste contexto, o que vinha do sertão representava, de certa forma, o clamor de um mundo fecundo, bruto, ornado de uma poesia que falava de um existir singular, brejeiro, tangido pelas forças criadoras e ao mesmo tempo trágicas da natureza. Conquanto desguarnecido e subjugado por contextos sociais excludentes, do sertanejo, da sua sina, emanava a simbologia da força da esperança, da crença num futuro melhor, da qual se revestia com apelos transformadores, inclusivos, a ideia de um projeto de nação.<sup>14</sup> A partir deste referencial, de todos os contrastes a ele subjacentes, das construções identitárias que emergiam neste diálogo cidade-campo, erudito-popular, moderno-arcaico, é que se situa a utopia da proposta urbanística que se consagrou em Brasília como um marco da arquitetura modernista.<sup>15</sup>

A escolha do projeto de Lucio Costa de fato não nos parece destacada deste contexto. Ao contrário, sua biografia, seu discurso, sua obra, tudo nos faz pensar nele como um intelectual forjado em condições muito especiais, porque não dizer

---

<sup>13</sup> O uso político dos meios de comunicação também tem neste período um maior desenvolvimento. Fato notável é que o evento da inauguração de Brasília ensejou a primeira transmissão televisiva “ao vivo” no Brasil.

<sup>14</sup> Sob esse prisma, a discussão sobre a construção da nação, da consolidação do território e integração do povo que nele habita, Brasília representa um objeto único de análise.

O ideário e os discursos de apoio à mudança da capital basearam-se sempre na construção de uma nacionalidade que não prescindia de um povo, mas necessitava reconhecê-lo, e onde a interiorização do Estado e suas estruturas seriam fundamentais para esse empreendimento de unificação e conhecimento desse grupo de pessoas do interior do país. (OLIVEIRA, 2008, p. 08)

<sup>15</sup> Emblematicamente, os registros fotográficos da inauguração de Brasília dão conta da intensa participação do sertanejo nesta construção. No dia 21 de abril de 1960, a capital é inaugurada. Na festa, o popular e o protocolar se mesclaram. Na Esplanada dos Ministérios milhares de rostos esperançosos, orgulhosos do projeto do qual foram capazes de participar, destes sertanejos, agora chamados “candangos”, espelhavam um entusiasmo compartilhado - numa dimensão de pertencimento só comparável as conquistas da seleção brasileira de futebol - efusivamente comemorando a realidade em que se transformava a “Capital da Esperança”. A segregação destas populações em cidades-satélites é um outro capítulo da história de Brasília que este estudo não ignora, mas que apenas abordará no âmbito da percepção ambiental da cidade.

privilegiadas, para fazer aflorar em seu projeto urbanístico, numa proposta que evocava de maneira especialmente sensível toda esta conjuntura cultural, aspectos que fizeram de seu “Plano Piloto”, o projeto vencedor. Podemos, de certo modo, afirmar que a sua eleição está relacionada ao fato de ser a proposta que se distinguia por conter uma utopia reconhecível, ajustada ao tempo-espço simbólico do marco histórico que a construção da capital viria representar. <sup>16</sup>

O partido reconhecido pelo júri no projeto do Plano Piloto de Brasília apresentado por Lucio Costa ressaltava suas qualidades de formulação em termos descritivos, de arranjos de estruturas e elementos significantes, em um contexto de uma oportunidade de intervenção urbanística com a marca não só dos debates presentes na arquitetura moderna, mas também de uma apreensão alargada, sensível, dos sentidos atribuídos àquela realização, no contexto do diálogo do país com a modernidade, no âmbito dos propósitos e desafios que as conjunturas locais e mundiais apresentavam nas primeiras décadas do século XX .

Não se tratava de um exercício de arquitetura em vista à criação de uma estrutura urbana ideal, mas de um problema bem mais complexo: a invenção de um urbanismo político adaptado a uma democracia liberal do século XX. (VIDAL, 2009, p. 220)

Para tal propósito Lucio Costa se lançou candidato a partir de uma posição diferenciada dos demais concorrentes. Se valendo da liberdade permitida a

---

<sup>16</sup> Todavia, contrariando o sentimento tecnicista que dominava as expectativas daquele momento, o projeto de número 22 trazia dois aspectos intrigantes. Um era a simplicidade de sua apresentação, sem nenhum rebuscamento técnico ou qualquer cálculo que convalidasse suas proposições. Outro era a singeleza, o lirismo e a poesia presentes no seu memorial descritivo, ilustrado com rabiscos candidamente desenhados formando um conjunto gráfico de rara harmonia. Sintetizado pelo seu autor no Relatório do Plano Piloto de Brasília, estava ali o substantivo de um plano urbanístico para a nova capital do país, com sua intenção de cidade claramente compreensível e visualmente apreendida. À medida em que se apreciava aquela proposta, o sentimento era que ali se estava diante de algo singular e não de um plano urbanístico frágil em sua concepção, como aparentava. Percebia-se que o autor não se limitara a utilizar o racionalismo predominante da cultura urbanística de então, mas a este associara múltiplos modelos e técnicas urbanísticas distintas, componentes que o enriqueciam e o diferenciavam dos demais. Estavam ali, por exemplo, conceitos da cidade jardim, da cidade linear, dos arranjos urbanos do período colonial brasileiro, além de elementos como os amplos terraplenos, as perspectivas barrocas, a monumentalidade e os espaços cerimoniais utilizados por antigas sociedades. Sem negar sua filiação ao Movimento Moderno de Arquitetura e Urbanismo, tal projeto combinava tradição e modernidade, avançando rumo a um urbanismo múltiplo, menos rígido e mais rico. Tudo ali, em consonância com o sítio de sua implantação, tinha coerência, unidade e personalidade. Ou, como na descrição insuperável do poeta Carlos Drummond de Andrade: era um rabisco e pulsava. [...] Cidade que materializa o desejo secular de gerações de brasileiros, que idealizaram construir no centro do território nacional uma nova sede administrativa para um país, sempre desejado mais justo, igualitário e democrático. (IPHAN, 2018, p.8-9)

elaboração do projeto nos termos do edital da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), suas premissas eram de tal ordem culturalmente constituídas que o significado desta empreitada técnica se manifestou em seus esboços com simplicidade e imediata apreensão. Neles estavam expressos, e deles emanavam, os pressupostos a partir dos quais a capital do Brasil alcançaria significados, em monumentalidade e arranjos de vida urbana, integrados em uma nova propositura política, econômica e social. Algo que desde o Estado Novo se inaugurara, mas a partir da década de 50, com o governo de Juscelino Kubitschek, uma renovação cultural em curso no país indicava o auge de sua consagração.

Lucio Costa, arquiteto e urbanista brasileiro nascido na França em 1902, formou-se na Escola Nacional de Belas Artes (Enba) em 1924, filiada à tradição acadêmica, em que, à época, vigorava a arquitetura neocolonial. Sob os preceitos desta escola em que se formou, atuou nos primeiros anos de sua vida profissional. Sua atuação como estudioso e teórico da arquitetura no Brasil também foi enriquecida pelas suas incursões no conhecimento da tradição cultural e arquitetônica do país, enquanto participante da formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), do qual passou a ser contribuinte em vários projetos. A convite de Rodrigo de Melo Franco foi o autor do projeto do Museu da Missões, primeiro museu implantado sob a égide do Sphan. São de sua autoria também uma expressiva obra com textos fundadores da historiografia da arquitetura brasileira.

A partir de 1930, ano em que foi convidado a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes, presidiu uma renovação no ensino e na orientação da arquitetura no Brasil, ao conhecer e adotar os conceitos da arquitetura modernista lançada por Le Corbusier, de quem veio a se tornar discípulo e correspondente. Os princípios da arquitetura racional, adaptada as demandas da sociedade moderna, viriam com os modernistas induzir profundas mudanças na forma de se perceber a arquitetura e o urbanismo, como campos de realização de mudanças culturais.

Já insurgentes no *modus-vivendi* das sociedades industriais urbanas, estas transformações, no âmbito da recontextualização destas disciplinas, pelos modernistas, em bases teóricas de filiação sociológica, passaram a ser percebidas como campo de reflexão e proposição de intervenção social, nas dimensões em que

a vida passava a ser condicionada pela relação ser humano-espço. E neste caso, o espaço urbano como *locus* privilegiado da cultura.

De outra parte, a “conversão” de Lucio Costa ao modernismo, na condição de diretor da Enba também o conecta ao irrompimento de novas correntes de manifestações artísticas que se processavam no país. Além de promover uma renovação nos quadros de professores da escola, promove a realização do Salão Revolucionário de 1931 que conta com a participação de expoentes do movimento artístico modernista nacional, como Portinari, Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral, lançados na Semana de Arte Moderna de 1922.

Sua atuação no Sphan a partir de 1937 até 1972, quando se aposenta, lastreia sua produção e reflexão teórica no campo da arquitetura em um arcabouço de conhecimentos sobre a cultura brasileira, amadurecidos nestes anos de exercício, a partir do qual se situa como um dos estabelecadores dos critérios e regramentos para as abordagens e intervenções relativas ao patrimônio histórico arquitetônico no Brasil. Reproduzimos a seguir um excerto extraído da Enciclopédia Itaú Cultural, de verbete existente nesta publicação dedicado a Lucio Costa:

Deve-se a Costa a definição de critérios e normas de classificação, análise e tombamento do patrimônio arquitetônico brasileiro, bem como a definição de critérios para a intervenção em centros históricos, como a realizada na construção do Grande Hotel de Ouro Preto, em 1940.

Lucio Costa defende a convergência entre modernidade e patrimônio, o que é possível observar tanto em seus textos quanto em suas obras arquitetônicas. Ao combinar inovações técnico-formais do modernismo (pilotis, brise-soleil, concreto armado, panos de vidro) com elementos da tradição artesanal (treliças, cobogós, alvenarias de pedra), procura encontrar a conciliação entre a impessoalidade da sociedade de massas vindoura e a afetividade do mundo doméstico, herdada dos tempos da colônia. Exemplos dessa articulação são: o *Museu das Missões* (1937), em São Miguel, Rio Grande do Sul; os edifícios do parque *Guinle* (1943-1948), no Rio de Janeiro; e o *Park Hotel São Clemente* (1944), em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

Não é nosso propósito neste trabalho aprofundar nas questões que nos levariam a uma análise e uma crítica do urbanismo modernista a que se filia a construção de Brasília, cuja utopia datada, de filiação racionalista, se faz amplamente e bem discutida em autores que a apresentaram em seus trabalhos, de uma perspectiva antropológica e política, como James Holston, Teresa Caldeira e outros. Cabe-nos, entretanto, trazer ao entendimento o contexto em que a dimensão territorial

explicitada pela construção de Brasília atribuiu, oportuna e sintomaticamente, a uma intervenção urbanística e arquitetônica a potência simbólica – e a mítica utopia – com que o pensamento modernista na arquitetura se encontrava, no mundo, e no Brasil em particular, em condição de especial sintonia, para com o ideário sócio-político vigente se estabelecer e fazer valer seu ideário. Assim vejamos:

Em um artigo sobre a presença do urbanismo moderno no Brasil, os arquitetos Vicente del Rio e Haroldo Gallo, professores da Faculdade de Arquitetura da URFJ, reconhecem a constituição deste legado neste momento da história e da cultura no Brasil.

Seguramente no Brasil, mais do que em muitos outros países, o movimento moderno na arquitetura e no urbanismo foi emblemático, deixando um legado bastante significativo. Se, já na década de vinte, suas expressões construtivas e plásticas marcavam presença no cenário nacional [...] foi com o Estado Novo que ele ganharia corpo e consistência, tornando-se o paradigma da cultura nacional, ganhando volume e densidade até o seu clímax com a construção de Brasília. (DEL RIO, GALLO, 2000, p. 01)

E ainda que mantendo posições coerentes com as críticas feitas às feições funcionalistas e racionalistas, de intervenção prescritiva de usos com que, no âmbito do urbanismo modernista, se acreditava poder definir os destinos de uma cidade, ponderam:

Acima de tudo, é preciso destacar um seu forte caráter positivo: o ideário modernista serviu para estabelecer entre nós um grande sentido do social e uma unidade de propósitos, por meio da qual foi possível estabelecer, paradoxalmente com o princípio de negação do repertório histórico e da criação de formas novas, uma expressão de identidade. (DEL RIO, GALLO, 2000, p. 01)

E deste ponto, confirmam, como nos importa assinalar, a importância de Lucio Costa como o mais destacado entre os urbanistas do modernismo brasileiro, não só pela autoria do projeto de Brasília, mas por uma série de aspectos que compõe o seu perfil intelectual e sua obra:

Essa talvez seja a nossa dívida mais fecunda com o legado do nosso urbanista moderno maior, o arquiteto Lúcio Costa. Em primeiro lugar, o trânsito fácil de Lúcio Costa entre a escala do edifício e da cidade, certamente fator de ruptura com a herança portuguesa [...]. Em segundo lugar, a sua vinculação com a preservação histórica através de sua obra escrita e sua atuação no IPHAN. Essas características de Lúcio se estenderam a gerações de arquitetos que, se não incorporaram repertórios formais e tecnológicos do passado, souberam neles buscar lições de agenciamento espacial

adequadas ao nosso peculiar meio e forma de vida, e incorporar essas lições a seu repertório tipológico, formal e técnico. (DEL RIO, GALLO, 2000, p. 01)

E concluindo, em relação à autonomia e distinção encontrada pela expressão modernista na arquitetura e no urbanismo brasileiro, ressaltam:

Assim, tanto na arquitetura quanto no urbanismo, foi possível estabelecer uma identidade que, embora referenciando-se no ideário internacional, soube ser idiossincrática no caso brasileiro, expressando seus valores seguros e coletivamente assumidos [...]. Muito provavelmente, o estabelecimento e fortalecimento dos elementos locais de identidade seja uma das maneiras mais efetivas de atenuar os efeitos perversos dessa nossa contemporânea cultura globalizada, e para tanto será oportuno não negligenciarmos o legado modernista, perseguindo o que há de mais fecundo em seu projeto inacabado. (DEL RIO, GALLO, 2000, p. 01)

#### **1.4. Os Ciam's, a carta de Atenas e a utopia modernista: as cidades como um novo termo de ajuste social – territorial**

**[...] “inserir na realidade um fragmento de utopia é privilégio da arquitetura”**

Manfredo Tafuri

A afirmação do teórico urbanista italiano Manfredo Tafuri, de cunho generalista, guarda visível aplicabilidade com a arquitetura e o urbanismo modernista, que nas décadas de 20 e 30 do século XX estabelecia seus pressupostos teóricos a partir de arquitetos e outros intelectuais que lançavam as bases da arquitetura moderna. Entre eles Le Corbusier, um dos principais pensadores desta corrente e percussor do que se convencionou chamar de escola da arquitetura e do urbanismo modernista.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Por “urbanismo modernista” estamos entendendo aqui as proposições para a cidade funcional defendidas pelas vanguardas européias do entre-guerras e sistematizadas (e, à medida que o tempo avançava, até mesmo contestadas) dentro dos chamados Congrès Internationaux d'Architecture Moderne - os CIAMs. Neste sentido, falar em “urbanismo modernista” e em “urbanismo moderno” remete a universos bem distintos. Ainda que a busca de um desenho racional para a cidade estivesse presente desde o Renascimento e, principalmente, desde o Iluminismo, e ainda que já se buscasse ter desde então uma visão global sobre a cidade, será apenas na virada do século XIX para o século XX que dois elementos centrais vieram configurar o âmbito de uma nova disciplina: de um lado, sua pretensão científica e, de outro, sua intenção de prever e controlar o futuro da cidade. Dessa maneira, a expressão “urbanismo moderno” refere-se a uma gama variada de visões e de propostas relativas à solução dos problemas da cidade do presente e à idealização daquela do futuro, remetendo, no último século e meio, a um largo espectro de manifestações, que vão, por exemplo, do sanitarismo ao movimento Cidade Jardim (em suas diversas manifestações); e do movimento City Beautiful ou do approach regional e sensível à história de um Patrick Geddes ou Lewis Mumford à defesa da Cidade Funcional feita pelo urbanismo “modernista”. (GOMES, 2005, p. 1)



A partir da divulgação do pensamento de Le Corbusier e de seus contemporâneos pelo mundo, esta corrente passou a agregar considerável número de arquitetos e urbanistas de vários países (entre eles o Brasil) que se aplicavam a redefinir os paradigmas do campo, à luz das demandas da sociedade industrial, em que as cidades, com suas já evidenciadas problemáticas relativas à organização do espaço, passavam a ser a arena onde se estabeleciam e se cronificavam os paradoxos entre o progresso da técnica, o desenvolvimento dos meios de produção, a modernização dos modos de vida, e as questões sociais e demográficas que deles decorriam. A cidade industrial que se estabelecia a partir dos antigos burgos europeus, de suas plataformas medievais e renascentistas, se rearranjava, a partir do seu crescimento espontâneo, reservando às classes trabalhadoras precárias condições de habitação e convívio social.

Na visão de Le Corbusier e dos modernistas, a “era do maquinismo” em que ingressou a humanidade a partir da Revolução Industrial, espairava pelas cidades da Europa e do mundo seus efeitos assoladores, com prejuízos que decorriam da deterioração das condições de habitação e organização do espaço sobre as condições da vida humana. Segundo ele, deste ponto uma mudança no *ethos* social humano se estabeleceu de forma definitiva, como uma ruptura que atingia

(...) um equilíbrio milenar, aplicando um golpe fatal no artesanato, esvaziando o campo, entupindo as cidades e, ao desprezar harmonias seculares, perturbando as relações naturais que existiam entre a casa e os locais de trabalho. Um ritmo furioso associado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida, opondo-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, expresso, nas cidades, por um congestionamento que as encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras. (LE CORBUSIER, 1993).

Havia ainda, adiante dos arquitetos da época, a oportunidade da reconstrução de cidades europeias destruídas pela Primeira Grande Guerra. E o ambiente cultural-intelectual que colocava o questionamento do ordenamento espacial estabelecido nas cidades como reflexo de formas de viver e pensar anacrônicas, inadequadas para os quadros sociais que se estabeleceram nas cidades após a revolução industrial.

Ainda não se encontrando, nos contextos do entre-guerras na Europa, as condições para aplicar as suas formulações teóricas, Le Corbusier e os arquitetos

modernos que com ele estabeleceram ligações constituíram um importante foro de discussão, formulação e disseminação do pensamento modernista na arquitetura e no urbanismo na realização dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna, os Ciam's.

A Carta de Atenas, publicada a partir do 4º. Ciam, em 1933, torna-se um documento referencial do urbanismo do século XX. Neste documento são lançados postulados que estruturam o urbanismo modernista e que preconizam uma intervenção de largo espectro na sociedade a partir da concepção (e implantação) do ícone representativo deste sistema, a que chamaram “a cidade funcional”.

Brasília é por muitos considerada – não inapropriadamente – como uma experiência, talvez a mais exemplar, de concretização desta utopia do urbanismo modernista. Examinaremos a seguir os conceitos expressos na Carta de Atenas pelos quais a cidade passa a ser idealizada, aproximando-nos intencionalmente, pela escolha dos pontos deste documento que comentaremos, das premissas deste urbanismo que tangenciam as formulações referentes aos conceitos de paisagem e paisagem cultural e à utopia sócio-espacial que, na cidade “inventada” por Lucio Costa, sob estes preceitos, neste trabalho nos propomos a investigar.

Como vimos nos parágrafos anteriores deste capítulo a construção teórica que subjazia o pensamento da arquitetura e do urbanismo modernista derivava de uma tomada de posição dos profissionais deste campo diante de um contexto emergente nas grandes cidades da Europa e de outros países em processo de industrialização pelo mundo. Contextos urbanos constituídos pela “era do maquinismo”, acometidos por uma desordem espacial refletida em um rol de mazelas advindas das condições consideradas insalubres e indignas para a vida coletiva e individual dos que nelas habitavam.

Estas contingências exigiam dos profissionais do campo uma atitude de engajamento intelectual e laborativo, a favor de implantar transformações na forma de conceber e gestar a relação do homem com o espaço urbano. Tal condição era admitida pela percepção da vida social regida por axiomas que, sobrepondo-se aos aspectos imanentes da condição humana (como suas relações psico-físio-biológicas com o ambiente) estabeleciam modos de vida transformados pela emergência das

tecnologias cujo desenvolvimento afetavam diretamente a vida em coletividade e o cotidiano das grandes cidades industriais. E da mesma forma como, também, estabeleciam novo ferramental técnico para as atividades no campo das engenharias, abriam aos arquitetos possibilidades de proposições que os permitiam ir além dos horizontes construtivos a que o domínio da arte se restringia até o fim do século XIX. No universo destas revoluções tecnológicas advindas do processo de industrialização, o emprego do aço e do concreto armado nas construções foi o que, aos arquitetos modernos, abriu o maior espectro de experimentação e novas possibilidades.

Como pano de fundo, o contexto da reconstrução das cidades, no entre-guerras na Europa, e o desenvolvimento da urbanidade nas Américas. Contextos em que se propunha, em razão do vulto e da dimensão estratégica para a promoção do crescimento econômico, pela iniciativa estatal (em consórcio como a iniciativa privada em países em que já se organizaram as bases capitalistas de investimento e exploração do espaço urbano) o ingresso dos países modernos na epopeia desenvolvimentista, industrializante, que transformou as sociedades no início do século XX. No Brasil, guardadas as diferenças e especificidades, o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, em que se inseriu a construção de Brasília, não deixou de ser a expressão local deste processo. (VIDAL, 2009)

Assim, em que pese as escolhas e perspectivas a-históricas em que se inseriam as proposições de cunho marcadamente racionalista, com um viés determinista, cujas contradições o tempo e a reflexão crítica trouxe à luz, é relevante considerar que o urbanismo formulado no âmbito dos CIAM's foi um movimento que se estabeleceu em resposta à crise das sociedades modernas, que em sua faceta mais visceralmente exposta, emergia nas cidades industriais. Uma crise de grande porte, de proporções e desdobramentos antevistos, a partir da qual, de uma perspectiva técnica, mas com bases teórico-conceituais estabelecidas a partir de intenso processo de elaboração, questionamento e debate – como também de engajamento em frentes de ação propositivas e projetivas próprias do campo - o urbanismo modernista, a seu tempo, na visada que o ofício lhe facultava e que a oportunidade histórica privilegiava, lançou bases para longas e perenes elaborações, formulações e reformulações sobre as cidades. E deixou obras que traduzem estas perspectivas, este pensar moderno sobre questões modernas.... sobre o homem, em sua dimensão social-urbana, em

que a vida está sobremaneira - como nunca antes esteve – condicionada abruptamente a um espectro específico de experiências, em que se evidencia o aprisionamento do indivíduo à limites impostos pela massificação, em que de toda forma se vê constrangido pelas relações econômicas de produção ali estabelecidas, nas sociedades industrializadas, pelo “maquinismo” que se reconhecia se tornando imperativo sobre os modos de vida. Sempre considerado, entretanto, como indivíduo em que os paradoxos entre sua individualidade e sua disposição e necessidade de socialização, de vida coletiva, estabelecem um jogo de interações e limitações em que as atávicas condições da relação ser humano-espaço se manifestam (ou se obliteram). Então vejamos:

O item “b” da Carta de Atenas estabelece uma premissa para a análise que faz da existência social humana:

Justapostos ao econômico, ao social e ao político, os valores de ordem psicológica e fisiológica próprios ao ser humano introduzem no debate preocupações de ordem individual e de ordem coletiva. A vida só se desenvolve na medida em que são conciliados os dois princípios contraditórios que regem a personalidade humana: o individual e o coletivo.

Não há dúvida de que um significativo passo foi dado no urbanismo moderno a partir do que ficou manifesto pela Carta de Atenas. Um passo que diz respeito a uma ecologia, à declaração da realidade individual e da coletividade integrada a um espaço, como a um sistema de interações, em uma complexidade de dimensões que vão do cultural e psicológico ao conjuntural, fisiológico, geográfico, econômico, social e político. No item “c” da primeira parte do documento estas afirmações estão assim formuladas:

Essas constantes psicológicas e biológicas sofrerão a influência do meio: situação geográfica e topográfica, situação econômica e política. Primeiramente, da situação geográfica e topográfica, o caráter dos elementos água e terra, da natureza, do solo, do clima.

A geografia e a topografia desempenham um papel considerável no destino dos homens. Não se pode esquecer jamais que o sol comanda, impondo sua lei a todo empreendimento cujo objetivo seja a salvaguarda do ser humano. Planícies, colinas e montanhas contribuem também para modelar uma sensibilidade e determinar uma mentalidade. Se o montanhês desce voluntariamente para a planície, o homem da planície raramente sobe os vales e dificilmente transpõe os desfiladeiros. Foram os cumes dos montes que delimitaram as áreas de aglomeração onde, pouco a pouco, reunidos por costumes e usos comuns, os homens se constituíram em povoações.

A proporção dos elementos água e terra, quer atue na superfície, opondo as regiões lacustres ou fluviais às extensões de estepes, quer se expresse em densidade, produzindo aqui gordos pastos e, ali, pântanos ou desertos, conforma, ela também, atitudes mentais que se inscreverão nos empreendimentos e encontrarão sua expressão na casa, na aldeia ou na cidade. Conforme a incidência do sol na curva meridiana, as estações se contrapõem brutalmente ou se sucedem em passagens imperceptíveis e, ainda que em sua esfericidade contínua, de parcela em parcela, a Terra não experimente ruptura, surgem inúmeras combinações, cada uma das quais com seus caracteres particulares. Enfim as raças, com suas religiões ou suas filosofias variadas, multiplicam a diversidade dos empreendimentos e cada uma propõe seu modo de ver e sua razão de viver pessoais.

Mais adiante na Carta de Atenas, ao se dedicarem à análise da situação crítica das cidades naquele momento, os urbanistas signatários retornam à questão das interações entre o ambiente urbano e as condições naturais do seu entorno. No item “c” da segunda parte do documento está explicitada esta questão:

O crescimento da cidade devora progressivamente as superfícies verdes limítrofes, sobre as quais se debruçavam as sucessivas muralhas. Esse afastamento cada vez maior dos elementos naturais aumenta proporcionalmente a desordem higiênica.

Quanto mais a cidade cresce, menos as "condições naturais" são nela respeitadas. Por "condições naturais" entende-se a presença, em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação. Uma expansão sem controle privou as cidades desses alimentos fundamentais, de ordem tanto psicológica quanto fisiológica. O indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade. Nessa ordem de idéias, a medida foi ultrapassada no decorrer dos últimos cem anos, e essa não é a causa menor da penúria pela qual o mundo se encontra presentemente oprimido.

E nos itens adiante (“f” e “e”) seguem afirmando a percepção da relação homem-natureza negligenciada no contexto das grandes cidades:

Os bairros mais densos se localizam nas zonas menos favorecidas (encostas mal orientadas, setores invadidos por nevoeiros, por gases industriais passíveis de inundações etc).

Nenhuma legislação interveio ainda para fixar as condições habitação moderna, que devem não somente assegurar a proteção da pessoa humana, mas também dar-lhe meios para um aperfeiçoamento crescente. Assim, o solo urbano, os bairros residenciais as moradias são distribuídos segundo a circunstância, ao sabor dos interesses mais inesperados e, às vezes, mais baixos. Um geômetra municipal não hesitará em traçar uma rua que privará de sol milhares de casas. Certos edis, infelizmente, acharão natural destinar à instalação de um bairro operário uma zona até então negligenciada porque as névoas a invadem, porque a umidade é excessiva ou porque os mosquitos nela pululam. Ele considerará que uma encosta voltada para o norte, que, em decorrência de sua orientação, nunca atraiu ninguém, que um terreno

envenenado pela fuligem, pela fumaça de carvão, pelos gases, deletérios de alguma indústria, às vezes ruidosa, será sempre bom o bastante para acomodar as populações desenraizadas e sem vínculos sólidos, a que chamamos de mão-de-obra comum.

As construções arejadas (habitações ricas) ocupam as zonas favorecidas, ao abrigo dos ventos hostis, com vista e espaços graciosos dando para perspectivas paisagísticas, lagos, mar, montes, etc... e com uma insolação abundante.

As zonas favorecidas são geralmente ocupadas pelas habitações de luxo; prova-se assim que as aspirações instintivas do homem o induzem, sempre que seus recursos lhe permitem, a procurar condições de vida e uma qualidade de bem estar cujas raízes se encontram na própria natureza.

Nos itens prescritivos, após a crítica das grandes cidades feita no manifesto, se estabelece a defesa de um novo paradigma de cidade, em que se circunscreve, a nosso ver, na utopia da cidade modernista, a proposta de um novo termo de ajuste territorial, nos aspectos a seguir percebidos e apontados, que dão contornos a uma percepção ambiental da relação homem/espço, que estamos neste trabalho a examinar. Como podemos ver descritas nos excertos da Carta de Atenas reproduzidos a seguir.

Doravante os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se a topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas.

As cidades, tal como existem hoje, estão construídas em condições contrárias ao bem público e privado. A história mostra que sua criação e seu desenvolvimento obedeceram a razões profundas, superpostas ao longo do tempo, e que elas não apenas cresceram, mas frequentemente se renovaram no decorrer dos séculos, e sobre o mesmo solo. A era da máquina, ao modificar brutalmente determinadas condições centenárias, levou-as ao caos. Nossa tarefa atual é arrancá-las de sua desordem por meio de planos nos quais será previsto o escalonamento dos empreendimentos ao longo do tempo. O problema da moradia, da habitação, prevalece sobre todos. Os melhores locais da cidade devem-lhe ser reservados; e se eles foram devastados pela indiferença ou pela concupiscência, tudo deve ser feito para recuperá-los. Muitos fatores concorrem para a quantidade da moradia. É preciso buscar ao mesmo tempo as mais belas paisagens, o ar mais saudável, levando em consideração os ventos e a neblina, os declives melhor expostos, e, enfim, utilizar as superfícies verdes existentes, criá-las, se não existem, ou recuperá-las, se foram destruídas.

É preciso, ainda, que elas<sup>18</sup> estejam situadas à distâncias bem grandes umas das outras, caso contrário sua altura, longe de construir um melhoramento, só agravaria o mal existente; é o grave erro cometido nas cidades das duas Américas. A construção de uma cidade não pode ser abandonada, sem programa, à iniciativa privada. A densidade de sua população deve ser elevada o bastante para validar a organização das instalações coletivas, que serão os prolongamentos da moradia. Uma vez fixada essa densidade, será admitida uma cifra de população presumível, que permita calcular a superfície reservada à cidade. Decidir sobre a maneira como o solo será ocupado, estabelecer a relação entre a superfície construída e aquela deixada livre ou plantada, dividir o terreno necessário tanto para as moradias particulares quanto para seus diversos prolongamentos, fixar uma superfície para a cidade que não poderá ser ultrapassada durante um período determinado, constituir essa grave operação, da qual a autoridade está incumbida: a promulgação do "estatuto do solo". [...]

O urbanismo é chamado para conceber as regras necessárias a assegurar aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física mas, também, sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrente. As horas de trabalho, em geral muscular e nervosamente extenuantes, devem ser seguidas, a cada dia, por um número suficiente de horas livres. Essas horas livres, que o maquinismo infalivelmente ampliará, serão consagradas a uma reconfortante permanência no seio de elementos naturais. A manutenção ou a criação de espaços livres são, portanto, uma necessidade e constituem uma questão de saúde pública para a espécie. Esse é um tema que constitui parte integrante dos postulados do urbanismo e ao qual os edis deveriam ser obrigados a dedicar toda a sua atenção. Justa proporção entre volumes edificados e espaços livres, eis a única fórmula que resolve o problema da habitação.

[...] As horas de liberdade cotidiana devem ser passadas nas proximidades da moradia. As horas de liberdade semanal permitem a saída da cidade e os deslocamentos regionais. As horas de liberdade anual, isto é, as férias, permitem verdadeiras viagens, fora da cidade e da região. O problema assim exposto implica a criação de reservas verdes:

- a) Ao redor das moradias;
- b) na região;
- c) no país.

A inserção da cidade em um contexto regional, defendida nas premissas da Carta de Atenas, nos parece a abordagem com que a utopia do urbanismo modernista se depara com seu maior dilema antitético, ao se reservar a uma análise essencialmente técnica, que abstrai a dimensão política e histórica que subjaz a qualquer contexto onde se proponha uma intervenção desta natureza. A ideia,

---

<sup>18</sup> As construções habitacionais elevadas, propostas como artifício de aproveitamento do espaço urbano nos projetos modernistas – nota do autor.

presumida em suas propostas, de que a autoridade (o estado) corresponderia às evidências e atuaria em favor da transformação social subsumida no bojo das evocações visionárias modernistas, por uma simples questão de racionalidade e responsabilidade social, foi com certeza o seu arroubo mais utópico e por onde a degeneração dos projetos realizados (como poderemos examinar no caso de Brasília, mais adiante) se fez instalar. Mas de qualquer forma, não se pode imputar ao programa uma esquivia de lidar com esta pré-condição, ainda que as abordagens nele contidas tenham sido feitas em parâmetros essencialmente técnicos, sem as problematizações necessárias. O que, de forma contraditória, caso estivesse em pauta (como em alguns momentos no âmbito dos próprios Ciam's ocorre ) não teria sido também causa, por obra desta problematização, que, ao se dar conta das complexidades históricas, antropológicas, sociológicas, políticas - para as quais, a não ser no longo prazo, houvesse esperança de transformação - se alterassem as agendas do movimento, em prol de que fossem aguardadas as desejadas e ideais conjunturas para que aplicação dos seus programas pudesse vir a ser defendida, na certeza de que se tornassem efetivos em sua plenitude. Pelo contrário, a energia que aos urbanistas modernos impulsionava era a presunção de que fossem capazes de atuar para que o movimento se desse no sentido inverso. Uma utopia, como todas as outras, com suas miragens e suas inerentes e inevitáveis assincronias.

O que nos importa, entretanto, aqui, é elucidar como a matriz do pensamento que perpassa toda a Carta de Atenas se articula com um eixo de debate que identificamos como um ideário de viés ambiental nas relações entre o ser humano e o espaço urbano, o que, espero, tenhamos atingido nos parágrafos anteriores deste capítulo. E, ao que muitos críticos identificam como um arrasamento universalizante que passa ao largo do exame das especificidades culturais e históricas de determinado território e seu povo, tenhamos encontrado a oportunidade de antepor uma nota de reflexão, ao passo que vemos se apresentarem questões contundentes, que dizem respeito a existência humana enquanto espécie, no contexto<sup>19</sup> -

---

<sup>19</sup> Reportando-nos ao pensamento do filósofo contemporâneo Edgar Morin, formulador do conceito do “pensamento complexo”, e mais especificamente aos postulados presentes em sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro”. Segundo Morin, um dos aspectos necessários à uma reformulação da educação na contemporaneidade seria justamente a dimensão da “identidade humana”. “É curioso que nossa identidade seja completamente ignorada pelos programas de instrução. Podemos perceber alguns aspectos do homem biológico em Biologia, alguns aspectos psicológicos em



extremamente complexo e com precárias e duvidosas chances de equacionamento - da crise ambiental em que o mundo contemporâneo se encontra imerso. Assunto que retomaremos no capítulo final do trabalho, mas que de imediato tem a oportuna inserção para introduzir um debate que colocará em perspectiva alguns aspectos presentes na crítica que vem sendo feita ao urbanismo modernista.

### **1.5. Brasília: as escalas e a conformação espacial de um partido simbólico-identitário no contexto de sua permanência**

Sobre a cabeça os aviões,  
Sob meus pés os caminhões  
Aponta contra os chapadões meu nariz.

Eu organizo o movimento  
Eu oriento o carnaval  
Eu inauguro monumento no planalto central  
Do país.

Caetano Veloso, "Tropicália"

Refletidas em um vetor de transição sociocultural – expressos nos versos do tropicalista Caetano Veloso citados nesta epígrafe - em que a adoção da arquitetura modernista se insere como plataforma simbólico-identitária, consubstanciada na construção de Brasília, as transformações deflagradas ao longo dos anos 50 na economia e na ordem política no Brasil apontavam uma radical mudança de contextos,

---

Psicologia, mas a realidade humana é indecifrável. Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Mas estamos em uma sociedade e a sociedade está em nós, pois desde o nosso nascimento a cultura se imprime em nós. Nós somos de uma espécie, mas ao mesmo tempo a espécie é em nós e depende de nós. Se nos recusamos a nos relacionar sexualmente com um parceiro de outro sexo nós acabamos com a espécie. Portanto, o relacionamento entre indivíduo-sociedade-espécie é como a trindade divina, um dos termos gera o outro e um se encontra no outro." Outro aspecto que deste decorre, pelo qual Morin discorre diretamente sobre a crise a socioambiental contemporânea é, o da "condição planetária", "sobretudo na era da globalização no século XX, que começou, na verdade no século XVI com a colonização da América e a interligação de toda a humanidade, esse fenômeno que estamos vivendo hoje em que tudo está conectado, é um outro aspecto que o ensino ainda não tocou, assim como o planeta e seus problemas, a aceleração histórica, a quantidade de informação que não conseguimos processar e organizar. Este ponto é importante porque estamos num momento em que existe um destino comum para todos os seres humanos, pois o crescimento da ameaça letal como a ameaça nuclear se expande em vez de diminuir, a ameaça ecológica, a degradação da vida planetária. Ainda que haja uma tomada de consciência de todos esses problemas, ela é tímida e não conduziu a nenhuma decisão efetiva, por isso, devemos construir uma consciência planetária." (MORIN, s/d, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf> , acessado em 10/10/2021)

até então, predominantemente rurais e tradicionalmente conservadores. Esta realidade política e social emergente, configurada então num contexto urbano e industrial em crescimento e consolidação, como matriz de produção econômica e reorganização social, era administrada habilmente por Juscelino Kubitscheck enquanto articulador de um equilíbrio, dinâmico e sensível, mantido pela aliança dos partidos políticos PSD e PTB em seu governo – contando com adesão até de setores da própria UDN (partido de oposição à época, representante da ala mais conservadora das oligarquias) aos quais convinham as plataformas de expansão capitalista, presentes nos propósitos desenvolvimentistas de seu plano de metas.

Este quadro político passa a se movimentar em direção a um retrocesso conservador a partir das eleições presidenciais de 1960. Para presidente foi eleito, com grande maioria de votos, Jânio Quadros, com uma retórica conservadora de ataque a corrupção e moralização dos costumes. A eleição do udenista Carlos Lacerda - um dos mais ferrenhos opositores de Juscelino Kubitscheck e da construção de Brasília - para o governo do recém-criado estado da Guanabara foi também fato político representativo, no caudal de um reacionarismo que recrudescia em contraposição ao progressismo do governo anterior, e às transformações sociais que propulsionavam a modernização da sociedade.

Sustentado em bandeiras “anti-comunistas”, no contexto internacional da guerra fria, e apoiado pelos interesses dos EUA na geopolítica do continente americano, o golpe militar de 1964 selou a opção das elites (respaldadas no apoio de uma grande maioria da classe média, de raízes católicas conservadoras), de reforçar a opção pelo modelo autoritário e excludente de direitos políticos e conquistas sociais, em que se estabeleciam as bases tradicionais da exploração econômica no país. Naturalmente, num quadro de substituição de uma plataforma democrática “progressista”, por um regime de exceção, com retrocessos políticos impostos como solução para um quadro “desordem” social e “ameaças revolucionárias”, uma narrativa depreciativa dos avanços e conquistas do período anterior foi construída.

Desta narrativa de desconstrução, a recém fundada capital, como signo, não foi poupada. Termos como “cidade fria”, “cidade vazia”, “cidade sem povo”, se tornaram expressões estigmatizantes, comumente associadas à capital, que reforçavam preconceitos e compreensões descontextualizadas, tecidas ao longo das

campanhas de depreciação da imagem de Brasília, e associadas ao demérito pretendido do projeto político que ela representava.

Desta forma, nos anos que se seguiram à revolução de 1964, um contexto de valores e propósitos conservadores, trazidos como ideologia de sustentação ao projeto militar no poder, e a descontinuidade do projeto político progressista representado pelo Governo JK, refletiram-se sobre a imagem de Brasília junto à sociedade, causando alguma depreciação na representação simbólica da nova capital. Tanto pelo que a capital, centro do poder, passou a representar num contexto antidemocrático (“capital dos milicos”), como pelo que, da deflexão na orientação da condução da política nacional, viria a incidir no processo geral de modernização da sociedade - a que, adequadamente, se ajustaria a necessária consolidação do arrojado projeto da nova capital - pode se dizer que a utopia de Brasília não encontrou continuidade na realidade prevalecente do projeto político das elites conservadoras brasileiras, que com o golpe militar reinstalaram, de forma contundente, sua hegemonia no poder.

Essa análise e contextualização se faz necessária na medida em que vários signos que hoje, fruto de exercício ao longo de anos de reflexão, renovação e sustentação nos debates em torno da capital, se veem (oportunamente recolocados em devido plano de significação cultural a partir do processo de tombamento de Brasília), esclarecidos em seu projeto, permitindo a recuperação dos sentidos propostos no partido urbanístico adotado. Como a seguir destacado nas análises tecidas por Jane Monte Jucá, autora de estudos sobre a paisagem e patrimônio no projeto de Brasília (que a partir daqui subsidiaram o percurso reflexivo neste estudo proposto):

Embora Brasília seja a primeira obra contemporânea inscrita na lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, diversas críticas desfiguram esse valor. De fato, seu projeto e sua construção ficaram no centro de um conflito de representações: de um lado, um ponto de convergência e de desenvolvimento possível da construção de um projeto social e de identidade nacional; de outro, em contraposição, uma progressiva resistência contra sua concepção urbana, acentuada com sua realização no Planalto Central e com os anos mais difíceis da ditadura militar (1968-1972).

Esse conflito de representações pode ser observado na leitura de algumas fotos, no jogo de grande beleza cênica, com diferentes planos arquitetônicos, e na percepção da capital como cidade vazia e fria. Dessas fotos, podem-se depreender o ser humano perdido em meio ao espaço aberto e a

superposição de linhas de diversos monumentos, servindo para afirmar a frieza da vastidão do concreto e do espaço.

Tal crítica possivelmente confundiu e embotou o coração de muitos brasileiros, comprometendo o sentido e a compreensão da estrutura da cidade, bem como a dos espaços abertos como aspectos constitutivos e representativos de sua concepção. Esse sentido é também comprometido pelo tratamento indevido desses espaços, que passam a ser considerados primeiramente repressivos e, depois, residuais, causadores de insegurança, de falta de urbanidade, de exclusão social; por isso, são denominados pejorativamente de “vazios”, referências da cidade que se banalizaram, banalizando-a por seu turno. (JUCÁ, 2009, p. 240)

A presença da cidade, entretanto, para além dos preconceitos e estigmas - para os quais, como afirmamos acima, cabe a devida ponderação - permanece como obra emblemática da arquitetura mundial, signo de uma utopia transformadora em que, entre outras, as forças da resistência humanista investiram. Permanece como o *locus* urbano, laboratório cênico experimental privilegiado de realização – e também de frustração - de proposituras sociais, àquele tempo vistas como horizontes em que se delineavam, na visão de intelectuais de vários campos do pensamento, possibilidades de reformulação dos espaços de convivência humana: os contextos urbanos no pós-guerra. E reverbera ainda como um clamor expresso, materializado, para outras formas de ajustes territorial que o contexto urbano industrial, moderno, com sua técnica, imaginava-se poder viabilizar. Podendo, a nosso ver, no que desta compreensão repercute, ser atualizado em sua conceituação (e significação), como uma proposta que persiste, pelas benesses advindas de seu tombamento - pelo que, destarte, pode preservar em si, no significado da existência do conjunto urbanístico tombado - como este aceno para um novo termo de ajuste socio-espacial. Um novo termo de ajuste, que em um contexto especialmente questionador dos rumos da nossa sanha civilizatória ousou ser pretendido, e logrou ser possível (uma vez que em situação particularmente favorável, e ainda que em dimensão prototípica, foi viabilizado). E que, atualmente, estrangido a um patamar de expectativas a que a realidade do mundo pós-moderno se mostra grave e cronicamente desfavorável, cada vez mais se apresenta urgente e necessário.

Em 2010, ano em que Brasília completava cinquenta anos, muito já se estabelecera em termos críticos e de elaboração teórica sobre o projeto e a realidade da cidade, numa perspectiva que a muitos tocava, no que diz respeito às suas continuidades e descontinuidades, delineadas por seus êxitos e insucessos, sua permanência e suas fragilidades, seus paradoxos e significados. O que - conforme

nos parece muito apropriado concordar, com o que foi referido no trecho dos arquitetos Vicente del Rio e Haroldo Gallo, em capítulo anterior citado - faz permanecer diante dela esta sensação, em relação à sua utopia modernista: do paradoxo lugar que ocupa entre o fecundo e o inacabado.

Desta data encontramos o texto do arquiteto, professor e, à época, analista lotado na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Eduardo Pierrotti Rossetti. Nele identificamos uma percepção da cidade enquanto *locus* de “construções” materiais e simbólicas, que, como evento arquitetônico e histórico, sua existência transparece.

Pensar em Brasília é pensar na cidade que se definiu como imagem, como lugar e como símbolo através da arquitetura. As fotografias da construção, as filmagens dos canteiros de obras, as memórias dos candangos, o ritmo frenético da construção, a inauguração mítica, os palácios cristalinos e o imenso horizonte do cerrado, tudo isso se amalgama e funde uma percepção complexa do que a cidade-capital representa hoje através de sua arquitetura. (ROSSETI, 2012, p. 01)

Deste ângulo de percepção, uma dimensão sensorial da cidade se avulta. Uma paisagem sem molduras justas, de limites não definidos, contingencia a relação entre as escalas urbanísticas, que são o aspecto distintivo do conceito da cidade, e a matriz conceitual de seu tombamento. Para o autor, prossegue ele, a interação entre as escalas apresenta-se, a partir de uma condição imanente, como signo que consolida o marco distintivo da proposta da capital modernista:

O tombamento singular de Brasília se estrutura através da definição e da lógica das quatro escalas enunciadas na Portaria Federal<sup>20</sup>: *escala monumental*, *escala gregária*, *escala residencial* e *escala bucólica*. A missão latente de transmitir, trans-geracionalmente, a potência simbólica de Brasília está representada em sua *escala monumental*, com seus palácios, sedes governamentais e espaços cívicos. A geometria do Plano Piloto e sua inserção na geografia do território, a intensa arborização e a estreita relação com o Lago Paranoá, demarcam a *escala bucólica*. Ao mesmo tempo, a *escala residencial*, com superquadras e outras áreas residenciais; e a *escala gregária*, com as atividades de serviços e comércio, devem assegurar o funcionamento cotidiano e a dinâmica da própria cidade. Com tais categorias este tombamento também instaura novos parâmetros para pensar a conservação e a preservação de arquitetura e do urbanismo moderno. (ROSSETI, 2012, p. 02)

---

<sup>20</sup> A portaria a que o autor se refere é a Portaria nº314, de 08 de outubro de 1992, do IPHAN (na época Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural), que determina e define os critérios do tombamento do conjunto urbanístico de Brasília.

Tendo a nosso ver, no que cabe ao nosso propósito, suficientemente considerado os elementos históricos e culturais constitutivos, ou que de alguma forma engendraram a construção de Brasília - e de seus significados simbólicos, ao longo do tempo - torna-se oportuno retornarmos, a partir daqui, às reflexões sobre a paisagem que, a nossos olhos, se configura como elemento onipresente em seu projeto, signo tradutor da intenção urbanística, ou das intenções urbanísticas nele subsumidas. Ressalvando, reiteradamente, que as intenções, neste caso, respondem a uma complexa construção cultural, cuja análise esperamos ter apropriadamente abordado nas páginas que a esta antecedem.

### **1.6. A Paisagem – sua gênese e sua correspondência simbólica**

Em artigo denominado Patrimônio-Paisagem: Função Social da Cidade, o arquiteto e professor de paisagismo Paulo José Lisboa Nobre, nos oferece uma reflexão que cabe aqui como oportuna introdução à questão:

Os signos contidos na paisagem são de grande importância no cotidiano das cidades. Vale destacar que a paisagem possui a importante função de alimentar a memória social, além de se caracterizar no cenário em permanente transformação, em que se desenvolve a vida. Essa renovação constante, característica própria da paisagem, reforça a necessidade da sua preservação, na medida em que nela estão impressas as trocas entre o homem e a natureza, próprias de um determinado lugar. (NOBRE, 2007, p. 285)

No que diz respeito ao que de agenciamento cultural representa a referência territorial, com a construção de Brasília como um ícone, paisagem-simbólica, no âmbito ideológico-programático da política nacional-desenvolvimentista, podemos introduzir alguns conceitos e elaborações dos geógrafos que lastreiam nosso percurso argumentativo.

O conceito de Augustin Berque de *médiance*, com o qual trabalharemos para fundamentar a ideia evocada no título, nos servirá de pedra de toque nas abordagens propostas. De acordo com Maria (MARIA, 2008)

Para Berque, o conceito de *médiance* é encarado como uma nova ferramenta para progredir na compreensão da relação das sociedades com o espaço e com a natureza. Assim, ele pretende decifrar a realidade sob o “ponto de vista” da *médiance*. Nesse sentido, a *médiance* deve formular um princípio de integração, que dê conta ou abranja as transformações subjetivas ou

fenomenais (as metáforas) e as transformações objetivas ou físicas (os metabolismos, os ciclos ecológicos por exemplo): *“partir de l'évidence que si le monde existe, c'est que de quelque manière y fonctionne un mécanisme qui intègre, réciproquement, la réalité sensible et la réalité factuelle”* (MARIA, 2008, p. 67)

No ponto em que podemos afirmar que a experiência social encontra referenciais, assim como os distinguidos na acepção de Berque, para sua consolidação em um âmbito psicológico-simbólico, na paisagem, encontramos razões para trazer à luz o que nesta relação sensível entre o ser humano e o espaço geográfico de sua experiência, emerge como arcabouço simbólico que constitui e dá sentido a um corpo de crenças e de sentimentos, a propósito de relações estabelecidas ser humano x coletividade em sua dimensão espacial (territorial), que vão além da mera circunstância reconhecível, imediata, de que neste espaço se organizam as condições da sua sobrevivência. Uma sobrevivência psicológica se organiza em torno de uma estrutura simbólica que significa e justifica as formas (e o nexo próprio e necessário à preservação destas formas) adotadas pelo grupo, pelas quais se estabelecem estas relações – bem como se revestem de uma naturalidade que garante a sua permanência. Um aspecto distintivo da percepção humana em relação ao ambiente (sendo “ambiente” conceito cuja transliteração cultural dá ensejo ao que entendemos por “paisagem”), para além das condicionantes de interações puramente fisiológicas do espectro dos sentidos humanos, é, conforme reconhece Yi-Fu Tuan, essencialmente, a dimensão do simbólico:

Os seres humanos possuem cérebros excepcionalmente grandes; eles têm debatido, através de milênios, sobre a relação entre corpo e mente. Os neurofisiólogos e psicólogos tentam ver como os cérebros humanos funcionam de forma diferente da dos demais primatas. Na pesquisa moderna, a tendência é diminuir a lacuna entre os processos mentais humanos e animais. A lacuna permanece porque os seres humanos ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. O meio ambiente artificial que construíram é um resultado dos processos mentais, de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomias e ciência. Todas estas realizações podem ser vistas como casulos que os seres humanos teceram para se sentir confortáveis na natureza. (TUAN, 2012, p. 31).

A gênese deste comportamento cultural, Tuan entende como derivante de hábitos estruturantes do sistema cognitivo humano:

Um símbolo é uma parte que tem o poder de sugerir um todo: por exemplo, a cruz pela cristandade, a coroa para a monarquia, e o círculo para a harmonia

e perfeição. Um objeto também é interpretado como um símbolo quando projeta significados não muito claros, quando traz à mente uma sucessão de fenômenos que estão relacionados entre si, analógica ou metaforicamente. O costume de estruturar o mundo em substâncias, cores, direções, animais e traços humanos, estimula uma visão simbólica do mundo. (TUAN, 2012, p. 43)

E também examina a constituição de elementos significantes no ambiente (paisagem), a partir de referenciais antropomórficos, do ser humano atribuindo valores a realidades espacializadas com base em condições distintamente valoradas a partir da sua autopercepção...

Valores espaciais que transcendem as culturas individuais parecem estar baseados em certos traços básicos do corpo humano. Por exemplo, o corpo humano tem uma costa e uma frente. Quais são as implicações desta assimetria? [...] Ir para frente é fácil. Ir para trás não é. Além disso, “retroceder” é psicologicamente desagradável, pois sugere erro e derrota. “Frente” e “atrás” não tem o mesmo valor social. (TUAN, 2012, p. 49)

ou das contingências relacionais percebidas entre o “eu” e o espaço.

Talvez seja universal a idéia de “centro” e “periferia” na organização espacial. Em todos os lugares, as pessoas tendem a estruturar o espaço – geográfico e cosmológico – com elas no centro a partir daí, zonas concêntricas (mais ou menos bem definidas) com valores decrescentes. (TUAN, 2012, p. 49)

É interessante – e digno de nota para os propósitos que mais adiante se elucidarão neste trabalho – como Tuan, neste caminho, nos traz de aspectos presentes na gênese da percepção humana do espaço a aspectos hoje refletidos em condições prosaicas nas quais transitamos e operamos com os significados tacitamente presentes em nossas percepções espaciais.

O espaço aberto significa liberdade, promessa de aventura, luz, domínio público, a beleza formal e imutável; o espaço fechado significa a segurança do útero, privacidade, escuridão, vida biológica. É tentador especular sobre a relação desses sentimentos com algumas experiências humanas profundas, consideradas filogenética e ontogeneticamente. Como uma espécie, os ancestrais primatas do homem migraram do refúgio da floresta tropical, semelhante ao útero, para o meio ambiente mais aberto e imprevisível das matas de galeria da savana. Individualmente, todo o nascimento é um movimento do escuro útero protetor para um mundo luminoso, que no começo não parece muito acolhedor. Na escala da evolução cultural, o começo do urbanismo, com o desenvolvimento concomitante das ideias de transcendência, rompeu a concha do lugar-orientado, nutridor de vida, das comunidades neolíticas. A atração das cidades baseia-se em grande parte na justaposição do aconchegante e do grandioso, da escuridão e claridade, do íntimo e do público. (TUAN, 2012, p. 50)

Os elementos verticais na paisagem evocam um sentido de esforço, um desafio de gravidade, enquanto os elementos horizontais lembram aceitação



e descanso. Os espaços arquitetônicos são capazes de evocar certos tipos de emoção. (TUAN, 2012, p.50).

Neste caminho profícuo de formulação pelo qual o autor explora a constituição dos referenciais simbólicos que orientam a percepção e a construção de estruturas significantes na psiquê humana em relação ao espaço, encontramos, antes de tudo, os fundamentos para confirmar o que vem expresso na citação inicial incluída neste item deste capítulo. Com propósito de ir além, abrindo espaço para o entendimento do conceito de paisagem cultural, e fortalecer a dimensão que representa este conceito como instrumento de categorização de uma realidade espacial transitiva, conforme é percebida por Berque.

### **1.7.A simbologia da paisagem na construção de uma imagem-patrimônio**

“[...] paisagem em largura, de qualquer lado infinita”

Lucio Costa, 1991

Partimos, para o propósito de discussão e elaboração conceitual que ensejamos a seguir, expresso no título deste item deste capítulo, de uma indagação, muito pertinente, formulada no âmbito das construções teóricas que fundamentam o conceito de paisagem cultural, no campo do patrimônio:

Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem. (RIBEIRO, 2007, p.31)

Concordando com esta formulação, seguimos a refletir sobre projeto de Brasília. Segundo Jucá, pode-se identificar na concepção da cidade aspectos distinguidos, segundo o conceito de Berque, como “motivações da paisagem”. Segundo Berque, as motivações da paisagem são os aspectos que presidem o processo de transliteração cultural, ao longo de uma construção transitiva complexa de significados, e de adoção de percepções, crenças e atitudes em relação a uma realidade espacial, em que as sociedades humanas situam, desenvolvem e referenciam sua experiência social (JUCÁ, 2009). Por este processo, segundo Berque, se constitui a paisagem, como entidade perceptiva, sensorial e transitiva, em

sua dimensão física e simbólica. Sendo as “motivações” estes aspectos que constroem a forma pela qual uma realidade espacial passa a ser apreendida como paisagem, nela se encontram as matrizes a partir da qual se engendram, num processo dialético, as disposições que indicam continuidades, ressignificações ou rupturas na forma pela qual se estabelecem, entre os indivíduos, os grupos sociais, e o entorno ambiental, os nexos de suas inter-relações.<sup>21</sup>

Investigando neste campo conceitual, Jucá afirma que sendo, no caso de Brasília, em diálogo com as próprias motivações da sua construção, a paisagem um elemento simbólico intencionalmente recorrido, a explicitação desta intenção carrega de força e significado o propósito pelo qual o urbanista lança mão deste recurso:

O que nos revela Brasília para além da imagem, mundialmente conhecida? Em se examinando o projeto original e a cidade, nós descobrimos uma dimensão singular: o sítio, visto a partir da cidade, a atravessa de tal forma que o espaço aberto e seu “horizonte” impregnam sua paisagem de uma grande força. Esta característica rompe com a dualidade cidade/campo. A dimensão natural do lugar participa da monumentalidade da paisagem e constrói sua identidade. (JUCÁ, 2002, p. 90) (tradução livre do autor)<sup>22</sup>.

Força que, segundo bem afirma a autora, emana das razões subjacentes (razões da paisagem): a evocação da natureza do sítio, de seus elementos distintivos, e reconhecíveis como signos, a este sítio em particular, peculiares, e também do sertão, de forma genérica, em seus referentes arquetípicos, como elementos de construção simbólica.

Seu plano, adaptando o desenho a esse quadro natural, assimila a grande extensão do país e fixa seus limites, respondendo a um desafio antigo e constante do território brasileiro. Esses aspectos sugerem um projeto de paisagem subjacente ao plano original de Brasília, com os espaços abertos – os “vazios” – expressando uma de suas características mais genuínas. Lucio Costa, materializando e valorizando no projeto da capital do país o sublime desse vazio e sua capacidade de emocionar o olhar, revela as “razões da paisagem” do Brasil.

<sup>21</sup> Retomando a referência conceitual adotada - e explicitada no item 1.6 do capítulo 1 deste trabalho - a partir de Berque, em que temos os conceitos de “Paisagem Matriz”, e “Paisagem Marco”, dialeticamente relacionados, presentes na base de sua construção teórica. (“Paisagem matriz, na medida em que as estruturas e formas contribuem para perpetuação de usos e significações entre as gerações, e “Paisagem Marco”, na medida em que cada grupo grava em seus espaços os sinais e os símbolos de sua atividade).

<sup>22</sup>“Que nous revele Brasília au-delà de l’image, mondialement connue? En examinant le projet original et la ville, nous découvrons une dimension singulière: le site, vu à partir de la ville, la traverse en tant qu’espace ouvert et son “horizon” *impregne* son paysage d’une grande force. Cette caractéristiquerompt la dualité ville/campagne. La dimension naturelle du lieu participe à la monumentalité du paysage et construit son identité.”

Essas também foram as razões dessa invenção tão concreta que nomeou de “cidade-parque”. (JUCÁ, 2009, p. 239)

Em outro ponto, Jucá examina, na interação entre as escalas, a presença dos vazios como elemento de permeabilidade. Segundo a autora, ao contrário do que, numa compreensão descontextualizada, é identificado como signo de “incompletude” e fonte de um sentimento de “irresolução urbana”, a alternância e disposição de espaços vazios no plano piloto de Brasília tem em si, na matriz cultural de adoção de seus partidos formais, signos referenciais do simbolismo que propõe.

De fato, observando atentamente o projeto original e o que foi implantado, sentimo-nos tocados pela onipresença do céu no vazio da cidade, o que é assegurado e assinalado pela transparência e pela leveza dos monumentos. É, certamente, nesse espaço que se encontram a origem e a expressão de sua monumentalidade. Por sua vez, com a abertura do espaço ao horizonte, intensificada pela declividade do sítio, amplia-se, nessa “capital aérea”, um sentido de monumentalidade, pois a cidade assimila, daqueles, a força sublime que nos perturba ou emociona pela “[...] paisagem em largura, de qualquer lado infinita”. (JUCÁ, 2009, p.240)

Ainda segundo Jucá, a aplicação deste recurso, que garante “a permeabilidade” da paisagem, assegura o trânsito perceptivo sem rupturas entre as distintas escalas, reconhecidas enquanto integradas a um só conjunto urbano.

Trata-se, pois, de um elemento que, nesse plano, foi urbanisticamente adequado à cidade, por meio de diferentes escalas. Portanto, entendemos que essa adequação não se faz por meio de barreiras de edifícios, mas sim pela permeabilidade espacial distintiva de cada escala, que define e caracteriza os respectivos limites e o da própria cidade, em um conjunto só. (JUCÁ, 2009, p. 240)

Ressalta a seguir que, neste caminho de proposição Lucio Costa encontra a resolução de um paradoxo, inerente ao desafio que a concepção da capital, em sua visada modernista, comportava.

Os aspectos da cidade, fundamentais a sua concepção, expressam-se de forma paradoxal nas palavras de Lucio Costa, na conclusão do Relatório do Plano Piloto de Brasília, e testemunham toda sua modernidade. A cidade resulta, diz ele, da “[...] harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional”. (JUCÁ, 2009, p. 243)

Por esta acepção, no partido adotado - com inclusão e onipresença da escala bucólica, que a permeabilidade, a alternância entre vazios e ocupados, entre edificados e massas de vegetação, permitiu - Jucá identifica a constituição do que,

para além de uma cidade-parque, tal como foi apresentada por Lucio Costa, em verdade se faz reconhecível, em sua dimensão espacial, a “cidade-paisagem”

São características que, compreendidas como princípios, ganham sentido com o estudo da paisagem, o que nos levou a construir esta argumentação: Brasília, cujo inventor, Lucio Costa, nomeou de cidade-parque, teria, em sua origem, um projeto de paisagem. Esse plano institui uma nova categoria urbana, na relação da estrutura aberta e edificada com a natureza do sítio e desfaz o oxímoro “paisagem urbana”,<sup>23</sup> associado à cidade tradicional de grande adensamento. Embora consideremos que a sensibilização da paisagem se realiza, também, por meio de evocações afetivas e simbólicas, o fato de a abertura de Brasília garantir a entrada do céu e do horizonte em seu espaço permite afirmar que esses traços ultrapassam aquele paradoxo conceitual. Brasília cidade-parque revela-se, então, pela apreensão de sua paisagem e apreensão de si própria como paisagem. (JUCA, 2009, p. 243)

Neste aspecto, a análise de Jucá não se afasta do que o próprio Lucio Costa já admitira em alguns momentos de seu percurso criativo e de suas elaborações sobre a cidade que inventou. O que, em um exame mais acurado, revela uma significativa transformação de motivação na perspectiva urbanística, introduzida no Brasil com o modernismo. Pelo que vinha na bagagem do urbanista, das fontes modernistas, mas também das reflexões sobre a arquitetura brasileira, do colonial histórico ao que se projetava culturalmente para as cidades onde as utopias humanistas e sociais do século XX vislumbravam chegar. Como afirma Guilherme Wisnik, uma mudança de paradigma na relação do homem com o meio ambiente, no Brasil, veio a ser experimentada na concepção de Brasília:

A verdadeira “tradição” arquitetônica no Brasil, se voltarmos ao período colonial, não é a de um hedonismo tropical, e sim a de refúgio e proteção. Amedrontados da imensa vastidão do território, e dos perigos da floresta, os portugueses desenvolveram aqui um sentimento de “hostilidade atávica” em relação à natureza, como argumenta o romancista José Lins do Rego. Com a chegada de Le Corbusier, e da arquitetura moderna, ocorre uma grande transformação. A arquitetura deixa de ser uma fortaleza contra o meio para se tornar uma redução poética da natureza. (WISNIK, 2018, p. 43)

É pois, conforme apontado por Wisnik, neste contexto “chave” do urbanismo, em que se alteram, nos seus paradigmas, os propósitos de urbanidade, que no Brasil se construiu, com o fulcro conceitual do urbanismo moderno, as bases propositivas para se pensar a nova capital como uma cidade que viria a representar o marco desta

---

<sup>23</sup>Segundo a autora, o oxímoro em questão se apresenta pelo fato de que, para alguns autores, teóricos da paisagem, para a construção sensível da paisagem a presença do horizonte é um motivo fundamental. Isto torna o termo “paisagem urbana” uma contradição em princípio, já que nos grandes adensamentos das cidades tradicionais, tal condição fruitiva, em geral, não está disponível.

mudança. Desta forma, mais nitidamente exposta podemos ver em Brasília a potência daquilo que Berque define como realidade transitiva que está na origem da paisagem: de paisagem referente (Paisagem Matriz) a paisagem inferente (Paisagem Marco), Brasília expõe em seus signos as motivações de sua idealização, em planos fundados nesta transitividade.

As “motivações da paisagem” seguem investigadas por Jucá. Voltando ao seu texto, no exercício do que a autora denomina “uma arqueologia da paisagem” aplicada ao caso de Brasília encontramos uma importante reflexão para perspectiva em que se pretendem estabelecer os fundamentos teóricos deste estudo. Segundo a autora, há no projeto da cidade uma intenção que traz como aporte um signo evocativo determinante, que remonta a toda uma “cadeia” generativa da proposta de Brasília, e da sua definitiva consubstanciação enquanto marco cultural. A propósito de vir a se constituir um referente identitário para um projeto de país que no âmbito da conjuntura política, social e cultural dos meados do século XX emergiu, é que a transferência da capital para as paragens inocupadas do sertão, no interior do Brasil, se reveste de toda a sua carga simbólica (JUCÁ, 2009). E neste contexto, a referência a paisagem traduz uma leitura impregnada de sentidos e aspirações.

[...] a concepção de Brasília também deve ser vista como parte do percurso de uma geração que pensava um projeto de identidade para o Brasil. Alguns dos elementos desse projeto eram a conquista e a valorização do espaço do sertão, de sua natureza e de sua produção material, considerada, então, primitiva e selvagem. O objetivo era integrá-lo (o Brasil) à cultura erudita, por meio de diferentes movimentos criativos e artísticos. Lucio Costa participava desses movimentos, com grupos de intelectuais e de artistas que buscavam respostas para a natureza da modernidade deste território continental, o Brasil.

O “vazio”, que de fato “não é o vazio do nada”, parece lhe oferecer possibilidades para uma nova proposta de ocupação, e ele plantou essa idéia no coração do país. Compôs a cidade com a vastidão do espaço territorial [...].

Essas reflexões, que visam ao projeto de construção de uma identidade do país e que se realizam pelas vanguardas culturais nacionais e internacionais, são entendidas, no entanto, como ruptura de tradições. Para além disso, a concepção de Brasília é um salto criativo, com a proposição de uma espacialidade que, passando pela releitura de nossas tradições e pela “largueza” de nossas dimensões territoriais, assimila novas exigências sociais e tecnológicas. Tal elemento, na base da “motivação da paisagem” da construção da capital, é atribuído por Lucio Costa, talvez, à “própria grandiosidade do cenário americano”[...] (JUCÁ, 2009, p.245)

De fato, como afirma a autora, a espacialidade evocada na cidade, no interregno de suas escalas, traz para uma dimensão de totalidade perceptiva os signos da paisagem, que confirmam no plano visual os sentidos da sua proposta: a todo tempo presentes, o horizonte e o céu, evocam na linha do horizonte avistável a imensidão do sertão onde repousam, nos elementos que evocam a sua vastidão territorial, os signos identitários do país.

A monumentalidade urbana de Brasília se reporta a esta monumentalidade territorial, natural, com a qual, desde sua fundação, a nação brasileira se identifica, e que permeia suas concepções valorativas. Em Brasília o sertão se presentifica e se renova. O sertão, na forma mítica em que pertence ao imaginário nacional, quem sabe, um dia, pode acabar, perder seus sentidos identitários, se extinguir. Mas Brasília, como seu entreposto, certamente – ainda que simbolicamente – permanecerá.

### **1.8. Nas dobras da paisagem modernista, uma utopia socio-espacial se pronuncia...**

Nem só de continuidades se formam as atitudes ambientais dos indivíduos e grupos sociais. Da mesma forma que as continuidades - inerentes à Paisagem Matriz - as descontinuidades refletem motivações que se pronunciam no campo da relação das sociedades humanas com o ambiente natural, ao longo de processos essencialmente culturais. Por isso podemos afirmar que, na paisagem, em suas dobras, conseguimos ver contidos os signos da Paisagem Marco - em que as mudanças estão potencialmente pronunciadas. Desde a constituição do corpo de crenças e valores, que fundam nas especificidades locais e temporais desta relação os axiomas de sua elaboração - e que sobre ela estabelecem determinados “aprendizados” e ritos - às condições que o avanço da técnica e da organização social e produtiva dos meios de sobrevivência trazem como imperativos de mudanças, passando por todo um arcabouço reflexivo que a cultura admite a partir do acúmulo de experiências e saberes, é inegável que em sua atividade sobre a terra o ser humano produziu versões diferenciadas sobre o seu lugar em relação ao mundo natural.

Examinando na literatura, na documentação histórica, na pesquisa antropológica, as mudanças de atitude ambiental, Yi Fu -Tuan em sua obra “Topofilia” reconhece e evidencia a dinâmica pela qual as percepções e as atitudes ambientais veem a refletir na alteração de valores atribuídos a paisagem. Neste espectro de câmbios localiza as mudanças na arquitetura. Segundo Tuan, “as mudanças em estilos de arquitetura refletem mudanças em tecnologia, economia e na atitude das pessoas para com o que é desejável no meio ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 105).

Sob a premência da busca de condições consideradas e reconhecidas como desejáveis para seu bem-estar e segurança, este sentido de busca de um meio ambiente físico para a sua existência social vai, entretanto, além das condições materiais necessárias à sobrevivência. Em contextos urbanos, de forma exacerbada, este sentido incorpora dimensões cujos atributos são próprios de outras instâncias: do prazer, do conforto, da satisfação psíquica (do pertencimento e da auto-valorização), da experiência social e afetiva, expressadas em instâncias fruitivas, sensoriais e cognitivas. Ao entorno ambiental se mesclam, e com ele se confundem, valores que, em vários níveis de percepção, associam ao ambiente a possibilidade de satisfação humana em instâncias de sua subjetividade. As subjetividades que projetam para um destino (um porto além-mar, um território sertão adentro, um planeta no espaço além) uma utopia a ser alcançada pelo gênio e pelo arrojo humano.

Não será esta a motivação primordial, subjacente ao ser humano em suas “conquistas” territoriais? Sim e não, diríamos. Ou mais adequadamente falando aqui, “nem tanto ao mar, nem tanto a terra.....” . No caso de Brasília, como já pudemos investigar nas páginas iniciais deste estudo, esta motivação, quando nada, veio a ser o fulcro da narrativa, a costura retórica, o “cimento” ideológico que, todas as outras motivações, foi capaz de reunir. Meta-síntese, algo que culturalmente se forjou por incidências complexas, de fatores carregados de simbologias e anseios, que com estas simbologias se expressam e operam.

Mas outra pergunta nos traz à contemporaneidade, ao presente em que investigamos as “motivações da paisagem”: em que medida as circunstâncias disruptivas que hoje globalmente vivemos – pelas quais as formas de vida na sociedade contemporânea nos impõem insegurança, desconforto, angústia, e uma perda de sentidos e esperanças – nos trazem hoje a um momento de reconhecimento

de uma crise socioambiental, que tem a potência de redimensionar – e nos fazer reposicionarmos, indivíduos e sociedade - na reflexão sobre os sentidos desta busca? Haverá para além deste ponto um novo repertório de motivações em que a paisagem seja mais enriquecida em seus aspectos simbólicos, e por isso mesmo menos transigida? Está é uma incisiva questão a esta altura do texto. Questão que agora colocada, ficará como um nó, onde as diversas linhas constitutivas permanecem e progridem “tensionadas”, nas conjunturas sociais, econômicas, culturais e políticas do mundo globalizado, atuando como sentidos divergentes de busca – pelo menos enquanto continuarem assim sendo percebidas, nos limites locais ou grupais de consciência<sup>24</sup> - em um movimento estrangulador que a nós, seres humanos, nos ameaça.

Ainda sobre a perspectiva de análise do tema, em outro texto, Jucá reitera suas conclusões, fundadas no conceito de Berque de “razões da paisagem”. E sobre Brasília acrescenta as seguintes reflexões, que nos conduzem a uma percepção da perspectiva socio-espacial que, na concepção do projeto, em sua “potencialidade criativa”, vê estarem seminalmente contempladas:

São os traços de inspiração “nativa”, reinventada em toda sua modernidade em Brasília, e que se perdeu com o crescimento extensivo e desordenado das cidades tradicionais. A solução, então, torna-se evidente: a cidade-parque, concebida por Lucio Costa na cidade-capital, sugere e motiva uma ocupação no planalto central com cidades contidas e verdes valorizando, na concepção de seu espaço, a dimensão de nosso território e sua integração ao cosmo. As cidades assim ganham identidade com o sítio e no sítio, de acordo com as “razões da paisagem” (16) históricas do país.

E tal é a potencialidade criativa dessa solução que, passados 50 anos, sua espacialidade continua a projetar no tempo sua modernidade. A cidade-parque revela-se agora um paradigma de sustentabilidade urbana. Um

---

<sup>24</sup> O individualismo, o etnocentrismo, o antropocentrismo, as opções radicais de grupos supremacistas, de fundamentalistas religiosos, culturais, políticos – e até ambientalistas - todos e mais alguns destes aspectos recalitrantes, sintomaticamente presentes ou revisitados nos atuais modelos de arranjos e desarranjos sociais pelo mundo, que são diversamente tendentes a uma forma de pensamento e interação predominante, globalizada, submetidos em seu largo termo à uma lógica constitutiva de mercado. Contexto em que cabe retomar no pensamento de Edgar Morin o aspecto (ou dilema) da “condição planetária”, já tocado anteriormente neste estudo “Os problemas estão todos amarrados uns aos outros. Sobretudo, há, daqui em diante, os problemas de vida e morte para a humanidade, como a arma nuclear, como a ameaça ecológica, como o desencadeamento dos nacionalismos acentuados pelas religiões\*. É preciso mostrar que a humanidade vive agora uma comunidade de destino comum.” (MORIN, s/d, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>, acessado em 10/10/2021) (\*Acrescentaríamos aqui os das “pandemias” - nota do autor)



modelo de ecocidade capaz de mitigar problemas socioambientais. (JUCÃ, 2009, p. 251)

Uma perspectiva sócio-espacial, de um novo termo de ajuste territorial nas cidades, a nosso ver, está de todo modo subsumida no projeto de Brasília. Podemos nos valer dela? Em que medida o que nela se propôs e se experimentou – e se experimenta – é aplicável a um diálogo fecundo entre a utopia e a distopia do mundo contemporâneo? Em que medida a voracidade disruptiva dos contextos contemporâneos pode (ou não pode) nos negar uma chance a um ajuste socioambiental condizente com a nossa necessidade de sobrevivência enquanto espécie? Qualquer que seja a alternativa para se propor este novo termo de ajuste, se iniciará pelas cidades, onde a face mais dilacerada desta crise se pronuncia, com a maior dimensão de impacto, vivenciada por centenas de milhões de seres humanos concentrados em espaços que se extinguem, em territorialidade e recursos.

Há uma condição cultural, na questão ser humano x espaço, em Brasília seminalmente instalada, a ser aqui revivida, revigorada? Em que caminho isto se pode fazer possível?

Estas últimas, após as outras, são as questões pelas quais trazemos o debate ao campo do patrimônio, da preservação ambiental e da museologia, que assim agora, propriamente iremos abordar.

## CAPÍTULO 2

### O Parque Nacional de Brasília – um parque na cidade-parque

Para compreender o Distrito Federal, é preciso entender em qual ambiente natural se construiu a nossa sociedade. Estamos no alto do Planalto Central, divisor de águas de três Regiões Hidrográficas brasileiras. Estamos no Bioma Cerrado. Estamos na Capital Federal do Brasil, uma região de muita beleza e extrema delicadeza.

ZEE, 2019.

Ao passarmos a abordar especificamente o objeto de estudo deste trabalho – o Parque Nacional de Brasília – podemos referenciar o núcleo de nossas motivações na perspectiva apresentada pela citação acima. Ela bem representa e sintetiza a percepção que se tem desta necessidade constante de revisitarmos e tornarmos expressas as singularidades deste espaço transitivo em que se constitui a paisagem, que ora nos inspira como escolha temática. E as motivações a esta escolha subsumidas, já expressas anteriormente neste estudo. Colocando-nos reafirmadamente, em conexão com aquelas que são as que, aos museólogos e outros atores dos campos da cultura, nos propulsionam: a de, diante de realidades reduzidas a termos ordinários, recuperarmos a complexidade e o “encantamento” que qualifica e abre campos de compreensão e expansão do ethos humano<sup>25</sup>. O que, acreditamos, seja feito no campo em que ousamos apresentar a presente contribuição: o campo das interações simbólicas, de construção imagética, que constitui a plataforma deste evento cultural que envolve e em que se referencia o nosso objeto de estudo, a que aqui chamamos Brasília, cidade-paisagem.

---

<sup>25</sup> Para utilização deste conceito, nos valem da compreensão explicitada por Sandra Patrício Ribeiro, na apresentação da publicação “Ethos humano e mundo contemporâneo”: “ethos, concebido como uma relação natural (como que) de moldagem contínua e recíproca entre um lugar e a vida de seus habitantes – mais especificamente para o caso humano, uma relação entre a subjetividade, o comportamento e o lugar de existência (situação), aspectos indissociáveis da nossa vida e que constituem condições fundamentais das experiências sustentadoras do mundo interno e das interações do sujeito com o mundo exterior, entendido em toda a sua amplitude e setores” (RIBEIRO, 2019, p.18)

## 2.1 Um parque de quê?

**Parque:** Terreno amplo e arborizado, destinado ao lazer e à recreação  
Dicionário Caldas Aulete.

A epígrafe deste capítulo, associada ao seu título, certamente se destina a uma provocação. Obviamente, a expressão “parque” adquire muitos outros significados, por outros sentidos a este superpostos, como na própria fonte da referência citada pode-se constatar.<sup>26</sup>

Esta provocação, que vai ao exame da origem semântica, é o mote para o que pretendemos discorrer neste capítulo, desde a apreensão do significado imediato da palavra, como recurso para discussão dos sentidos ulteriores a ela agregados (mas que, a nosso ver, da sua origem, em todos termos, seu significados ulteriores não se descolam). Assim fazemos pelas intenções admitidas neste trabalho: é no campo dos referenciais simbólicos que estabelecemos o espaço de nossa reflexão. O que aqui, neste caso, se mostra particularmente oportuno, já que toda a terminologia associada (parques, cidade-parque, cidade em meio à natureza) está no repertório conceitual, elaborativo, e também no prosaico, das discussões em que encontramos as construções simbólico-imagéticas a respeito de Brasília.

Neste caminho (como veremos nos desdobramentos destas reflexões) pretendemos nos aproveitar para aproximar os campos do preservacionismo do Patrimônio Natural e do Patrimônio Cultural, revelando as convergências e intersecções entre eles. Examinando o que lhes há de comum nas disposições formuladoras, nos propósitos culturais subsumidos à atuação nos campos, até mesmo no que vem expresso na forma em que são abordados e conceituados os seus objetos, acreditamos poder elaborar o que, resultando destes aspectos comuns, incide sobre as práticas, engajamentos e atividade política nestes campos – e também no que pode ser ampliado, desenvolvido e fortalecido no campo convergente de seus propósitos e desafios. São contextos em que, aplicando-nos ao objeto deste estudo,

---

<sup>26</sup> No mesmo Dicionário Caldas Aulete, aplicado ao campo da ecologia e do meio ambiente, o significado do termo “parque” está assim expresso: “Região natural posta pelo governo sob sua proteção legal afim de preservar sua fisiografia, fauna e flora: *Parque Nacional da Serra da Bocaina: Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio*”

com o seu instrumental prático-teórico, acreditamos virem a ter uma proveitosa inserção as perspectivas aventadas pela Museologia.

O Parque Nacional de Brasília (Parna de Brasília) é uma unidade de conservação (UC) administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>27</sup>.

As Unidades de Conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)<sup>28</sup> são porções territoriais que pela sua relevante potencialidade de representar e dar oportunidade à preservação de biomas<sup>29</sup>, devem ser desafetadas dos usos ordinários<sup>30</sup> regidos pelo interesse econômico e de ocupação territorial, das instâncias administrativas do estado, em suas várias escalas (municipal, distrital, estadual e federal). As formulações acima expressas se evidenciam no que está expresso nos incisos I dos artigos 2 e do artigo 5 da lei de criação deste sistema.

**Art. 2o** Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

**Art. 5o** O SNUC será regido por diretrizes que:

I – assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente; (grifos do autor)

<sup>27</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.

<sup>28</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC, instituído e regido pela Lei 9985 de 18 de julho de 2000, é a instância legal reguladora das áreas às quais é atribuído o estatuto de Unidades de Conservação.

<sup>29</sup> De acordo com o Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente define-se por Bioma: “Conjunto de vida (vegetal e animal) definido pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria” (IBGE, 2004, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4730.pdf>, acessado em 09/10/2021).

<sup>30</sup> E aqui anotamos uma primeira explicitação de proximidades conceituais entre os objetos dos campos em estudo: tal qual os espaços de preservação ambiental, os espaços de preservação patrimonial estão submetidos a um similar processo cultural de “desafetação” dos seus usos ordinários – se não no campo da sua funcionalidade, necessariamente do campo simbólico - e de construção de representações, que os faz investidos de atributos cenográficos, como elementos, implícita ou explicitamente, constitutivos da paisagem, integrando estes pois, com aqueles, um espaço convergente de referências no que diz respeito à percepção ambiental.

Em se tratando de uma Unidade de Proteção Integral, os Parques Nacionais, no que concerne aos seus usos e gestão, são ainda regidos por definições específicas, na lei estabelecidas.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Fica expresso desde estas definições, que Parques Nacionais, e assim como eles o Parque Nacional de Brasília, tem em seu estatuto fundador a vinculação aos princípios associados ao significado mais comum do termo: lugares arborizados, amplos destinados à recreação e lazer – compreensão esta extensível, em termos de referencial simbólico, ao conceito de cidade-parque que a Brasília é atribuído.

Todo este esforço fazemos para demonstrar a vinculação do parque, no caso do Parque Nacional de Brasília, à cidade-parque, no campo dos significados inatos por estes dois entes partilhados.

Mas para além desta percepção de origem semântica, outras, históricas e culturais, agregam sinapses a esta vinculação. Para estes aspectos do percurso argumentativo, para qual seguimos então, nos valeremos, como referencial teórico, de estudo já estabelecido, cujos desdobramentos tem sido acolhidos no âmbito das discussões atuais sobre o Parque Nacional de Brasília: o trabalho de Wilson Carlos Jardim Vieira Junior intitulado “Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de Memória”. Trata-se de um estudo bem detalhado, enriquecido por um extenso levantamento de fontes documentais, textuais e cartográficas, e lastreado em pesquisas de campo realizadas *in-situ* nos anos de 2009 e 2010. Este estudo, descendendo daqueles iniciados por Paulo Bertran nos seus trabalhos sobre o que ele chamou de “Eco-história do Planalto Central”, tem o mérito de revelar, desde a origem remota das ocupações territoriais pré-existentes à criação do Distrito Federal e à fundação de Brasília, a cadeia de reconstituição histórica desta atual configuração – Parque Nacional de Brasília, Unidade de Conservação que se estabeleceu em território culturalmente atuado por antanhas presenças, e que hoje existe e permanece sob a égide de sua indissociável vinculação ao evento da criação da capital.

Além da óbvia constatação de que a oportunidade de implantação de um parque neste sítio deve-se, por condição *sine-qua-non*, ao evento da fundação da capital, outros aspectos referentes à sua criação, que dão a dimensão deste vínculo de origem, são apontados por Vieira Jr. em sua dissertação.

A origem do Parque Nacional de Brasília (Parna de Brasília) está associada a construção da cidade. No ano de 1957, um acordo firmado entre o Ministério da Agricultura e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) criou o Convênio Florestal, órgão que tinha por incumbência promover o reflorestamento por meio da silvicultura, ou seja, acreditava-se que as espécies florestais do Cerrado deveriam ser regeneradas e melhoradas para o plantio no Distrito Federal. (VIEIRA JR., 2010, p. 56-57)

De outra parte, a fitofisionomia de cerrado em seu território tipificada, é traço distintivo que remete as justificativas de sua criação. Segundo Vieira Jr., após 4 anos de existência, em que cumpriu com a incumbência de “florestamento e reflorestamento da área de Brasília”<sup>31</sup> que lhe foi atribuída, com a produção e distribuição de milhares de mudas (10.000 plantadas e 600.000 produzidas até 1960) e plantio de mais de um milhão de semente, em 1961 o Convênio Florestal estava prestes a encerrar o acordo que o instituiu. (VIERIA JR, 2010, p. 57-59). Data deste ano, e desta circunstância, a propositura da criação do Parque.

[...] em 1961, o executor, engenheiro agrônomo e botânico Ezechias Paulo Heringer, propôs juntamente com o diretor do Serviço Florestal Manoel Carneiro de Albuquerque, uma “exposição de motivos” com o propósito de criação de um Parque Nacional para Brasília na área utilizada pelo Convênio Florestal. (VIEIRA JR, 2010, p. 59)

São distinguíveis os argumentos arrolados nesta exposição de motivos para a criação do Parque, no que diz respeito ao que propunha em termos de preservação da fauna e flora de Cerrado, típica da totalidade do território em que se implantou o Distrito Federal<sup>32</sup>, como também do aproveitamento e salvaguarda de seus aspectos cênicos e ambientais, particularmente no que diz respeito à proteção de mananciais e os relativos à formação de consciência ecológica da população. A seguir inserimos o

<sup>31</sup> Excerto de notícia publicada no Diário de Brasília, em 23 de março de 1957. Fonte: Diário de Brasília, Coleção Brasília VII, Serviço de Documentação/Presidência da República Apud VIEIRA JR, 2010, p.57.

<sup>32</sup>O Distrito Federal com seus 5.801,937 Km<sup>2</sup> tem todo o território (100%) inserido na região do Cerrado, sendo que 42% é área destinada a Unidades de Conservação (UCs). (VIEIRA JR., 2010, p. 55).

*fac-símile* de um trecho desta exposição de motivos, que merece, para efeito deste estudo, sua reprodução:

- a área é coberta por flora típica do cerrado, formação vegetal que ocupa mais de 1,5 milhões de Km<sup>2</sup> do Território Nacional, ou seja, mais da sua sexta parte, localizando-se Brasília no Centro deste tipo de vegetação;
- a área é rica em fauna típica da Região, e são necessárias providências para que esta permaneça intacta;
- a topografia possui acidentes “sui generis” somente ali verificados, como nascentes de águas cristalinas, penhascos de arenito, fenômenos de “Karst”<sup>33</sup> etc., que devem ser protegidos;
- a área inclui as bacias dos três rios fornecedores de água potável da Capital. Trata-se, portanto, de conseguir o domínio efetivo sobre as áreas destes mananciais e colocá-las à guarda de um organismo – O Parque Nacional de Brasília;
- a manutenção desta área em estado natural contribuiria também para o equilíbrio das condições climáticas e evitar-se-ia a erosão do solo;
- a finalmente, o novo Parque será considerado como uma instituição educacional para educar o povo nas práticas conservacionistas e servir para a preservação de material básico para estudos e pesquisa. (IBDF, 1979, p. 9-10, Apud VIEIRA JR., 2010, p.59)

De acordo com Vieira Jr., em 29 de novembro de 1961, com a criação do Parque Nacional de Brasília, uma área de aproximadamente 30.000 hectares “tornava-se destinada a preservação do Cerrado, ecossistema típico do Planalto Central”.

O Parque Nacional de Brasília teve seus limites posteriormente estendidos para noroeste, pela Lei nº 11.285, de 8 de março de 2006, tendo sua área acrescida para os 42.355,54 hectares atuais.

A pretexto de ilustrar o que foi descrito acima a respeito dos aspectos territoriais e geoespaciais do Parna de Brasília, em sua atual configuração, apresentamos a seguir algumas imagens e mapas elucidativos.

Na Figura 1 a seguir são apresentadas as características topográficas do parque, com seus principais componentes visíveis - contendo informações legíveis quanto aos seus limites, o tecido urbano e a malha rodoviária conexos – e sua localização definida por coordenadas cartográficas. Tendo em destaque ainda um

---

<sup>33</sup> Segundo glossário de termos de geologia do site do Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos - SIGEP o termo “karst” refere-se a “região ou terreno com feições características de processos de dissolução de rochas como o calcário, com drenagem subterrânea, cavernas e dolinas.” Disponível em <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/karst.htm> , acessado em 03/10/2021.





Observando a topografia do território em questão, relevante é notar o enclave da área do Parna de Brasília no relevo da região, com seus aspectos morfológicos, hidrográficos, e de cobertura vegetal visivelmente distintos das demais áreas do seu entorno, sendo estas características (pela excepcional condição de ser esta uma área observável em sua fisionomia preservada, em condições cenográficas, paisagísticas, muito similares àquelas que antecederam às urbanizações ocorridas na região) ainda notáveis numa apreciação imediata. Seriam estas as mesmas características que, de certo, ressaltaram aos olhos daqueles que, integrando a comissão de cientistas e geômetras que se formou para a definição da sua mais adequada localização, opinaram pela escolha dos sítios contíguos à região do Córrego Acampamento<sup>34</sup> como a indicada para implantação da “Nova Capital”. E ainda, mais tarde, dos que, no âmbito da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1953-55) decidiram pela confirmação deste mesmo sítio (identificado como “Sítio Castanho”)<sup>35</sup>, originalmente pertencente a Fazenda Bananal, as que teriam sido motivações que, levadas em consideração, influíram decisivamente na escolha que fizeram.”<sup>36</sup>

Na figura 2, a seguir, apresenta-se, em mapa em que figuram as confrontações das antigas propriedades da região escolhida, citada no parágrafo anterior, a área remanescente da “Fazenda Bananal”, desapropriada para construção de Brasília, que veio a ser utilizada pelo Convênio Florestal - de cuja ocupação derivou a iniciativa que estabeleceu esta área para implantação do Parna de Brasília. Na figura apresentam-

---

<sup>34</sup> Segundo observado pelo historiador Elias Manoel, do Arquivo Público do Distrito Federal, este córrego passou a ser assim nominado em razão de ter acolhido em suas margens o acampamento que sediou as atividades de reconhecimento da área promovidas pela Comissão Cruls (1892-94), tornando-se pois a primeira referência toponímica local relacionada à construção de Brasília.

<sup>35</sup> Ver figura 3, página 69.

<sup>36</sup> Sobre as circunstâncias que presidiram a escolha do “Sítio Castanho” pela Comissão de Localização da Nova Capital Federal, (CLNCF) formada no governo Getúlio Vargas (1952-54) Vidal nos dá a seguinte descrição: “A comissão encarregada dos estudos finais com vistas a construção procede um levantamento fotogramétrico do Retângulo do Congresso [...] As fotografias obtidas servem de base de trabalho a uma firma norte-americana, Donald J. Belcher, encarregada de selecionar cinco locais possíveis para construção de uma cidade capital.[...] A 15 de Abril de 1955, entre os cinco locais propostos pela firma Donald J. Belcher, identificados com a ajuda de cores diferentes, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal escolhe o sítio Castanho”. (VIDAL, 2009, p. 172) (grifo do autor) Retângulo do Congresso segundo Vidal, foi assim chamada a área de 52.000 km<sup>2</sup> definida no âmbito da Comissão Poli Coelho (1946-48), cujos trabalhos, realizados para implantação do Distrito Federal, antecederam aos trabalhos da CLNCF.(VIDAL, 2009, p. 166 e p.171) (grifo do autor)

Vidal inclui em suas observações uma assignável manifestação contida no Relatório Belcher, entregue com suas conclusões ao presidente da referida Comissão, marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1955: “o Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira nação da história a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza”. (SILVA, 1985, p.87 APUD VIDAL, 2009, p. 172) (grifo do autor)

se evidenciadas a proximidade e a locação topográfica, em condição ambiental e espacialmente referenciadas em motivações subsidiárias a implantação da capital, pelas quais destacamos a integração orgânica deste território ao ocupado pelo Plano Piloto de Lucio Costa - em cujos marcos se situa a área tombada do conjunto patrimonial modernista de Brasília.

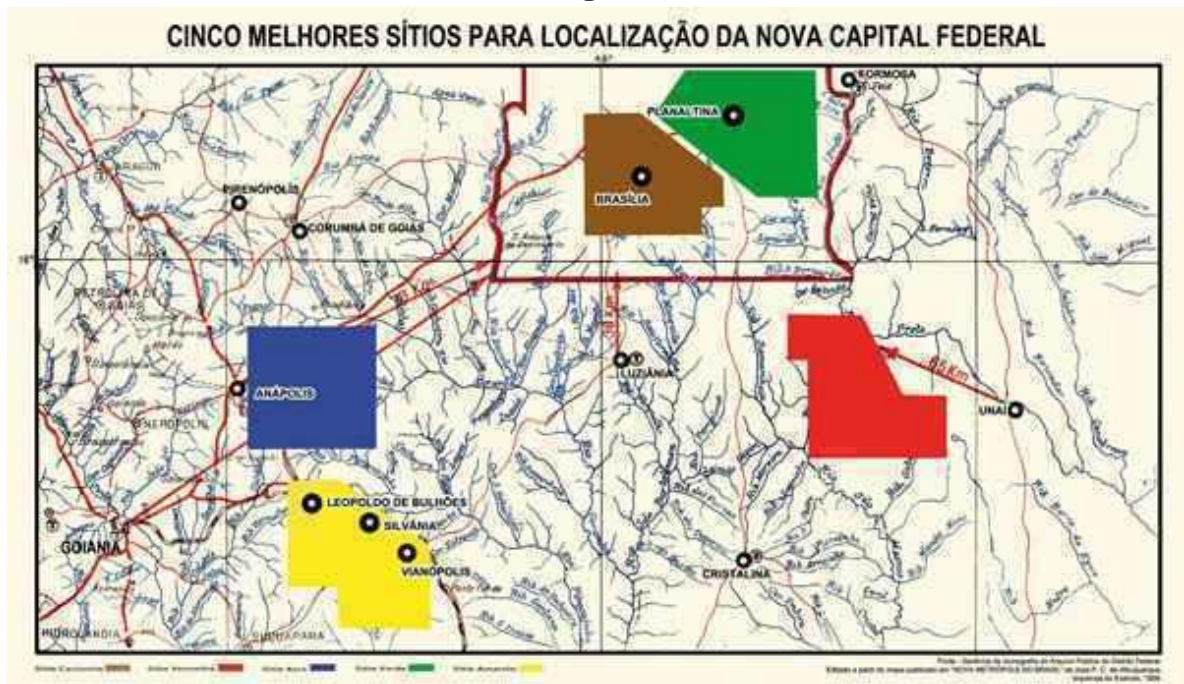
**Figura 2** – Na imagem a seguir, a área destacada em verde é parcela de terra remanescente da Fazenda Bananal, onde foi instalado o Convênio Florestal (1957-64?)



(Fonte: VIEIRA JR, 2010, p. 58)

Na figura 3, os sítios definidos no relatório Belcher como os cinco mais favoráveis para a implantação da capital. Na figura 4, um detalhe do mesmo mapa, com aproximação de visualização do sítio Castanho, sobre o qual recaiu a escolha para a construção da “Nova Capital Federal” no Planalto Central

Figura 3



(Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal)

Figura 4



(Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal)

Na figura 5 a seguir, temos um mapa esquemático com a visualização da área do Distrito Federal em meio a vastidão territorial representada pela ocorrência do bioma Cerrado no Brasil<sup>37</sup>.

**Figura 5 – Localização do DF em relação a área de ocorrência do Cerrado**



(Fonte: IBGE, s/d)

<sup>37</sup>O Bioma Cerrado – ou savana brasileira – ocupa 22% do território do Brasil, ou seja, mais de 2 milhões de Km<sup>2</sup> do nosso país. O Cerrado conecta praticamente todos os outros Biomas brasileiros. Ele ocorre nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de enclaves localizados no Amapá, Roraima e Amazonas. É a savana mais rica em biodiversidade do mundo. (SEMA/GDF – 2019. Disponível em [https://experience.arcgis.com/experience/b8ca6689093647e3aa5b798d9a33f931/page/page9/?views=view\\_55%2Cview\\_62](https://experience.arcgis.com/experience/b8ca6689093647e3aa5b798d9a33f931/page/page9/?views=view_55%2Cview_62) – acessado em 09/10/2021)

Como se pode apreender pela visualização dos mapas apresentados - invertendo o sentido da leitura, partindo do plano geral, em que é apresentada a ocorrência do bioma na figura 5, para os sucessivamente particularizados até a figura 1 - os enclaves apresentados pelo Distrito Federal no território de Cerrado, pela localização do parque no Distrito Federal - nas proximidades da área tombada do Plano Piloto de Brasília - e pela sua espacialidade visível na aproximação representada nas figura 1 e 2, a situação desta Unidade de Conservação tem em sua dimensão geoespacial uma condição de centralidade e de conexão territorial que a distingue e a destaca. Ressaltamos aqui estes elementos de percepção, que tem relativa importância para as reflexões que pretendemos estabelecer neste estudo.

No que diz respeito ao seu intrínseco valor de Unidade de Conservação, muitas são as motivações para a existência do Parque Nacional de Brasília enquanto reserva de fauna, das fitofisionomias próprias do bioma, e da conservação do seu potencial hídrico – esta última questão, não dissociada das outras, de relevante e estratégica importância para o abastecimento do Distrito Federal.<sup>38</sup> Quanto às questões relativas à preservação do Cerrado, destacam-se aquelas que se referem a estas propriedades hídricas, correspondentes as características geomorfológicas dos seus solos, bem como de aspectos próprios da sua vegetação, e da sua posição, em particular, nas terras altas do Planalto Central. Mas adquirem maior relevância no âmbito das razões que evocam a proteção de um bioma extremamente impactado pela expansão das atividades econômicas em seus domínios. Segundo informações colhidas no site do Ministério do Meio Ambiente, as motivações para preservação do Bioma, já em 2006 - de quando data a ampliação da área do Parque Nacional de Brasília - eram denunciadas numa dimensão de urgência diante de um cenário ambiental preocupante.

O esforço para preservar o Cerrado não é à toa. Segundo especialistas, a continuar o atual ritmo de devastação, o bioma pode desaparecer até 2030. Com ele, desapareceriam também não só milhares de espécies, mas ainda 14% da capacidade hídrica brasileira. O Cerrado é considerado a grande "caixa d'água" da América do Sul, com nascentes e cursos de água que escoam para as bacias dos rios Amazonas, Tocantins, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai. Embora sua importância e o fato de se o

---

<sup>38</sup> Na área do Parna de Brasília situa-se o segundo maior sistema de abastecimento atualmente em operação pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Caesb: o sistema Santa Maria-Torto, formado pelas barragens de Santa Maria e do Torto, responsável pelo atendimento de aproximadamente 27% da demanda de consumo de água potável do Distrito Federal.

segundo maior bioma brasileiro, está na lista dos chamados *hotspots* mundiais, locais que já perderam pelo menos 70% da cobertura original.<sup>39</sup>

Não esquecendo, mas considerando que devem existir motivações originadas em outros âmbitos, como as que ressaltamos neste estudo – da vinculação cultural a que o reconhecimento do valor de patrimônio ambiental desta Unidade de Conservação está subsumida – consideramos sobremaneira significativo que, no primeiro ato de reconhecimento internacional do Cerrado brasileiro, perpetrado pela Unesco, em 1993, com a constituição da Reserva da Biosfera de Cerrado, tenha sido o Parque Nacional de Brasília definido como uma das áreas núcleo. Tal reconhecimento confere ao Parque Nacional de Brasília “um status equivalente ao de Patrimônio Cultural da Humanidade” status este que “foi reforçado na legislação Distrital pela Lei 742 de 1994”.<sup>40</sup>

No próximo capítulo (capítulo 3) voltaremos nossas análises aos aspectos que se desenvolveram ao longo da consolidação do Parque Nacional de Brasília, com a sua implantação a definição (e posterior expansão dos seus limites), a regulação de sua atividade por seus planos de manejo, e a efetiva utilização de suas estruturas e regiões visitáveis pelo público do Distrito Federal. Neste ponto pretendemos avaliar os sucessos e os obstáculos presentes na trajetória do Parque Nacional de Brasília, em sua dimensão de utilização pública voltada para os propósitos de difusão de conhecimento e criação de novas sensibilidades em relação ao patrimônio ambiental no Distrito Federal. E deste ponto de avaliação, encontrar condições para refletir sobre a situação e os prognósticos desta utilização, considerando, desde já, a partir de estudos como o de Vieira Jr. (2010) e outros - e dos desdobramentos que deles decorreram em termos de percepção desta Unidade de Conservação em Brasília - a incorporação a estes programas de ações voltadas também para divulgação dos referenciais históricos subjacentes a sua existência, como vetores de ação capazes promover, no âmbito de suas atividades educativas, uma vinculação entre a percepção ambiental e a construção da paisagem, em seu fulcro cultural-patrimonial. Referenciando, naturalmente, estas análises à argumentação desenvolvida anteriormente neste estudo, no que ele vem trabalhando por distinguir como

---

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/marina-silva-instala-comissao-nacional-do-cerrado>, acessado em 04/10/2021

<sup>40</sup>ICMbio. Guia do Participante – Oficina do plano de manejo do Parque Nacional de Brasília. Brasília, 2021, p.8 – publicação digital disponibilizada por envio privativo aos participantes da oficina.

necessária, no caso de Brasília, a percepção desta vinculação: da urbanidade concebida às dimensões da paisagem e de territorialidade por ela evocadas. Vinculação esta que decorre, a nosso ver, de uma intenção, pela qual se consignou neste projeto de urbanidade uma utopia socio-espacial. No espaço territorial e cultural dos parques, com que sua existência (ela própria, cidade-parque) dialoga, encontram-se, pois, contiguidades e linhas de re-conhecimento simbólico, a serem expostas e exploradas em caminhos de construção cultural. Por conseguinte, focaremos na apropriação dos sentidos cenográficos-paisagísticos, e outros elementos referentes e simbólicos, presentes potencialmente no Parque Nacional de Brasília, e seminalmente constituintes de uma paisagem cultural, em que sua inserção, no âmbito de suas interrelações ambientais e simbólicas com o projeto e o processo de implantação da capital, revela a condição de elemento de valor patrimonial. Valor que, a nosso ver, a este reduto incomum de preservação do Cerrado e da Eco-história do Distrito Federal, deve ser reforçadamente atribuído.

Conclusivamente ao que estabelecemos nas reflexões deste item deste capítulo, e abrindo para o que continuamos a defender nos que se seguem, oportunamente reproduzimos aqui trecho do Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Federal estabelecido para o debate da preservação de Brasília.

Não há nenhuma dúvida de que a área de Brasília, conhecida como Plano Piloto reúne um dos maiores acervos conhecidos., representativo de certos períodos decorrente da arquitetura e do urbanismo do século XX. Além da importância indiscutível que representa para a história social e cultural do Brasil, sua genealogia e repercussão lhe conferem interesse um contexto de dimensões internacionais. Nada mais justo, portanto, que estabelecer prontamente um conjunto de medidas que assegurem sua proteção contra o uso predatório e as intervenções desfiguradoras. Definir estas medidas, porém, implica em explicitar as características essenciais do conjunto que se quer proteger, pois, no caso do Plano Piloto, são estas características, mais do que cada um dos edifícios que o compõem, as responsáveis, por sua fisionomia e sua importância. Assim, escala, espaço, paisagem (intra e extra-urbana) visuais, unidade, etc. são algumas das características que apresentam, no caso, as peculiaridades percebidas e fortemente atuantes na vivenciação do espaço urbano do Plano Piloto[...]. (Pró-Memória, Relatório Preliminar do GT de Brasília, 1981) (grifos e destaques do autor)

## **2.2A fundamentação e a evolução dos conceitos de Unidades de Conservação no contexto da formação do ideário ambiental no Brasil**

O Parque Nacional de Brasília, após a sua criação em 1961, passou por um percurso de consolidação, em que esteve a vários entes da administração pública federal incorporado, na sucessão dos diversos órgãos e institutos que tiveram sob sua gestão as Unidades de Conservação.

Inicialmente, conforme determinado pelo decreto de sua criação (decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961) sua primeira vinculação administrativa foi ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

De acordo com as transformações nos enquadramentos administrativos da gestão dos parques nacionais desde então, o Parque Nacional de Brasília esteve vinculado ao Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR (de outubro de 1962 a fevereiro de 1967) ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (de fevereiro de 1967 a fevereiro de 1989) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama (a partir de fevereiro de 1989 - contexto em que a gestão das Unidades de Conservação deixam a estrutura do Ministério da Agricultura e se transferem para esta autarquia, cuja criação se originou da fusão de quatro outros órgãos federais que respondiam pelas questões ambientais no Brasil)<sup>41</sup>. Em 1992, o Ibama passou a integrar a estrutura do então criado Ministério

---

<sup>41</sup> “Em 22 de fevereiro de 1989 foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), integrando a gestão ambiental no país. Até então, havia várias instituições no governo federal com diferentes visões, muitas vezes contraditórias, para tratar sobre o tema. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior.”

“Outro órgão que deu origem ao Ibama foi o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que era responsável pela gestão das florestas. Além dele, a Superintendência de Pesca (Sudepe), que mantinha a gestão do ordenamento pesqueiro, e a Superintendência da Borracha (Sudhevea), que tinha como desafio viabilizar a produção da borracha. O IBDF e a Sudepe eram vinculados ao Ministério da Agricultura e a Sudhevea, ao Ministério da Indústria e Comércio. Diferentemente da Sema, a atuação de preservação ambiental destes órgãos era reduzida dentro de suas estruturas, pois foram criados para dar incentivos fiscais e fomentar o desenvolvimento econômico. Não havia, portanto, um órgão com a atribuição de trabalhar o meio ambiente de forma integrada. Juntos com a Sema, foram estes os quatro órgãos que deram origem ao Ibama.

Indiretamente, a criação do Ibama é o ápice de um longo caminho de articulação e conscientização, que teve como pontapé, se não inicial, mas pelo menos mais forte, a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Após Estocolmo, houve muita pressão da sociedade brasileira e internacional para que o Brasil fizesse a gestão ambiental de forma integrada. Como resposta ao compromisso brasileiro assumido junto à



do Meio Ambiente. Em 2007, com a criação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio, a gestão das UC's passa a administração desse instituto.

Analisando a evolução da legislação que institui e rege o funcionamento de cada um destes órgãos, bem como das unidades de conservação sob suas jurisdições, podemos observar as transformações nos propósitos conservacionistas no país, e sua relação com a percepção ambiental da sociedade no período, percebendo nestas condições aspectos determinantes do estatuto definidor dos Parques Nacionais e suas atribuições, ao longo da vigência de cada um deles .

Ao se analisar a implantação do sistema brasileiro de unidades de conservação, nota-se que a época de criação e a sua distribuição geográfica estão intimamente ligados à diferentes etapas do processo de desenvolvimento do país. Em geral à criação de Parque Nacionais ou outras áreas protegidas precede ou coincide o avanço de frentes pioneiras sobre regiões virgens. Desta forma o desenvolvimento estaria impulsionando a criação de áreas naturais protegidas. Contraditoriamente, este mesmo desenvolvimento ameaça a existência das áreas protegidas já estabelecidas. (QUINTÃO, 1983, p. 13)

A definição de Parques Nacionais, que regeu a criação do primeiro parque no Brasil – o Parque Nacional de Itatiaia<sup>42</sup> – foi fundada no artigo 9 do primeiro Código Florestal Brasileiro, de 1934.

Art. 9º Os parques nacionaes, estaduaes ou municipaes, constituem monumentos publicos naturaes, que perpetuam em sua composição floristica primitiva, trechos do paiz, que, por circunstancias peculiares, o merecem.

§ 1º É rigorosamente prohibido o exercicio de qualquer especie de actividade contra a flora e a fauna dos parques.

§ 2º Os caminhos de acesso aos parques obedecerão a disposições technicas, de fórmula que, tanto quanto possivel, se não altere o aspecto natural da paisagem.

A origem da promulgação desta lei remonta a contextos econômicos e políticos das primeiras décadas do século XX, à presença de grupos ligados aos ideais de

---

Conferência de Estocolmo, surgiu a Sema, em 1973, que realizou, nos anos seguintes, um trabalho de criação e atualização do marco regulatório da área ambiental.” (BRASIL, Ibama, 2018)

<sup>42</sup> O Decreto que instituiu o Parque, tinha como justificativa para sua criação a conservação dos aspectos naturais da área como fator marcante. Destacou também a importância de sua flora, que havia sido exaustivamente estudada por pesquisadores nacionais e estrangeiros, entre eles. Saint Hilarie, Glaziou, Baker, A. Fée, Fernelse, Toledo Junior, Brade e vários outros (IBDF, 2012 Apud Quintão, 1983, p. 20)

preservação da natureza<sup>43</sup> que desde esta época se articulavam, notadamente no Rio de Janeiro e São Paulo, e à criação, em 1921, do Serviço Florestal do Brasil, que de alguma forma respondia às denúncias formuladas em alguns setores da sociedade, e a uma percepção social já presente, quanto ao avanço devastador e irrefreado das atividades econômicas sobre as “reservas naturais”, notadamente na região sudeste e parte da região sul. Os efeitos deste avanço se deram, à época, sobre territórios com vegetação original remanescente, onde haviam florestas ainda não exploradas. São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e na região sul o Paraná, foram os estados mais afetados pela expansão da atividade agro-pastoril e pela exploração madeireira, neste período.

À ação direta de queimadas de florestas para plantação de cafezais, somavam-se outros fatores, como a urbanização, a industrialização e a construção de ferrovias, que contribuíram para o desflorestamento de vastas áreas cobertas pela Mata Atlântica, principalmente nos estados das atuais regiões Sudeste e Sul do país (DEAN, 2010, p. 206).

Segundo Camargo, a ação deste serviço, vinculado ao Ministério da Agricultura, entretanto, ressentiu desde a sua criação de falta de recursos, da efetiva formação do aparato administrativo previsto em sua regulamentação em 1925, e, principalmente, da inexistência de uma lei geral que desse base à sua atuação. Esta lacuna legal viria a ser resolvida com a aprovação do primeiro Código Florestal, cuja vigência se estendeu até 1965. (CAMARGO, 2019).

De acordo com Franco, a proximidade ideológica em relação a plataforma política do Estado Novo, com a defesa de um estado forte e intervencionista, de uma geração de preservacionistas-conservacionistas<sup>44</sup> em atividade no Brasil nas décadas

---

<sup>43</sup> [...] certas instituições vinham na Primeira República se dedicando ao estudo do mundo natural. A principal foi o MNRJ. Nele militaram muitos integrantes de uma nova geração preocupada com a proteção à natureza. Ao desenvolver pesquisas relacionadas com a história natural e a antropologia, os seus cientistas e professores despertaram para o problema da destruição do patrimônio natural. Vários ajudaram a construir um pensamento voltado para a defesa da natureza [...] Este grupo atuou, sobretudo, nas décadas de 1920-1940, alcançou relativo sucesso e influenciou a elaboração de leis e políticas de proteção da natureza – como o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas e Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, editados entre maio de 1933 e outubro de 1934. (FRANCO & DRUMOND, p. 341-342)

<sup>44</sup> “As preocupações com o mundo natural ultrapassavam as fronteiras nacionais. No Brasil, o grupo acompanhava as iniciativas de outros países. A ideia norte-americana de constituição de parques nacionais, cara aos preservacionistas, se disseminou amplamente pelo mundo, servindo de parâmetro para iniciativas de proteção da natureza. [...]”

As práticas e ideias norte-americanas, principalmente no campo das florestas produtivas e da silvicultura, eram conhecidas pelos brasileiros preocupados com a proteção da natureza. O conceito

de 1920 a 40 daquele século, permitiu a participação institucional e a presença de um determinado ideário, próprio deste grupo, em postulações presentes nos códigos que versavam sobre o tema da proteção da natureza produzidos no período que se seguiu.

Muitas foram as novidades relacionadas com a proteção da natureza no Brasil nos anos 1920-1940. Além, e articulada com as preocupações de caráter utilitarista, científico e estético, pela primeira vez, foram atribuídos valores intrínsecos ao mundo natural. Tratava-se de uma visão que agregava à racionalidade característica da herança iluminista e cientificista, uma sensibilidade estética e transcendental que era romântica, fruto das leituras de autores como Goethe e Schelling. Estas percepções acabavam subordinadas a um projeto político de nação, no qual a natureza desempenhava um papel fundamental como fonte de recursos materiais e de identidade nacional. Mais uma vez, isto resultou em sucessos pontuais, pois a proteção à natureza só poderia ter um papel secundário em um Estado hegemonicamente desenvolvimentista. (FRANCO & DRUMMOND, 2009, apud FRANCO et.al., 2015, p. 242-243) (grifo do autor)

Com efeito, alguns avanços foram admitidos no sentido de instituir regramentos quanto a distinção das formações florestais e, sobretudo, criando dispositivos de proteção para algumas tipologias nele definidas (“florestas protetoras” e “florestas remanescentes”), bem como de outras que por circunstâncias próprias de sua ocorrência ficavam ao abrigo da lei. Entretanto, o Código Florestal de 1934 na realidade se estabelecia a partir de outras necessidades de cunho predominantemente econômico.<sup>45</sup>

---

de parques nacionais também tinha adeptos no Brasil. As duas concepções – preservacionistas e conservacionistas – aparecem nas formulações e estratégias discutidas na conferência de 1934, fundindo-se em uma visão única sobre o que a proteção à natureza deveria representar. No Brasil dos anos 1920-1940, portanto, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando o entendimento de que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, quanto como diversidade biológica a ser objeto de pesquisa científica e contemplação estética.” (FRANCO & DRUMMOND, p. 345-346)

<sup>45</sup> Naquele contexto, a demanda pelo uso da lenha e do carvão vegetal - ainda muito utilizados, em escala doméstica, do comércio e dos serviços urbanos atendendo pois à necessidades de uso das populações que nestes centros se adensavam - se deparava com a oferta de um recurso cada vez mais escasso nas imediações das grandes cidades. Escassez para que concorria, principalmente, o emprego destes recursos para produção de energia para o transporte ferroviário e para o uso na indústria, em expansão, e sem programas que dessem conta de responder ao quadro de carestia que disto decorria. “Várias estimativas concordam que o consumo de lenha pelos domicílios, no Brasil, equivalia por volta de dois metros cúbicos per capita. Era, portanto, necessário desmatar por volta de 57 km<sup>2</sup> por ano para suprir o Rio de Janeiro, onde 10 000 pessoas sobreviviam cortando madeira e queimando carvão.” (DEAN, 1995, p.104)

Entretanto, de outra parte, como apontado por Franco, o debate no plano internacional, que se expandia naquele momento, se dedicava a questões que já se pronunciavam por contingências transnacionais próprias, e da emergência da dimensão sistêmica dos temas, desde a passagem do século XIX para o XX.

Os debates contemporâneos acerca da proteção da natureza, desde cedo, ganharam a arena internacional. Isso ocorreu porque havia desafios semelhantes em diferentes países. A pouca experiência sobre o assunto, também, tornava o intercâmbio de conhecimentos importante. Além disso, os problemas que afetavam o ambiente natural se mostravam, cada vez mais, globais ou, ao menos, transfronteiriços e não podiam ser enfrentados e resolvidos de maneira fragmentada, como se estivessem limitados unicamente às fronteiras nacionais. (FRANCO et.al., 2015, p. 243)

Em outubro de 1962 – menos de um ano após criação do Parque Nacional de Brasília pois - com a criação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), também ligado ao Ministério da Agricultura, passam os parques nacionais à tutela deste órgão.

Em decreto que aprovou o seu regulamento (Decreto nº 52442 de 03/09/1963) no artigo 1º do Título I (da finalidade) fica estabelecido:

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura ao Secretário, é o órgão central das atividades relativas à conservação dos recursos naturais com ênfase à sua exploração [...] (grifo do autor)

Pelo que está demonstrado na redação deste artigo, as políticas ambientais, após quase 30 anos da aprovação do Código Florestal de 34, ainda restavam submetidas às finalidades precípuas da exploração dos recursos naturais no país, ainda que com algumas mudanças. Desta forma, a política florestal no Brasil, a despeito dos avanços já consolidados na regulamentação dos Parques Nacionais em âmbitos internacionais, permanecia conformada pela perspectiva prevalecente da lógica do desenvolvimento econômico, dos interesses da cadeia produtiva sobre as áreas de exploração dos agora chamados “recursos naturais renováveis” – subjazendo a esta nomenclatura o entendimento de que as reservas florestais, ao embargo da inexistência de outros órgãos instituídos em campos de ação genuinamente conservacionista, e salvo em condições específicas de proteção previstas no Código Florestal de 1934, ainda em vigor, seguiam incluídas no rol destas fontes destinadas à finalidade principal da exploração.

Entrementes, o conceito de Parque Nacionais, bem como de outras tipologias de Unidades de Conservação, em desenvolvimento na legislação brasileira, vinha, como aponta Quintão, acompanhando o desenvolvimento dos estudos e das formulações pertinentes realizadas em fóruns internacionais de debate do conservacionismo e proteção dos Patrimônios Naturais. “A Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA) foi criada em 1960, dentro na União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN)” (QUINTÃO, 1983, p.16).

No Brasil segundo Franco, no que diz respeito às áreas de preservação ambiental destaca-se, a partir desta época, a atuação do Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, FBCN.

No Brasil, foi criada em 1958, nos moldes da IUCN, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que foi a principal organização da sociedade civil brasileira dedicada à preservação e à conservação da natureza até a década de 1990. Ela assumia a defesa do patrimônio natural e oferecia uma tribuna para os cientistas e técnicos que trabalhavam na burocracia do Estado. Dessa parceria resultaram as principais formulações de políticas ambientais do período, geralmente ligadas à administração de parques nacionais e reservas equivalentes – tipos de áreas protegidas que no Brasil ficaram conhecidas como unidades de conservação - e a pesquisas sobre a biodiversidade. (FRANCO et.al., 2015, p. 246)

Na esteira da organização destes esforços que visavam promover, monitorar e dar suporte às iniciativas de formação e manejo dos Parques Nacionais e outras áreas protegidas, no Brasil como no mundo, foi realizado em 1962, em Seattle a primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais. (QUINTÃO, 1983, p.16). Além de recomendações sobre a extensão da implantação de reservas a ambientes aquáticos, Quintão destaca as principais recomendações estabelecidas nesta conferência.

Recomendou-se ainda que os governos dos países participantes dessem atenção ao desenvolvimento de serviços de interpretação nos Parques, como parte integral dos programas educativos de conservação; que pesquisas nos parques deveriam ser cuidadosamente planejadas e coordenadas. em bases interdisciplinares; que o manejo e a avaliação dos resultados deveriam ser desenvolvidos por pessoas qualificadas: que estrutura, com barragens e reservatórios para hidroelétricas e outros propósitos, são prejudiciais ao Parque e não deveriam ser permitidas; que governos dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam incluir em seus programas nacionais de desenvolvimento medidas específicas de conservação, como criação e implantação de parques nacionais e reservas equivalentes. (QUINTÃO, 1983, p.16)

### Sobre as recomendações da Conferência, Quintão assinala ainda:

Dentre as recomendações apresentadas, destacou-se que, para cada espécie animal ou vegetal ameaçada de extinção, uma área apropriada do habitat natural deveria ser protegida, em forma de Parque Nacional, refúgio de vida silvestre, de Reserva Equivalente, para manter uma adequada população. Considerou-se que cada espécie ameaçada que não encontrasse tal proteção, proclamava-se o fracasso do Governo envolvido em reconhecer suas responsabilidades para com as futuras gerações e a humanidade. (QUINTÃO, 1983, p.16)

Importa aqui assinalar, como destaca Franco, que no âmbito dos debates que tem lugar na IUCN, uma nova dimensão de percepção da natureza, já num plano de conceituação ampliada dos ecossistemas, se faz presente, com reflexos que de então adviriam sobre os conceitos aplicados às unidades de conservação:

Ao longo do tempo, as disposições e motivações da IUCN relacionadas com as áreas protegidas foram se ampliando. A ênfase em espécies ameaçadas deu lugar a uma abordagem centrada nos habitats e ecossistemas, e a dimensão humana passou a ser objeto de maiores considerações nas ações de proteção à natureza. Esse deslocamento pode ser percebido nos Congressos Mundiais de Parques - encontros internacionais promovidos pela IUCN para unificar as ações de criação e manejo de áreas protegidas (MCCORMICK, 1992; HOLDGATE, 1999, apud FRANCO et.al., 2015, p. 248). (grifo do autor)

De acordo com Quintão, a partir das recomendações da Conferência Mundial sobre Parques Nacionais de 1962, o Brasil se vê na condição de definir um novo conceito de Parque Nacional. Em 1965, o decreto presidencial que institui o novo Código Florestal, estabelece em seu artigo 5º:

Art. 5º: O Poder Público criará:

- a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; (grifo do autor)
- b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

*Parágrafo único.* Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. (grifo do autor)

Entre outros avanços, esta lei estende também a uma gama maior de tipologias e locações a condição de áreas de proteção permanente.<sup>46</sup> Além disso finalidades preservacionistas, preventivas ou mitigadoras de impactos ambientais sobre os ecossistemas, são explicitadas em tais determinações. Entre elas, as justificativas que subjazem a criação das unidades de conservação:

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a:

- a) atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) asilar exemplares da fauna e da flora ameaçados de extinção
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem estar público. (grifos do autor)

O Código Florestal de 1965 incorpora, além destes, em comparação com o Código de 1934, um extenso e bem diversificado rol de preceitos, definições e regulamentações ambientais, com dispositivos de tipificação e de estabelecimento de penas para a transgressão das suas normas. Estabelece também ritos e responsabilidades, pela fiscalização das atividades a ele submetidas e pelo cumprimento legal do regramento por ele estabelecido.

Analisando a matéria legal por este código instituída, vê-se nela refletida também uma necessidade de alcançar, com as normatizações estabelecidas, um bem mais amplo regramento da ação das atividades econômicas no meio ambiente, prevendo, prevenindo, e penalizando a ocorrência dos efeitos. Bem como instituindo, no que diz respeito à exploração dos recursos florestais, normas precaucionais inibidoras da expansão desregulada e degradadora destas atividades. No que diz

---

<sup>46</sup>Pelo Código Florestal de 1965, passaram ser consideradas de preservação permanente, as seguintes áreas de “florestas e demais formas de vegetação natural”: faixas marginais ao longo dos rios (variando de 5 a 100 metros, de acordo com a largura do rio); ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, e das nascentes (mesmo nos olhos d’água, seja qual for sua situação topográfica); no topo dos morros, montes, montanhas e serras; nas encostas ou partes destas, com declividades superiores a 45°; nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nas bordas dos tabuleiros das chapadas; e em altitude superior a 1.800 metros, nos campos naturais e artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

respeito as Unidades de Conservação - até então definidas como áreas de preservação ambiental - ainda que na regulamentação instituída não se observem mudanças de grande teor, no que nos preceitos de âmbito geral deste código é acrescido em sua abrangência, e em que por ele são criados e fortalecidos os instrumentos de fiscalização, controle e penalização das atividades que interferem com os ecossistemas, vê-se que o sistema como um todo se reveste de um sentido mais efetivo de atuação.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, foi atribuído ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a responsabilidade de formular e promover a execução da política florestal no Brasil. O artigo 5º do mesmo decreto estabelece que é função do IBDF administrar as “unidades de conservação” até então definidas como Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Parques de Caça Nacionais.

Também ligado ao Ministério da Agricultura, o IBDF, passa ser o órgão executivo do regramento instituído para as atividades relacionadas aos recursos florestais no país, em cumprimento do disposto no Artigo 22 do Código Florestal de 1965.

Art. 22. A União fiscalizará diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas dêste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

No que diz respeito a criação de parques no Brasil, neste período, Quintão considera que uma nova, ou segunda etapa, deste movimento se iniciou nos fins da década de 1950, coincidindo com a inauguração de Brasília e o processo de interiorização do povoamento e expansão das fronteiras de desenvolvimento para o centro oeste. (QUINTÃO, 1983, p.21)

Após ao período de 1937 a 1939, em que três parques foram criados e implantados, todos na região sul e sudeste, e a um período de vinte anos sem que nenhuma nova unidade fosse criada, de 1959 a 1961, segundo Quintão, doze novos Parques Nacionais foram criados: quatro na Região Centro Oeste e outros oito em diversas áreas no país (destacando os dois primeiro na Região Nordeste). (QUINTÃO, 1983, p.21)



Data deste período a criação do Parque Nacional de Brasília.

Em artigo publicado na Revista do Iphan, em que problematiza a questão do Patrimônio Natural no Brasil, no que diz respeito ao sistema a gestão dos Parques Nacionais, Quintão identifica em 1984 a existência de vinte e cinco Parques Nacionais e doze reservas biológicas, conformando um total de 11 milhões de hectares de áreas legalmente protegidas, submetidas à tutela do IBDF. Segundo Quintão, àquela época o IBDF dispunha de uma delegacia estadual em cada estado da federação - uma estrutura, segundo a autora, que se destinava a atender, entre outras finalidades, ao objetivo de “executar a política de implantação dos Parques Nacionais e Reservas Biológicas”. Ainda, em suas funções, as delegacias respondiam pela gestão dos parques e reservas existentes em seus estados. (QUINTÃO, 1984, p.51)

Neste mesmo artigo a autora passa a discorrer sobre as questões que ao IBDF, e à gestão das Unidades de Conservação, à época, se apresentavam para o desenvolvimento e plena realização dos objetivos da política florestal e de conservação brasileira, no que incide sobre a administração do Parques Nacionais e Reservas Biológicas. É de tal ordem elucidativa (e ilustrativa para os objetivos deste estudo) a sua contextualização e análise, que faz merecer aqui a reprodução de alguns principais trechos de seu artigo.

Os problemas que atingem essas áreas protegidas têm origens e causas diversas. Acredita-se, no entanto, que o problema básico que afeta a real consolidação do sistema de áreas naturais protegidas sob a administração do IBDF reside na falta de um maior entendimento, em todos os níveis – seja nas esferas oficiais ou dentro da sociedade – sobre as questões da natureza, seu significado intrínseco e sua importância. Este fator leva, em geral, o setor de conservação da natureza a ocupar posição de inferioridade dentro das prioridades nacionais. Essa incompreensão gera em contrapartida uma grande carência de recursos financeiros. (QUINTÃO, 1984, p.51) (grifo do autor)

A este quadro de debilidade política, que se reflete principalmente sobre a esfera financeira, a autora associa os quadros adversos encontrados, no campo dos enfrentamentos práticos e ideológicos que, de um lado ameaçam a integridade e

continuidade das ações de preservação, e de outro desqualificam o discurso que sustenta a atividade do setor conservacionista<sup>47</sup>.

O crescente avanço das frentes pioneiras sobre áreas ainda intocadas pelo homem, aliado à prioridade dispensada aos projetos desenvolvimentistas, tem provocado diferentes formas de pressão sobre as unidades de conservação. A disputa entre os distintos setores e o privilegiamento de visões economicistas ou pragmáticas tem gerado uma desigualdade a partir do momento em que é exigido do setor conservacionista uma tradução, em cifras, dos benefícios imediatos trazidos pelas áreas protegidas. (QUINTÃO, 1984, p.51)

Neste contexto reflete sobre as dificuldades de atuação no campo que – conclui a autora neste artigo - comparativamente ao quadro de enfrentamentos próprios da atuação no campo do Patrimônio Cultural, se tornam mais graves pela falta de reconhecimento e validação pela sociedade.

[...] assiste-se, com muita frequência, à derrota do setor conservacionista frente a outros setores da vida nacional.

Esse processo acarreta, naturalmente, uma variada gama de problemas que afetam as unidades de conservação. Assim, lida-se atualmente com questões de ordem fundiária, que exige significativo recurso financeiro para serem sanadas; falta de pessoal cuja solução esbarra em intrincadas questões burocráticas; falta de treinamento do pessoal existente; carência de infraestrutura básica para proteger as áreas já criadas; e convive-se com a falta de pessoal qualificado para planejar essas unidades[...]

Por outro lado, os profissionais ligados diretamente ao setor conservacionista ressentem-se da falta de uma melhor conscientização da sociedade civil para os assuntos da natureza. [...] Fica assim integralmente entregue às autoridades constituídas toda a responsabilidade pela proteção dessas áreas. De forma geral, a população entende, erroneamente, que os Parques Nacionais e Reservas Biológicas são propriedades do IBDF. Não existe ainda o entendimento de que tais áreas são Patrimônio da Nação, cabendo ao IBDF seu planejamento e proteção, de forma a cumprirem efetivamente os objetivos para os quais foram criadas. (grifo do autor)

O comportamento dos visitantes nos Parques Nacionais reflete com frequência conceitos apreendidos desde a infância segundo os quais a natureza existe para ser explorada. Lida-se, permanentemente, com problemas relativos à depredação dos recursos e com atitudes individuais que não concebem a natureza como um bem e uma responsabilidade comuns. [...] (grifo do autor)

Assim, da mesma maneira que a produção humana, representada pelos seus elementos históricos e estéticos mais significativos, é aceita como acervo da Nação, e como tal resguardada oficialmente, os recursos naturais, na forma de unidades de conservação, também são protegidos como patrimônio público. Percebe-se, no entanto, que a obra humana, representativa de

<sup>47</sup> A respeito da arena ideológica em que o discurso “economicista” e “desenvolvimentista”, revestido de uma auto-qualificação técnica, atua no diálogo com outros setores da sociedade, em situações de conflito em que questões de segurança ou reparações ambientais estão em jogo.

diversos estágios e processos culturais, obtém reconhecimento imediatos oficiais e públicos. O mesmo não ocorre com as unidades de conservação, muitas vezes tratadas como simples áreas verdes para o deleite dos conservacionistas, ou mesmo áreas que representam obstáculos ao desenvolvimento. (QUINTÃO, 1984, p.51) (grifo do autor)

Pelo que se depreende da leitura destes trechos deste artigo, a formação de consciência ambiental, que vem a ser uma das atribuições que hoje se encontra bem definida no rol de objetivos dos Parques Nacionais, (como também se vê expressa como objetivo do Parque Nacional de Brasília, desde aos fundamentos expressos no seu ato de criação, aos expressos posteriormente em seus planos de manejo) se encontra revestida de uma importância superlativa. Uma vez que, subsidiária ao fortalecimento das práticas conservacionistas no Brasil, num aspecto mais amplo, as atividades relativas a promoção desta consciência, estendendo à por várias segmentos e instâncias da sociedade, deve ainda, no âmbito local, poder transformar a relação da população com as Unidades de Conservação, reposicionando a causa conservacionista e a importância da existência dos Parque Nacionais e demais unidades de conservação no campo da percepção social em seu entorno, das populações diretamente relacionadas e, conseqüentemente, da sua correspondência política. Ou seja, um campo de atuação basilar aos demais propósitos aventados pelas plataformas de defesa do meio ambiente, em que se inserem as atividades de preservação/conservação, nas quais as unidades de conservação têm o fulcro justificador de sua existência.

No mesmo artigo citado, porém, Quintão já anota mudanças que se iniciam, em termos de percepção ambiental, na sociedade brasileira à época. Mudanças que se pronunciam, em uma dimensão mais ampla da percepção mundial das ameaças a ecologia do planeta, e refletidas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de realizada em 1972, em Estocolmo. (QUINTÃO, 1983)

No Brasil, nos anos do desenvolvimentismo nacionalista, os Parque Nacionais e demais unidades de conservação existentes, haviam passado por um recente processo de ampliação. Isto em um âmbito maior correspondia, e estabelecia vínculos conceituais e programáticos, com uma série de avanços nas formulações próprias do campo da ecologia e da preservação ambiental, iniciadas nas décadas de 1940 e 1950 , e redimensionadas nas décadas de 1960 e 1970, provocando

transformações já incorporadas no estatuto das áreas de proteção ambiental no planeta, e renunciadas no Brasil. (QUINTÃO, 1983) (FRANCO, 2015)

Durante as décadas de 1940 e 1950, descobertas e conceitos novos das ciências naturais, especialmente da ecologia, estimularam novas percepções sobre a natureza e influenciaram as estratégias propostas para protegê-la. Ao invés de se concentrar as atenções em algumas espécies, em algum recurso natural isolado ou em componentes notáveis de uma paisagem ou região, o foco se deslocou, sobretudo, para os processos ecológicos que sustentam os ecossistemas. O próprio conceito de ecossistema, concebido, em 1935, por Arthur Tansley (1871-1955), ganhou notoriedade e aplicação ao longo da década de 1950 (ACOT, 1990; WORSTER, 1998). Segundo Tansley (1935), a visão da ecologia definiu como a unidade básica da natureza o sistema formado, não só pelos organismos vivos, mas também, pelos “componentes inorgânicos”. O conjunto formado por esses dois fatores (bióticos e abióticos), as suas inter-relações e interdependências formam os ecossistemas, que são “de vários tipos” e têm “diversos tamanhos” (FRANCO et.al., 2015, p. 247)

Após ter refletidas no texto do Código Florestal de 1965 estas novas formulações, a legislação brasileira sobre o meio ambiente, bem como os princípios adotados em âmbitos técnicos e acadêmicos, viera se atualizando à novos posicionamentos estabelecidos pelo avanço das ciências, em direção a dimensões de ajuste entre a teoria e a conjuntura programática. Âmbito em que a ação destes técnicos e outros intelectuais envolvidos com a temática ambiental se manifestava numa dimensão de inserção institucional, de construção de estratégias e ação política (FRANCO, 2015).

Nestes termos, nas décadas de 1960 e 1970, uma aproximação conceitual entre proteção à natureza e desenvolvimento é incorporada ao discurso e a prática conservacionista. Segundo Franco destaca-se neste contexto a atuação de Kenton Miller (1939), figura central nas ações e formulações que se valeram desta abordagem, e a propagaram, e que teve grande influência sobre a América Latina e o Brasil.

[...] implantando uma série de medidas e contribuindo para a criação de muitas áreas protegidas [...] trabalhou, desde o começo de sua carreira, com o planejamento e a aplicação prática de ações de conservação, envolvendo-se diretamente com essas questões na América Latina, a partir de 1962. Para Miller, a conservação da natureza só seria eficaz caso se aproximasse dos ideais fundamentais de desenvolvimento humano e caso se aproximasse institucionalmente de órgãos promotores de desenvolvimento. (FRANCO et.al., 2015, p. 247)

A adoção de perspectivas que construíssem horizontes de convergência entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social se deveu, neste momento, a um amadurecimento<sup>48</sup> no plano de elaboração e discursivo do movimento conservacionista internacional, em que também passa a se admitir a necessidade de haver ambiente para participação dos países em desenvolvimento nos programas de proteção aos ecossistemas a que os organismos internacionais, que os concebiam numa dimensão de integração global, julgavam ser imprescindível que estas economias emergentes pudessem aderir.

No Brasil este movimento se expressou em políticas de implantação de unidades de conservação formuladas no âmbito dos órgãos governamentais, que associavam o recurso às avançadas pesquisas e construções teóricas disponíveis a uma estratégia de vinculação, no plano do discurso, do “moderno desenvolvimento econômico” aos programas e políticas internacionalmente defendidas de conservação. (FRANCO, 2015)

Segundo Franco, este contexto, em que esta “estratégia” é desenvolvida por agentes ligados às causa ambientais ( e neste caso se destaca a atuação da FBCN) permitiu que, mesmo na vigência do regime militar de governo, cuja tônica era desenvolvimentista, se criasse condições para o avanço ocorrido na implantação de unidades de conservação, bem como no estabelecimento dos instrumentos legais e programáticos planejados para sua consolidação<sup>49</sup> (FRANCO, 2015).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os alertas sobre as mudanças climáticas causadas pelo “efeito estufa” e a discussão sobre os “limites do crescimento econômico” passaram a alcançar pela mídia a opinião pública (HOROWITZ, 2003). A representatividade do Brasil neste cenário, com sua grande extensão territorial, e economia industrial em desenvolvimento, mas lastreada na exploração agro-pastoril e extração de seus recursos naturais, oportunizou, por intermédio dos fóruns

---

<sup>48</sup> Sobre o contexto em que este conflito de posicionamentos se expressa na 1ª. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, temos em Franco a seguinte análise: “O receio por parte dos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, de que ações de proteção à natureza propostas pelos países industrializados viessem a restringir as possibilidades de desenvolvimento, obrigou os participantes a adotarem uma solução de compromisso, ligando a conservação da natureza ao desenvolvimento humano. Segundo McCormick, “o pensamento progrediu das metas limitadas de proteção da natureza e conservação dos recursos naturais para a visão mais abrangente da má utilização da biosfera por parte dos humanos” (MCCORMICK, 1992, apud FRANCO et.al., 2015, p. 247)

<sup>49</sup> A despeito das contradições apontadas por Quintão em seu artigo, cujos trecho reproduzimos nas páginas 87-88.

internacionais em que o país passou a ter assento, e pela atividade local de grupos preservacionistas-conservacionistas, que o país passasse a figurar numa condição de foco de interesses, de relevante importância para o debate ambiental em escala mundial. Neste contexto, reforçada pela permanência de significativas reservas de florestas nativas<sup>50</sup>, em seu território. A Floresta Amazônica figurava desde então, naturalmente, como um ícone dos discursos e demais representações neste campo.

Contemporaneamente a este contexto, desenvolvia-se no campo dos estudos da ecologia novas abordagens, que incidiriam sobre todo o conjunto de formulações e sobre o debate ambientalista. Segundo Franco o conceito de “biodiversidade” passou a ser a expressão que sintetizou de um lado o avanço das pesquisas no campo da biologia, da dimensão mais complexa, diversificada e integrada das formas de vida em seus processos biológicos e seus habitats, bem como o despertar para a alarmante perspectiva dos efeitos da presença humana na degradação destes habitats e sobre esta diversidade. Os prognósticos de extinção de espécies passaram a ser temas largamente recorridos nos debates científicos e nas diversas formas e canais de denúncia entre a comunidade científica e a sociedade (FRANCO, 2013).

Em 1986, o termo *biodiversity* foi cunhado por Walter Rosen simplesmente como uma contração de *biological diversity*. Para o biólogo Edward O. Wilson, ao longo daquela década, foram acumulados dados e conhecimentos ecológicos suficientes para colocar a questão da conservação internacional no centro de debates globais (FRANCO et.al., 2015, p. 254).

Neste período, compreendido pela década de 80, Franco localiza o surgimento no âmbito da pesquisa e da atuação programática das ciências da ecologia, o que ficou conhecido como o campo da “Biologia da Conservação”.

O crescimento do arcabouço teórico acerca dos padrões de distribuição e das ameaças à biodiversidade levou ao surgimento da Biologia da Conservação. Partindo do princípio de que o mundo atravessa uma crise de perda de diversidade biológica, essa disciplina acadêmica, procura, por meio de uma

---

<sup>50</sup> A presença da Floresta Amazônica, a maior reserva de floresta tropical do mundo, ocupando 6.000.000 de quilômetro quadrados, colocava o Brasil no centro das discussões sobre preservação ambiental. A questão do seu desmatamento ilegal se tornou manchete de jornais em todo mundo ao longo da década de 80. A realização da Eco-92 no Rio de Janeiro estava relacionado a este cenário, e à crescente ação “política ambiental”, no contexto da redemocratização do país., e da mobilização da opinião pública no Brasil para esta temática.

abordagem eclética, orientar estratégias para a conservação e preservação da biodiversidade (FRANCO et.al., 2015, p. 254)

Franco aponta aqui uma mudança paradigmática na perspectiva das ciências ecológicas sobre seu objeto. “Para além da ameaça que os humanos representam para a diversidade de espécies [...] um dos pontos fundamentais da biologia da conservação: a biodiversidade não foi feita para os humanos, e nem por eles” (FRANCO, 2013). Decorrendo desta mudança, continua Franco.

as mais variadas formas de vida ganham "cidadania" no âmbito das preocupações com a conservação da natureza. Não apenas as espécies consideradas úteis ou belas ou os ecossistemas considerados agradáveis e dignos de serem admirados como paisagem são valorizados. A biodiversidade em todas as suas formas é considerada importante e portadora de um valor intrínseco (FRANCO, 2013, p. 27-28).

De acordo com Franco os efeitos destas mudanças e a expansão do campo da Biologia da Conservação teve efeitos programáticos sobre o campo institucional e do “ativismo” ambientalista:

A convergência entre o uso do conceito de biodiversidade e a afirmação da biologia da conservação como uma nova disciplina conduziu a uma nova configuração dos estudos relacionados com a interação, a adaptação, o surgimento e o desaparecimento de espécies de organismos. Aproximou, também, as especulações científicas e os próprios cientistas das preocupações cotidianas de manejadores de áreas protegidas e de ativistas da conservação da natureza (FRANCO, 2013, p. 26).

Desta forma, os desdobramentos do avanço do campo vieram a se refletir sobre a prática mesma dos programas conservacionistas. Complementa Franco:

[...] a biologia da conservação gerou uma série de conceitos e modelos que procuram orientar o planejamento, a criação e a gestão de áreas protegidas, bem como o manejo de espécies e ecossistemas, visando maximizar a eficácia da conservação da biodiversidade (FRANCO et.al., 2015, p.255).

Ressaltamos aqui, nesta análise e contextualização histórica empreendida por Franco, uma importante reflexão para um dos propósitos deste trabalho: o de situar o conceito de Patrimônio Natural, na forma em que ele é recorrido no arcabouço epistemológico das ciências da natureza.

Durante os anos 1980, a questão da diversidade da vida esteve em pauta, como objeto de pesquisa para os cientistas e como motivo de preocupação para ativistas e cientistas. Ações para salvar espécies da extinção, sobretudo espécies mais carismáticas da fauna e da flora – como mamíferos, pássaros,

árvores grandiosas ou plantas com belas flores – não eram novas. Faziam parte da tradição relacionada com a criação de parques nacionais e reservas, que, além da preservação da fauna e da flora selvagens, objetivava a proteção de paisagens e aspectos geológicos de grande beleza. Para tanto, a noção de “patrimônio natural” era bastante apropriada e suficientemente ampla (FRANCO, 2013, p.23).

Sob o influxo dos contextos já observados anteriormente neste capítulo<sup>51</sup> destes aspectos e vetores de reformulação do campo, se deu no Brasil a criação de órgãos e definição de estatutos e normas relativas ao Meio Ambiente. Desde a criação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), ligada ao Ministério do Interior, em 1973, à criação do Conama em 1981, à posterior fusão da secretaria a outros órgãos, dando lugar à criação Ibama, em 1989, as políticas do meio ambiente passaram ter tratamento em instâncias especificamente relacionadas ao campo ambiental, dando expressão às abordagens mais complexas e refinadas em que a ciência neste campo progredia. Ao passo que refletia uma emergente narrativa de denúncia e alerta com relação às ameaças de degradação da natureza e seus efeitos sobre a vida e as sociedades humanas, a cada momento mais presente no âmbito internacional, também em face a eventos de desastres ambientais de grandes proporções e com amplos e graves efeitos sobre meio ambiente e, dramaticamente percebidos no alcance sobre populações humanas.<sup>52</sup>

A realização da 2ª. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 1992 eleva o nível da percepção das questões ambientais no país, e a participação no evento das organizações não-governamentais, brasileiras ou no Brasil atuantes, reflete o grau de mobilização social em torno do tema, já alcançando ressonância em camadas mais amplas da sociedade, da cultura, e da expressão política destas questões. Data deste ano a criação do Ministério do Meio Ambiente, a cuja estrutura administrativa o Ibama passa a pertencer.

No contexto conjuntural analisado nos parágrafos precedentes, tendo como pano de fundo local à reorganização das forças sociais e políticas com a redemocratização do país - culminando no movimento de debate e mobilização destas

---

<sup>51</sup> Ver também a nota 41, pag. 74

<sup>52</sup> Desde o desastre da contaminação com mercúrio em Minamata, no Japão, em 1956, à explosão do reator 4 da Usina de Chernobyl, na Ucrânia (então União Soviética) em 1986, o mundo sentia uma onda crescente de ameaças que decorriam dos danos causados pela ação do ser humano sobre o meio ambiente.



forças instaurado durante e após a Constituição de 1988 – é que Franco identifica as condições da emergência do “socioambientalismo” no Brasil. Este trânsito de um plano a outro de percepção da relação humana com a ecologia, podemos ver sintetizados nos trechos abaixo reproduzidos do estudo de Franco.

Com a tendência crescente de associar o conceito de proteção à natureza com a ideia de conservação do ambiente humano e com o pleno desenvolvimento, as possibilidades de impactos sociais das áreas protegidas ganharam maior visibilidade, a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo, pesquisadores dos campos da ecologia humana e da antropologia sugeriam que algumas paisagens julgadas naturais poderiam ter resultado da própria interferência humana. Nesses casos, a exclusão de pessoas das áreas protegidas poderia comprometer as próprias características “naturais” que se buscava proteger.

Essas novidades tiveram impacto sobre a organização, em 1982, do Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais da IUCN, realizado em Bali, na Indonésia. Fortaleceu-se a posição dos que defendiam que uma estratégia de conservação da natureza por meio dos espaços protegidos só teria sentido com a redução do consumo nos países industrializados e com a melhoria da qualidade de vida nos países subdesenvolvidos

Assim sendo, na década de 1980, acentuou-se uma mudança na perspectiva sobre as relações entre seres humanos e natureza e, conseqüentemente, sobre as estratégias de criação e manejo de áreas protegidas. Alguns autores julgam ser essa uma “mudança paradigmática”, que, em parte, pode ser atribuída à emergência de outra ética de defesa da natureza, na qual seria exacerbada a percepção dos elos entre os meios de vida das populações humanas e a qualidade ambiental. (FRANCO et.al., 2015, p. 252-253)

A partir da década de 90, portanto, estando já as Unidades de Conservação brasileiras sob a tutela do Ibama e, a partir de 1992, do Ministério do Meio Ambiente, o debate ambiental no país, que era até então marcado pelo protecionismo-conservadorismo (filiadas ao ideário da FBCN que construía desde os anos 50 uma linha de atuação institucional, com significativa capacidade agenciamento junto às esferas governamentais) se redimensionava com o ingresso de grupos e instituições ligadas a corrente do sociambientalismo. Forças que expressavam uma orientação social, identificadas em seus posicionamentos com a defesa de direitos de inclusão socioeconômica e política de populações antes alijadas dos contextos decisórios do governo do país. Com posicionamentos que já se manifestaram atuantes no debate que deu forma a Constituição Brasileira de 1988 – que não por acaso passou a ser referida pelo signo distintivo de Constituição Cidadã. E que então, e mais especificamente importante de se ressaltar, vieram integrar o campo de discussão em que se definem os principais temas e abordagens pelos quais

se dá a conformação do marco contemporâneo em que se inserem as Unidades de Conservação no Brasil: “O debate entre esses dois grupos e a influência do marco internacional são emblemáticos durante a concepção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)” (FRANCO et.al., 2015, p.258).

### 2.3 Para além da “Água Mineral”, uma Unidade de Conservação

No do site do Governo do Distrito Federal, encontramos na página <https://www.df.gov.br/agua-mineral/>, as seguintes referências sobre o Parque Nacional de Brasília:

Criado em 29 de novembro de 1961, o parque possui uma área de 42.389,01 hectares e abrange as regiões administrativas de Brasília-DF, Sobradinho-DF e Brazlândia-DF e o município goiano de Padre Bernardo.

A principal atração do parque é a parte das piscinas. Os afloramentos do lençol freático e as minas d’água surgidos à época da construção de Brasília e durante a implantação de vias de acesso e a exploração de areia, deram origem à Piscina Pedreira (piscina velha), levando a uma crescente demanda para a construção de uma segunda área de recreação, que é a Piscina Areal (piscina nova).

Para quem gosta da prática de esporte em contato com a natureza, o parque dispõe de duas trilhas de pequena a média dificuldade: a da Capivara – trilha para caminhada, indicada para crianças (sempre acompanhadas por um responsável) e com duração aproximada de 20 minutos; e a da Cristal Água – para prática de caminhada e de mountain bike, com duração de 1h a 3h40 (caminhada) e de 20 minutos a 1h30 (bicicleta), conforme percurso escolhido. Além disso, o parque protege ecossistemas típicos do Cerrado do Planalto Central e abriga as bacias dos córregos formadores da represa Santa Maria, que é responsável pelo fornecimento de 25% da água potável que abastece o Distrito Federal.

Diversos tipos de vegetação compõem a Unidade de Conservação [.....]

A fauna é abundante e diversificada, composta por espécies raras ou ameaçadas de extinção [...]

Várias outras espécies não ameaçadas compõem a biodiversidade do parque [...]

Sintomaticamente, a referência ao Parque Nacional de Brasília no site do Governo do Distrito Federal é uma decorrência da popularidade das piscinas de água mineral, e não o contrário. Apesar de, a nosso ver, não se afigurar como um problema intransponível – e tão indesejável assim, como em certas circunstâncias é identificado para os propósitos da Unidade de Conservação - e, de nenhuma forma, ser algo que no contexto de Brasília (e do Brasil) nos cause estranhamento, tal constatação nos traz a um dimensionamento das formas pelas quais a percepção ambiental dos parques visitáveis brasileiros, instituídos como Unidades de Conservação, está de

alguma forma condicionada a um status acessório ao que ele tem a oferecer de lazer e recreação – voltando à provocação inicialmente colocada neste capítulo.

No que concerne a uma revisão bibliográfica sobre o tema Parque Nacional de Brasília constata-se a existência, em número de trabalhos acadêmicos e publicações, de uma limitada produção a respeito. Além da já referida dissertação de Wilson Carlos Jardim Vieira Junior, que vai aos fundamentos históricos precedentes à criação do parque, encontramos apenas dois outros autores que dedicaram trabalhos especificamente centrados sobre o Parque Nacional de Brasília, com desenvolvimentos e problematizações teóricas tão bem lastreadas quanto os de Vieira Jr. Trata-se de duas teses de doutoramento desenvolvidas no âmbito do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), com enfoques bem próprios da interdisciplinaridade do campo dos estudos sistêmicos sobre a temática do meio ambiente, neste centro desenvolvidos - e que por esta razão, serão de grande valor a realização deste estudo, agregando importante referencial teórico para o desenvolvimento consequente das elaborações até aqui formuladas, nas formas em que, à também interdisciplinar abordagem do campo da Museologia, interessa proceder. Referimo-nos aos trabalhos de Guilherme Abdala (*A sociedade brasiliense e a integridade ecológica do Parque Nacional de Brasília: desafios futuros da gestão socioecossistêmica – de 2000*) e de Christiane Horowitz (*A sustentabilidade da biodiversidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional de Brasília – de 2003*). De Abdala também recorreremos a outra publicação de referência (*Uma Abordagem Socioecológica do Parque Nacional de Brasília - Estudo de Caso – de 2002*) esta última publicada pela Unesco no âmbito de ações promovidas visando a consolidação da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal. Todos os três, por suas qualidades intrínsecas e pela propriedade das suas argumentações teóricas, como veremos a seguir, somadas aos referenciais conceituais/propositivos já elencados, apresentam reflexões de relevância para proposições de ressignificação do status do Parque Nacional de Brasília junto à sociedade, como é pretendido por este estudo apresentar.

Para introduzirmos a abordagem que se seguirá, consideramos oportuno incluir aqui citação de trecho de Abdala (2002) presente na publicação da Unesco acima citada, que traz notações incisivas que nos remetem ao núcleo das reflexões, a partir

do qual a problematização da existência do Parque Nacional de Brasília revela os contornos da perspectiva sistêmica, cuja adoção entendemos ser imprescindível - mesmo porque indissociável - ao campo de estudo, ao recorte temático e ao objeto deste trabalho:

Quatro décadas depois de sua criação, o PNB com sua água de primeiríssima qualidade ainda abastece a região *core* da atual metrópole de Brasília, incluindo o "centro nervoso" da política no país. A sua funcionalidade em termos de fornecimento de água não dá sinais de esmorecimento que despertem, por enquanto, maiores preocupações. Porém, ao invés de considerar o motivo do Dr. Heringer como plenamente realizado com a implantação do PNB, o presente estudo sugere que é justamente no fragmento do motivo 4 que diz, "...conseguir o domínio efetivo sobre as áreas destes mananciais e colocá-las à guarda de um organismo...", onde reside, subentendida, a expectativa não realizada, frustrada, germe da angústia.

Citamos subentendida pois, do ponto de vista fundiário administrativo os objetivos se realizaram: o Parque Nacional de Brasília é um espaço territorial delimitado, cercado, de 30.000 ha, com garantias legais de proteção. Um bem público onde o Estado assumiu a responsabilidade de proteção, conservação e gestão. Onde, além de áreas preservadas de acesso proibido ao público, conta com áreas de recreação e lazer, que tem piscinas de águas naturais como focos principais de atração. Porém, pode-se abstrair do fragmento anteriormente destacado um segundo sentido, no qual uma pretensa "dominação efetiva" direciona-se a um sistema ecológico (ecossistema) a ser tratado como um "organismo" independente, auto-contido, ou seja, projeta-se o controle do homem sobre uma espécie de super-organismo de contornos antropogenicamente estabelecidos, com suposta característica potencial de auto-perpetuação. Mistura-se o ideário centenário simbólico da natureza virgem-intocada-perfeita com a tendência nata do *Homo sapiens* contemporâneo de buscar o domínio teleológico sobre todas as coisas que o circundam.

O pretense estado estável (*steady state*) ecológico, quando da inexistência de subsídios de origem cultural, ou seja, antes da instituição das fronteiras legais do Parque, se dava de maneira que as entradas (*input*) de energia, matéria e informação se equilibravam com as saídas (*output*). As interações do Parque com seu entorno faziam parte do processo de auto-organização do mesmo. Com a definição do perímetro, cria-se um limite político-institucional (quase) concreto, mas não um limite ecológico-ambiental. A cerca determina um "filtro" (não totalmente impermeável) para humanos não convidados e seus artefatos tecnológicos; porém, o dinâmico sistema biofísico continua com seu dinamismo: animais, radiações, vento, chuva, águas subterrâneas, sementes, genes e fogo "pulam a cerca", alheios a qualquer determinação judicial.

Com o desenvolvimento da metrópole, as trocas são bastante alteradas e em geral fora de domínio dos manejadores do Parque. A comunidade antrópica colonizadora, com sua inerente diferenciação demográfica, vai paulatinamente criando espaços diferenciados no entorno do Parque, onde o comportamento humano aparece como elemento central na determinação de novos padrões de interatividade ecológica. Ou seja, a integridade dos meios biótico e abiótico do Parque, relevada pelo Dr. Heringer e corroborada em

termos de importância por Jânio Quadros e Tancredo Neves, vincula-se agora também com a questão: o que estão fazendo no entorno do Parque? A água do PNB subsidiou o estabelecimento e ainda mantém uma sociedade de metabolismo energético intenso - como diria Dias (1999) - no nível de países mais industrializados. Esperar-se-ia que toda essa dádiosa funcionalidade do PNB fosse minimamente "percebida" pela comunidade oportunista que se estabelece no entorno, fechando um almejado ciclo de interatividade mútua equilibrada (utilização-retribuição). Porém, como ressalta Funatura/Ibama (1998), o uso público do Parque é inadequado, os conflitos com o entorno são enormes e as políticas ambientais têm sido ineficientes.

Supõe-se que na base da problemática do Parque resida a ignorância da sociedade brasileira para com o mesmo. O Parque parece estar se tornando uma verdadeira ilha no meio de um tumultuado oceano. A sua integridade biofísica apresenta-se seriamente comprometida. O seu futuro aparece como uma incógnita (ABDALA, 2002. p. 12 a 14 ) (grifos do autor)

Tamanha é a oportunidade desta abrangente reflexão (datada de 2002, mas mantendo significativa correspondência com o contexto atual), fundada em premissas conceituais sistêmicas próprias da ecologia, que consideramos ter sido adequado aqui reproduzi-la em sua íntegra – considerando que melhor não a faríamos, e que as reflexões que conseqüentemente a ela poderemos muito bem situadamente estabelecer, o justifica.

O enclave ressaltado anteriormente na análise dos mapas incluídos em item anterior deste capítulo<sup>53</sup>, revela aqui sua contrapartida contenciosa. Aspecto que, ademais, segundo Horowitz, não é privativo do Parque Nacional de Brasília. Segundo ela uma pequena parcela das áreas protegidas pelo mundo está efetivamente protegida, estando as demais submetidas ao que ela define como um espectro de “ameaças”, à maioria delas comum. “Tais ameaças devem-se a ações incompatíveis dentro das mesmas e, principalmente, a impactos que advêm dos ambientes externos às áreas protegidas”. (HOROWITZ, 2003, p. 86). Invasão de espécies, uso indevido dos recursos hídricos, poluição, erosão, oposição política, guerras e conflitos armados, atividades criminosas - e sobretudo, a pressão do crescimento urbano e dos complexos industriais e da agropecuária extensiva e intensiva compõem o rol destas ameaças advindas das relações das Unidades de Conservação com seu entorno territorial, econômico, político e institucional, apontadas por Horowitz, às quais o

---

<sup>53</sup> Figuras 1 a 5, (páginas 72 a 74).

Parque Nacional de Brasília está cronicamente submetido.(HOROWITZ, 2003) (grifos do autor)

Cabe ressaltar que o período primeiro de consolidação do Parque Nacional de Brasília, era contingenciado por dois aspectos que marcaram sobremaneira a condução dos assuntos relativos à criação de Unidades de Conservação. De um lado, uma visão pragmática da necessidade da aproximação institucional da defesa das questões ambientais a “ideais fundamentais de desenvolvimento humano”, de forma que, para tanto, agentes ligados ao movimento preservacionista-conservacionista propunham e exerciam uma ação próxima dos órgãos promotores de desenvolvimento (FRANCO et.al., 2015, p. 247). Esta veio a ser a linha de atuação do principal grupo de defesa do meio ambiente em atividade, a FBCN, com sua ubiquidade de propósitos e visões expressas nas ações que junto ao IBDF esta entidade pode realizar. Segundo, pela própria circunstância da vigência do Governo Militar, a partir de 1964, em que a estratégia adotada pelo ambientalismo no período foi de uma associação das iniciativas em favor da proteção da natureza (entre elas, fundamentalmente, de criação e estabilização das áreas de proteção permanente) a uma idéia de um “moderno desenvolvimento econômico” no país, a que a construção ideológica desse governo recorria. O que estava em sintonia, no plano dos debates e da ação de organismos internacionais, com a adoção de um discurso de tom conservacionista, mais favorável a inclusão nos planos de conservação ambiental dos países em desenvolvimento, vindo já de uma percepção da escala mundial destas questões. Contexto em que se articulava no discurso a construção de convergências entre os propósitos da conservação ambiental e os do desenvolvimento econômico e social. Neste período destaca-se a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972, e a criação do IBDF.

A este primeiro momento de consolidação no Parque Nacional de Brasília, que refletiu na forma com foi feita a sua gestão e como foram vividas e administradas as questões relativas a sua sobrevivência territorial e institucional, sucedeu outro em que contingências relativas à política local, principalmente no que diz respeito a gestão do crescimento populacional e suas contrapartidas fundiárias, conformaram um cenário bem mais complexo e severo em ameaças a integridade ambiental do território do Distrito Federal, como um todo.

A expansão urbana no Distrito Federal – mormente a que a partir da década de 1980 e 1990 se estabeleceu, ao esbulho de terras públicas e mesmo de áreas reservadas à conservação ambiental, e à revelia das leis e normas de disciplinamento territorial, e engendrou percepções e modos de relacionamento sociedade-poder público altamente comprometidos nesta esfera – se deu em ritmo de crescimento vertiginoso desde aquela primeira década para cá, com desdobramentos no avanço do quadro de desconfiguração territorial no entorno do parque. Este avanço, em situação que denotava incapacidade ou desinteresse da administração pública em refrear, veio crescendo ao quadro de ameaças, já anteriormente existentes, uma “síndrome” de irregularidade territorial que desafia os estatutos de proteção ambiental<sup>54</sup> que tem a função de resguardar a integridade das áreas de preservação.

Narrativas presentes no estudo de Horowitz (analista que esteve como funcionária do Parque Nacional de Brasília de 1984 a 2018), dão mostras da gravidade do que se descreveu acima:

A situação do parcelamento irregular denominado Condomínio Mini Granjas do Torto, contíguo à cerca do Parque Nacional de Brasília

• Logo que instituído em 1994, ainda na fase de arruamento e piqueteamento dos lotes, o Parque contatou a Gerex do Ibama/DF que embargou e multou o Condomínio Mini Granjas do Torto. A Administração Regional de Brasília também lavrou seu embargo. Apesar disso, os responsáveis pelo loteamento continuaram a infringir os instrumentos legais proibitivos. Ao constatar o desrespeito ao embargo, entre outros agravos, o Parque acionou a Polícia Federal. Em decorrência, o síndico do condomínio à época e outros condôminos identificados respondem por crime ambiental na Justiça Federal. Todavia, as edificações prosseguiram no condomínio, a despeito dos atos legais que as impediam. Então, o Ministério Público Federal também interferiu no caso. Em 2002, a Gerência Executiva do Ibama, emitiu autos de infração e de embargo contra o condomínio e 63 condôminos. Como foram desrespeitados os autos de infração e as multas reincidiram. Ainda assim, observa-se a continuidade das obras no condomínio.

---

<sup>54</sup> “Segundo o Distrito Federal (2004), para a classe média - em sua maior parte servidores públicos - restaram os *condomínios*, que se multiplicaram nos anos 1980 e 1990, à revelia da administração pública em virtude da ineficiente atuação dos mecanismos de fiscalização. A demanda por habitação e as altas taxas de crescimento populacional fizeram crescer a necessidade por novas moradias. Ainda houve falta de oferta formal de imóveis pelo Poder Público a preços acessíveis a grande parte da população, surgindo os incorporadores clandestinos que conseguiram ganhar espaço para a venda de seus empreendimentos.

Os altos preços dos imóveis no Plano Piloto e adjacências aliados à falta de políticas habitacionais dirigidas para essa população acarretaram o surgimento de condomínios em áreas rurais. A exploração de terras, particulares e públicas, aliada à especulação imobiliária fez com que, em 1988, já existissem cinquenta condomínios e em 1995 ultrapassasse a marca dos quinhentos. Atualmente, acredita-se que haja mais de mil condomínios com população estimada de 545.651 habitantes conforme a SEDUH” (OSHIYAMA, 2007, p. 37-38).

- Todo o abastecimento de água do condomínio provém do Parque Nacional de Brasília, de uma barragem clandestina situada no córrego Vauzinho. As incursões no Parque se intensificaram para atender, sobretudo, ao consumo de água que demanda o condomínio. Assim, transgridem a legislação em vigor: o Decreto nº 84.017/79, que regulamenta os Parques Nacionais; a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Lei nº 9.605/98, que define os crimes contra a natureza. Para continuar utilizando a água de dentro do Parque, valem-se de uma liminar concedida sob a alegação de que não foram notificados sobre o impedimento legal quando do represamento do córrego no início das ocupações na década de setenta. Porém, há que se questionar o embasamento legal de estendê-la a sub-parcelamentos posteriores e irregulares.
- O extinto Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal/lema atendeu aos interesses dos ocupantes e permitiu a construção de uma ponte sobre o ribeirão Torto. A nova ponte facilitou o acesso ao condomínio e favoreceu a dinamização urbana do local. O lema ignorou a Resolução Conama 13/90, ao autorizar a obra sem consultar o Parque Nacional de Brasília. A Gerex foi acionada, somente, quando da execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas/Prad. Refém da situação, o Ibama/DF restringiu-se a acompanhar a reabilitação da mata próxima à ponte.
- Considerando o Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961, que cria o Parque Nacional de Brasília, o Condomínio Mini Granjas do Torto encontra-se dentro dos limites legais estabelecidos para a Unidade de Conservação. Após certificarem-se que a área está inclusa nos limites legais do Parque, Administração Regional de Brasília, o Sivilsol e a Terracap deixaram de atuar na fiscalização da área.

A situação acima relatada, fruto do descompasso entre a implantação de adequado regramento para a expansão urbana do Distrito Federal e de programas efetivos de fiscalização e punição do desrespeito dos regramentos existentes, somada à elevação da pressão demográfica, vinculada a uma permissividade do poder público, mostra a face mais crítica do desenvolvimento socioeconômico da capital. A ampliação deste quadro de descaracterização territorial afeta de diversas formas a integridade ambiental deste território, e o Parque Nacional de Brasília já não pode mais pretender ser uma ilha, dentro de uma ilha de condições privilegiadas de urbanidade - com suas contrapartidas sociais e ambientais - que está, neste contexto, a naufragar.

Esta condição de “insulamento biológico” é uma das grandes questões quando se problematiza a eficácia de planos de conservação ambiental, que até o momento, institucionalmente, encontram seus nucleares recursos de salvaguarda em programas baseados em Unidades de Conservação, nas várias modalidades admitidas nestes planos. Segundo Horowitz, esta questão, que também é nevrálgica para o Parque Nacional de Brasília, tem dimensões generalizadas no âmbito das áreas de preservação:



Largas porções de terras naturais vêm sendo destruídas, removidas e ou convertidas para prover recursos e ceder espaços às atividades e às ocupações humanas que se intensificam e se expandem aceleradamente [...]. Nas paisagens, configura-se um ambiente dominado por uma grande matriz de usos agrícolas, florestais e urbanos, onde se dispersam fragmentos de vegetação original.<sup>55</sup>

Os fragmentos remanescentes assemelham-se a ilhas num vasto mar de paisagem alterada, com a biota, portanto, seguindo as regras da biogeografia insular. O isolamento e a redução em tamanho de áreas naturais que tinham, anteriormente, grande extensão e certa diversidade biológica, acarreta o declínio das espécies, até que se estabeleça um novo equilíbrio espécie/área, em patamar bem inferior. Essas “ilhas de habitats naturais”, quando pequenas em dimensão, inviabilizam a sobrevivência de uma boa parcela das espécies e, ainda, quando muito isoladas e rodeadas por ambientes inóspitos, impedem o intercâmbio de indivíduos entre os fragmentos, propiciando a extinção local de suas populações (HOROWITZ, 2003, p. 81)

Na trajetória do Parque Nacional de Brasília, as questões que atravessam a sua situação geoespacial são, desta forma, as que nos parecem ter mais significância no contexto de sua perenidade, tanto institucional (no que diz respeito às condicionantes de sua territorialidade em relação às diversas instâncias do poder público a que sua existência está filiada ou co-dependente), como funcional (no que diz respeito ao atingimento de seus objetivos ecossistêmicos, ligados a conservação). Realidade que passam ao largo da percepção da população cidadina que usufrui dos seus serviços ambientais (estes muito pouco visibilizados) e das oportunidades de recreação e lazer que por ele são ofertadas. (HOROWITZ, 2003) (ABDALA, 2002)

Segundo Horowitz, as questões fundiárias do Parque Nacional de Brasília se manifestaram já em momentos iniciais de sua implantação. Com limites definidos pelo Decreto 241/61 de sua criação, com coordenadas topográficas cuja definição foi referenciada nas estradas que o contornam, em sua conformação original, a consolidação dos limites se deu ao longo da década de 60 do século XX, com relativa agilidade, principalmente no que diz respeito ao processo de sua de regularização fundiária, para a qual havia destinação de recursos de considerável monta. Por outra natureza de dificuldades, relativa a deficiência de recursos, que dessem conta das providências operacionais necessárias, a definição física dos seus limites pela implantação do cercamento efetivou-se mais morosamente, estendendo-se ainda por alguns anos da década de 70, e em alguns trechos ficando inconclusa. Por motivos

---

<sup>55</sup>A referência desta observação ao cerrado da região centro-oeste, substituído em larga escala pela monocultura, e nos limites do Distrito Federal, pelo avanço dos parcelamentos urbanos e outras espacializações antrópicas, é imediata.

diversos ao longo deste processo, as demarcações resultantes desta operação não vieram a corresponder exatamente às demarcações originalmente definidas pela lei (HOROWITZ, 2003).

Dentre as questões que incidiram com maior impacto sobre a integridade fundiária do Parque Nacional de Brasília, a que mais graves e duradouros desdobramentos causou decorre das inconformidades existentes nas confrontações indefinidas entre o Parque e a Granja do Torto, em área originalmente pertencente ao parque. Nos governos após a Revolução de 64, para usos para necessidades militares, áreas foram apossadas pelo Exército, dando ensejo também, na condição de indefinição de fronteiras instalado, ao início do processo de ocupações irregulares que ocorreu na região – como é o caso “emblemático”, em dimensões de irregularidade alcançadas, do Condomínio Mini Chácaras Granja do Torto, relatado por Horowitz e citado neste estudo, que destas circunstâncias se originou (HOROWITZ, 2003).

Às questões que no âmbito de sua realidade geoespacial, no que diz respeito às indeterminações e tensões fundiárias, já apontadas anteriormente no presente item deste capítulo, somam-se outras que se conformaram nas do Parque Nacional de Brasília. Entre elas, com dimensões ambientais as mais indesejáveis para uma Unidade de Conservação, a localização do “Lixão da Estrutural”, com efeitos deletérios em todo seu entorno, e uma ação contaminante sobre o terreno em que esteve assentado, em área confrontante com os limites do Parque Nacional de Brasília. Segundo Carneiro (CARNEIRO, 2002, apud HOROWITZ, 2003) em decorrência de “terem sido despejados milhões de toneladas de lixo no local, sem o manejo e a disposição final adequada, os efeitos nocivos sobre o meio ambiente serão mais fortemente sentidos em um futuro próximo e por um longo prazo de duração”(HOROWITZ, 2003, p.219). Felizmente a desativação do lixão da Estrutural foi efetivada no ano de 2018 – embora as consequências ambientais da permanência em atividade por 57 anos, deste que chegou a ser considerado “o maior depósito de

lixo a céu aberto da América Latina”, por muitos e incalculáveis anos deva ainda se estender.<sup>56</sup>

Se, no contexto socioeconômico e populacional, para as questões originadas na condição de gestão territorial no Distrito Federal em que o Parque Nacional de Brasília está inserido, não se encontra perspectiva de uma inversão, a curto prazo, na tendência de aumento gradativo dos seus problemas, no campo cultural e político, estas expectativas, por sua natureza mesmo, não são de nenhuma forma descartadas. A realização das pesquisas, estudos e trabalhos como os aqui citados, bem como de outras ações e eventos que tem como foco, explícito ou potencial, de agir sobre esta inversão, são momentos geradores de arcabouços científicos e institucionais, em âmbitos acadêmicos ou públicos, que carregam em si esta intenção. E que fornecem uma “reserva de fôlego” para as muitas mobilizações e embates, em vários âmbitos, para os quais - como já aprendido no passado – é necessária a reunião de forças e estratégias no intuito de superar condições adversas, como as presentes, em favor do soerguimento das plataformas políticas ambientais, e o consequente fortalecimento da condição de proteção das Unidades de Conservação.

No âmbito destas abordagens, são recorrentemente referidas como necessárias as ações que produzam de alguma forma o que em termos da estruturação de uma condição de percepção ambiental, ecossistêmica, podemos chamar de processos de “formação de novas sensibilidades”, capazes de induzir na opinião pública e, em consequência, nos campos decisórios institucionais, a aquisição de uma melhor referência de valoração social do Parque Nacional de Brasília e dos serviços ambientais por ele prestados à população do Distrito Federal. Ações que, sendo capazes de produzir um agenciamento neste sentido, promovam um

---

<sup>56</sup> Foram 57 anos de existência. Na Estrutural, bem ao lado do Parque Nacional de Brasília, montanhas de lixo chegavam a 55 metros de altura em um terreno onde eram descarregados irregularmente toneladas de rejeitos. Centenas de urubus e gaviões-carcarás sobrevoavam diariamente o local, que ficou conhecido como o maior depósito de lixo a céu aberto da América Latina.

“A maior preocupação é com a infiltração do chorume, acumulado durante décadas em formações mais profundas do solo, afinal os resíduos continuam se decompondo e circulando pelo subsolo e, pelo tempo de existência do lixão, já atingiram as reservas de águas”, alerta o secretário do Meio Ambiente, Sarney Filho. (GDF, Agência Brasília de Notícias, 2020)

reposicionamento do status do Parque Nacional de Brasília em sua relação com a sociedade brasileira.

Em passado recente, podemos destacar entre as ações já tornadas efetivas, que vieram a atuar no campo cultural e político, e em sua manifestação legal e institucional, a criação da Reserva da Biosfera do Cerrado, em sua fase I, instituída no Distrito Federal, a partir de 1994, tendo por núcleos a Estação Ecológica de Águas Emendadas, o Jardim Botânico de Brasília, a Reserva Ecológica do IBGE, a Fazenda Água Limpa (da Universidade de Brasília) e o Parque Nacional de Brasília. Segundo Horowitz “os núcleos somam quase 50.000 hectares de proteção integral”<sup>57</sup>.

A relevância deste evento, já comentada anteriormente neste estudo, reflete-se principalmente no ordenamento territorial e nas disposições de aproveitamento, manejo e vinculação deste conjunto de áreas à programas de desenvolvimento ambiental no Distrito Federal. Um protocolo, firmado com a participação do Estado e da Unesco, que se expressa na Lei Distrital N° 742, de 28 de julho de 1994, cujos enunciados definidores de seus objetivos e desdobramento institucionais e programáticos apresentamos, em fac-símile de trechos desta lei reproduzidos a seguir.

#### LEI N° 742 DE 28 DE JULHO DE 1994

Define os limites, funções e sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### Capítulo I das Reservas da Biosfera

Art. 1º. As Reservas da Biosfera fazem parte do Programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO, e têm por objetivo desencadear o planejamento multisetorial, voltado à conservação da diversidade biológica e cultural, ao conhecimento científico e ao desenvolvimento sustentável das regiões nela inscritas.

§ 1º. As Reservas da Biosfera são implementadas mediante a integração dos vários fatores sociais envolvidos, devendo seu sistema de gestão estar baseado na cooperação entre o Poder Público e setores organizados da sociedade.

§ 2º. As Reservas da Biosfera se baseiam em uma visão regional de planejamento.

#### Capítulo II Da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal e sua Abrangência Espacial

---

<sup>57</sup> O tamanho atual total das áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, com o acréscimo da expansão da área do Parque Nacional de Brasília, em 2006, é da ordem de 62.000 ha.

Art. 2º. A Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal abrange os seguintes espaços geográficos;

I – unidade de conservação do Distrito Federal, onde encontra-se preservado importante acervo biológico representativo do Bioma Cerrado;

II – áreas de relevante interesse para a recuperação da cobertura vegetal;

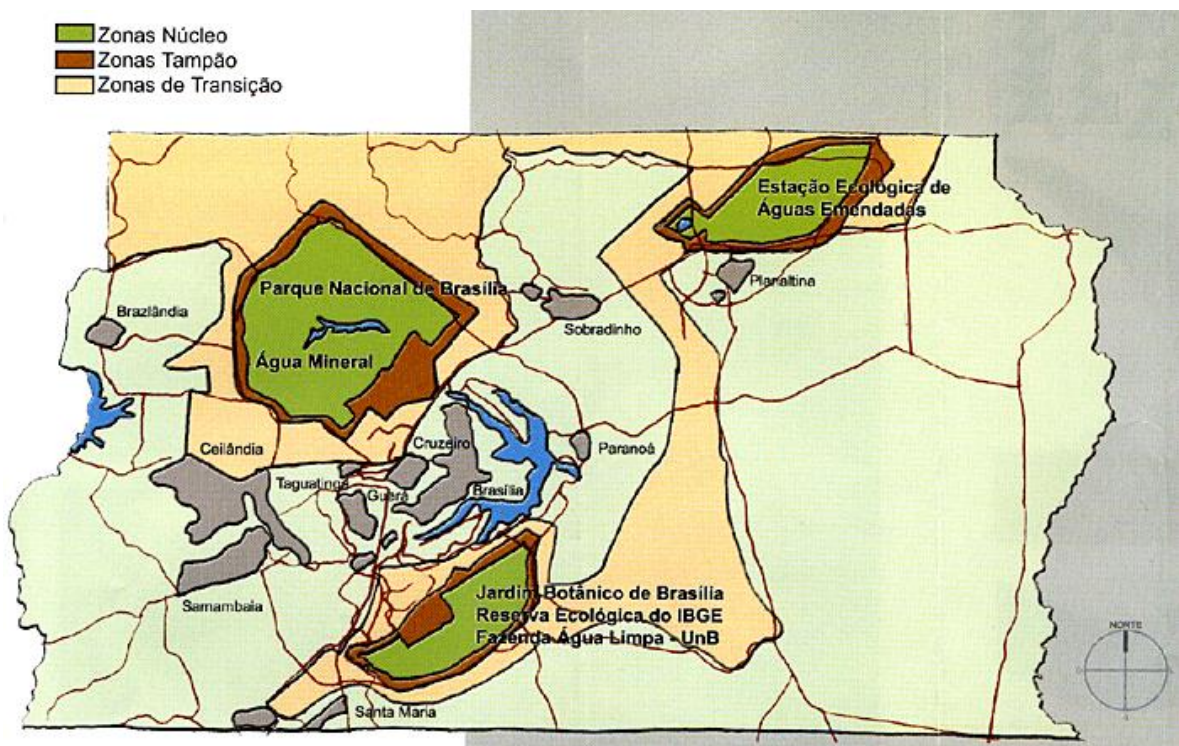
III – áreas de relevante interesse hídrico, estratégias para a população do Distrito Federal;

IV – áreas urbanas e rurais, fundamentais para a implantação de programas específicos que gerem conhecimentos e auxiliem na compreensão da dinâmica de ocupação do território e sua relação direta com a sustentabilidade dos recursos naturais disponíveis e necessários.

Art. 3º. A Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal se destina a implantação de um projeto piloto de desenvolvimento e conservação, gerando resultados aplicáveis em todo o bioma.

Na figura 6 a seguir, apresentamos um mapa ilustrativo da posição das Áreas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal.

**Figura 6 – Reserva da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal**



(Fonte: RBMA, s/d )

Outra ação extremamente significativa foi a ampliação dos limites territoriais do parque, em 2006, anexando áreas cuja proteção expandem e integram o território do

parque a outros biomas conexos e com trocas importantes para com aqueles já protegidos nos limites até então definidos.<sup>58</sup>

Ainda que se observe, ao sabor das variações de interesses políticos na vigência dos governos que se sucedem, no âmbito distrital e federal, que a execução da política ambiental experimente avanços e retrocessos, é sempre oportuno - numa circunstância como essa deste estudo, em que a retrospectiva sobre a sociedade e a política fica de alguma forma em foco - identificar que, de alguns pontos já alcançados, pode-se estabelecer plataformas de avanços que, hoje necessários, devem ser projetados para o futuro. A existência, por si só, de uma Unidade de Conservação no território do Distrito Federal, expandindo seus limites, integrando-se a outras em um programa como este estabelecido pela Unesco, já denota conquistas consolidadas neste campo, que constituem base territorial, institucional e legal para avanços futuros. A expectativa é de que a sociedade venha a responder positivamente a um apelo de transformações que, infelizmente, em um patamar da dramaticidade dos eventos climáticos - que cada vez mais demonstram o seu poder de incidência sobre a condição de vida nas cidades - ao conjunto da população já afeta. O esclarecimento a respeito das realidades complexas, sobre a biodiversidade e sua relação com a proteção dos ecossistemas, neste contexto, dos efeitos desta degradação ambiental a que a sociedade como um todo, está submetida, é o principal recurso para induzir a reflexões sobre construções enganosas que, hoje em dia, pretendem formar conceitos negativos a respeito da defesa das plataformas ambientais, privilegiando interesses de ordem econômica, que como vemos, vem agravando o quadro social no país e propulsionando um quadro de “exclusão ambiental” ainda muito mais sério. Acreditamos serem os “Parques Nacionais”, e o de Brasília, de forma privilegiada talvez, reservas também de atributos de grande valor para uma pertinente assunção das funções acima aventadas, de formação de consciência ambiental – e no caso do Parque Nacional de Brasília, com as dimensões de urbanidade com que esta Unidade de Conservação dialoga, passíveis de serem construídas em um virtuoso contraponto. Tais formulações serão objeto de desenvolvimento no capítulo final deste estudo.

---

<sup>58</sup> Segundo Horowitz, a expansão do território defendida por técnicos do Serviço Florestal, desde 1966, referia-se à anexação de uma região conhecida como “Buracão”. A referência a este indicativo de expansão do território do Parque Nacional de Brasília nesta direção reaparece no Plano de Manejo de 1978, (HOROWITZ, 2003, p. 193).

De acordo com Horowitz, a percepção do Parque Nacional de Brasília pela população, tradicionalmente se orientou pela oferta dos serviços de recreação proporcionados pelo uso das piscinas, o que foi motivo de questionamento na Revisão do Plano de Manejo de 1998 (HOROWITZ, 2003). Este aspecto constitutivo da relação do parque com a sociedade atinge dimensões administrativas e operacionais que transmigram da manutenção das áreas de visitação pública para a totalidade administrativa da Unidade de Conservação.

Ao longo dos anos, os governos do Distrito Federal não investiram o suficiente para prover o lazer ao ar livre, em especial o aquático, aos cidadãos. Com a carência, o PARNA-Brasília terminou por ser a opção, quase que exclusiva, para a cidade, cuja população quadruplicou nas últimas quatro décadas. Perante um contingente cada vez maior de freqüentadores, assumiu a condição de “clube”. Com isso, a instituição teve que canalizar efetivo humano, material e financeiro para atender aos visitantes e minimizar a pressão que exercem.

A equipe que atualizou o Plano de Manejo (IBAMA/FUNATURA, 1998) assinalou que o modo como as atividades de recreação, de interpretação e de educação ambiental se realizam acarretam um uso público inadequado. Evidenciou, também, a utilização excessiva da atual área de piscinas, a não-orientação aos visitantes, a carência de alternativas para atividades programadas, o precário atendimento ao público, a falta de materiais informativos, o mau aproveitamento da zona de uso intensivo e ações de educação ambiental direcionadas basicamente a estudantes de ensino fundamental desconsiderando os diversos perfis de visitantes do Parque. (HOROWITZ, 2003, p. 240)

A condição de percepção do Parque Nacional pela população de Brasília, avaliada em pesquisa de 1999 realizada pela Embrapa/Cenargem, revela um quadro de desconexão. Os dados coletados, segundo Horowitz, demonstram que:

- a Água Mineral é bem mais famosa que o Parque, sendo que quase 60% dos brasilienses não sabem que aquele local de lazer fica dentro do Parque;
- menos de 10 % dos freqüentadores conhecem as dimensões do Parque;
- somente um quarto da população dos usuários do Parque tem uma noção básica do que seja a categoria de unidade de conservação denominada Parque Nacional;
- quase metade dos brasilienses, mesmo que ajudados, não soube responder que o órgão responsável pelo Parque Nacional de Brasília é o Ibama; (atualmente ICMBio, nota do autor)
- somente um quinto dos usuários do Parque sabem o que significa a palavra biodiversidade, segundo principal parâmetro justificador da existência do Parque;
- um terço dos usuários do Parque não vê problemas com a introdução de girafas, hipopótamos e rinocerontes no interior do mesmo;
- mais da metade dos usuários do Parque acham que uma estrada asfaltada contornando o Parque seria uma boa opção para conhecê-lo;
- quase 50% dos usuários do Parque podem ser classificados como de baixo conhecimento ou muito baixo conhecimento sobre a flora e a fauna do Cerrado;

- pouco mais de um terço dos brasilienses justificam a importância do Parque em parâmetros ecológicos de salubridade, de qualidade de vida, de clima, ou de abastecimento de água. Um contingente equivalente de pessoas considera o Parque como área de lazer e pensa que essa é a sua principal função. (HOROWITZ, 2003, p. 241).

Conforme formula Abdala (2000), decorrem de falhas nas estratégias e programas de comunicação institucional das Unidades de Conservação com a sociedade a construção de uma imagem que, no caso do Parque Nacional de Brasília - como revelado nos resultados da pesquisa citada - está muito aquém da sua relevância e da efetiva constituição de uma percepção dos sentidos imprescindíveis da sua existência. Nem mesmo a condição de proteção de importantes mananciais que garantem 27% do fornecimento da água do Distrito Federal é significativamente conhecida e valorada.

Não dispomos de informação de que outra pesquisa deste teor tenha sido aplicada tendo como campo o Parque Nacional de Brasília, até o presente momento. Não há, entretanto, evidências de que este quadro de percepção ambiental tenha sido alterado.

Os planos de manejo são os documentos estruturadores da realização das atividades e da gestão das Unidades de Conservação. Eles, em seus momentos de estabelecimento ou revisão, refletem bem as questões emergentes no contexto de sua gestão. Tanto aquelas que dizem respeito ao enquadramento desta unidades no âmbito maior das contingências institucionais e dos vetores da política ambiental praticada no país a este tempo, como, e principalmente, nas questões que se desdobram na gestão destas unidades em sua dimensão cotidiana e interativa com fatores diversos do entorno em que se encontra definida a sua condição territorial.

No entendimento estabelecido na Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Plano de Manejo está definido no Art. 2º, item XVII, como:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

A seguir, no artigo 27, a mesma lei estabelece:

**Art. 27.** As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.



§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

O primeiro plano de manejo do Parque Nacional de Brasília data de 1978. Segundo Horowitz\_“O plano de manejo do Parna-Brasília, elaborado em 1978 e publicado em 1979, foi um dos primeiros planos feito pelo ex-IBDF.” (HOROWITZ, 2003, p.257)

Segundo as apreciações feitas por Horowitz, a partir do plano de manejo de 1978, entre as ações efetivadas ao longo dos anos de sua vigência e as previstas nos seus programas pode se verificar uma flagrante desconexão. Entre os motivos para esta incongruência estão inconsistências no planejamento que revelam um teor muito formalista do documento, desconectado em suas proposições de sua aplicabilidade e de uma coerência técnica exigível para a efetividade dos propósitos de um planejamento. De acordo com Horowitz, à pouca experiência do grupo de técnicos na elaboração de planos desta natureza (um dos primeiro feitos para as unidades de conservação no país), em que se verificou um baixo grau de interdisciplinaridade em sua composição, somaram-se a falta de participação da equipe administrativa do parque no processo, resultando numa fraca adesão pelos funcionários ao plano, não havendo na prática uma validação do planejamento realizado como um dispositivo de gestão a ser efetivamente implantado. (HOROWITZ, 2003)

Na verdade, houve uma grande desconexão entre o que foi realizado e o que estava previsto no plano de manejo: os resultados das atividades pouco contribuíram para outras realizações; algumas atividades simples não foram efetivadas, outras foram executadas de maneira muito mais complexa do que estava previsto; se para algumas constatações o plano tivesse sido consultado, seriam fornecidos requisitos para outras implementações; a maior parte das atividades realizadas vinha sendo executada antes de suas indicações no plano e o restante ocorreu tardiamente ou não teve continuidade conforme o cronograma; a meta da atividade, na maioria das realizações, não foi atingida. Existiram, também, fatos contraditórios aos objetivos, às prioridades, às normas e, até, ao zoneamento estabelecido no Plano. (HOROWITZ, 2003, p.258)

Sem mais nos determos na análise do que se propôs e do que resultou do plano de manejo de 1978, será suficiente apreciar que a experiência da elaboração e da implantação deste plano de manejo, dado a sua baixa efetividade, pode ser resumida nos aprendizados subsequentes com as falhas admitidas no processo. Sem deixar de ressaltar que o déficit deixado como decorrência destes insucessos, na formação e sedimentação de um mais consistente arcabouço prático-teórico – o que uma experiência bem sucedida de planejamento sem dúvida teria produzido - poderá ter sido significativamente negativo para o fortalecimento institucional e aquisição de maior consistência administrativa no Parque Nacional de Brasília. Consideramos que, na sua práxis e no desenvolvimento de capacidades de elaborar e avançar por sobre as contingências e adversidades próprias de sua operação, as Unidade de Conservação ressentem-se deste quadro de insuficiente capacidade administrativa, que aliada a também insuficiente disponibilidade de recursos, refletem-se nas dificuldade de levar a efeito, de forma consequente e integrada, os programas previstos em seus planos, que são tão necessários para o atingimento dos seus objetivos.

Para subsidiar esta avaliação, citamos os trechos abaixo, presentes no trabalho de Horowitz:

Em 1983, foi elaborado o Plano de Uso Público do Parque, em atendimento ao plano de manejo. O Parna-Brasília, mais uma vez, foi a segunda UC a apresentar o documento. Como muitas de suas proposições dependiam da realização das atividades que estavam indicadas no programa de uso público do plano de manejo de 1978, o plano de uso público sequer chegou a ser implementado, pois ficou totalmente desatualizado, devido à dinâmica da visitação pública e à indicação de materiais/equipamentos visuais e educativos que se tornaram ultrapassados. (HOROWITZ, 2003, p. 258)

O Parna-Brasília, uma das UCs contempladas com o repasse de recursos do PNMA, entre os anos de 1995 a 1998, também teve como instrumento de planejamento: o Plano de Ação Emergencial/PAE- documento exigido pelo Banco Mundial para melhor aplicação dos recursos enviados. Quanto à implementação do PAE no Parque, a aquisição de material e de equipamentos, construção e reformas das instalações foram atendidas quase totalmente. Porém, as atividades que implicavam manejo dos recursos naturais ficaram aquém do esperado. Um exemplo da ineficiência do PAE nesse aspecto foi a não-realização das atividades que visavam ao controle do capim-gordura, que, mesmo aprovadas pelo Banco e enviadas com prazo suficiente para a contratação dos serviços, ficaram emperradas pela burocracia. Foi perdido o período de floração necessário para o mapeamento da ocorrência da gramínea e o especialista disponível não pode executar a tarefa. Portanto, o insucesso do PAE nesse aspecto, que contava com aporte financeiro garantido para sua execução, põe em cheque a corriqueira

alegação que a falta de recursos é a principal causa do insucesso dos planos. (HOROWITZ, 2003, p. 258)

Os trechos reproduzidos revelam em que proporção se dão os desdobramentos de uma baixa efetividade na relação entre planejamento e compromisso institucional com a consecução dos objetivos, que corroboram as constatações anteriores, no sentido de que os prejuízos dos déficits apontados são tão maiores quanto mais se incorporam a uma cultura organizacional.

Em que medida então, para os propósitos deste trabalho, deveríamos estar a adentrar estes aspectos institucionais-administrativos revelados pelos planos de manejo do Parque Nacional de Brasília para situar as análises e proposições pretendidas?

Respondendo a esta questão, retomamos as afirmações trazidas por Abdala a partir de suas análises:

Os gestores, técnicos e pesquisadores do Parque devem, imprescindivelmente, tratá-lo como um sistema em transformação. Até mesmo para esses observadores da natureza, é difícil captar as mudanças que ocorrem em "câmara lenta" dentro do Parque. Dentro do novo paradigma da ciência ecológica, os pesquisadores e gestores do PNB acabam na seguinte posição: "eu sei que o Parque está mudando, mas não sei direito como está mudando e nem onde, ou como, vai parar". (ABDALA, 2002, p. 69)

São questões, como as acima colocadas por Abdala, que nos remetem à importância de que, num contexto de áreas proteção ambiental, para cuja efetividade de objetivos presume-se o mais apropriado monitoramento dos processos ecossistêmicos - que, em última instância, é seu objetivo e sua principal responsabilidade salvaguardá-los - uma eficiência administrativa e uma eficácia diretiva, programática, suporte suas atividades. Neste âmbito, o Plano de Manejo, e suas revisões, tem uma importância nuclear.

Treze anos passados da elaboração do seu primeiro plano de manejo, o Ibama, no âmbito da sua Diretoria de Ecossistemas-DIREC estabeleceu em 1991 um convênio com a Funatura, Fundação Pro-Natureza,<sup>59</sup> para a elaboração da primeira revisão deste documento, no Parque Nacional de Brasília.

---

<sup>59</sup> A Fundação Pro-Natureza, Funatura, é uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em 1986, em Brasília. Segundo informações colhidas no site da entidade, sua atuação se dá no "contexto

Segundo Horowitz, “A atualização do plano de manejo do Parque Nacional de Brasília iniciou-se em 1991, foi suspensa por 6 anos e, com um atraso de 15 anos, concluída no fim de 1998” (HOROWITZ, 2003, p. 258). Na avaliação de Horowitz há no documento falhas relacionadas a:

- ausência de estudos que fundamentem o programa de uso público, em especial, aqueles que estabelecessem a capacidade de carga da zona de uso intensivo;
- estudos de fauna defasados, uma vez que foram realizados no início da contratação dos trabalhos;
- informações incompletas a respeito de mamíferos;
- programa do sistema de informação geográfica incompatível com o padronizado pelo Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama, o que dificulta a leitura, a reprodução e atualização dos mapas (HOROWITZ, 2003).

Mais uma vez, como observa Horowitz, fraturas institucionais que se apresentam como crônicas nas questões relativas a gestão de Unidades de Conservação se fizeram presentes no processo de revisão (ou atualização) do plano de manejo: “A não-divulgação do plano de manejo, sobretudo dentro do Ibama, compromete a observância de suas normas e a consecução de suas atividades.” (HOROWITZ, 2003, p. 259) De acordo com Horowitz apenas duas cópias do plano foram entregues ao Ibama, e com o extravio de uma delas, só após 8 meses de sua homologação uma outra cópia foi enviada ao Parque Nacional de Brasília.

Entretanto Horowitz reconhece aspectos positivos estabelecidos a partir do Plano de Manejo. Segundo a autora a mais notável avanço, no aspecto da gestão da unidade, é ter sido feito “o estabelecimento de unidade gestora no âmbito do Parna-Brasília. Assim, passou a haver autonomia administrativa e financeira que, antes, constituía competência

---

socioambiental brasileiro” desenvolvendo e apoiando projetos em todo o Brasil. “Em 1997, foi declarada de utilidade pública federal. Durante seus 35 anos de existência, executou mais de cem projetos, em sua maioria no bioma Cerrado”. Os seus objetivos são direcionados à finalidade de “promover, participar e estimular: estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e seu manejo adequado; garantindo a sobrevivência de espécies em risco; a criação e o estabelecimento de unidades de conservação e outras áreas protegidas; a conscientização da sociedade a respeito da conservação da natureza e da preservação quando for o caso; a formação e capacitação de atores sociais envolvidos com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais; a promoção e o incentivo ao turismo ecológico, cultural e educativo; ações das entidades públicas e privadas promovendo medidas e práticas adequadas ao uso racional e sustentável dos recursos naturais, entre outros.(Funatura.) A organização tem assento no Conselho Consultivo do Parque Nacional de Brasília.

da Gerex.” Segundo Horowitz, ela mesma técnica em atividade no Parque Nacional de Brasília de 1984 a 2018, remetendo-se ao que testemunhou, e acompanhou como objeto de estudo de sua dissertação de mestrado sobre planejamento nas unidades de conservação “A subordinação administrativa e política levaram a episódios que prejudicaram o Parque.” (HOROWITZ, 2003, p. 259).

Há ainda, segundo avaliação de Horowitz, uma deficiência no plano de manejo que se aplica às relações da Unidade de Conservação com o estado, com a sociedade e, principalmente com estamentos da competência das três instâncias de poder do Governo do Distrito Federal. Trata-se, conforme anota a autora da “pouca atenção à atividade prioritária de definição dos limites do Parque Nacional de Brasília – que, como identificado, acarreta sérios problemas ao parque e ao órgão de planejamento e ordenamento territorial do GDF” (HOROWITZ, 2003, p. 259). Questão de maior importância para os que, como a autora, testemunharam o desenrolar dos inúmeros processos em defesa da consolidação institucional do parque, expressa da forma mais onerosa nas tensões fundiárias que se estabelecem a partir das pressões de atores externos sobre sua integridade territorial. De certo, elemento que atua ao longo da história do Parque Nacional de Brasília como grande componente perturbador, e um dos fatores que, a nosso ver, muito contribui para a “angústia” apontada Abdala (ABDALA, 2002, p. 9) presente no corpo administrativo e diretivo do parque.

Nossa visão é que são os Planos de Manejo instrumento que, em suas falhas e acertos, espelham, de toda forma, a realidade institucional da Unidade de Conservação, no que diz respeito tanto às suas características imanentes (originadas nas suas dimensões constitutivas e fundantes), como nas relações culturais estabelecidas a partir de sua institucionalidade, incluindo-se, nessas, as interrelações com o poder público e a sociedade. Por isto, são documentos cuja análise remete a uma apreciação do que designamos como ethos da Unidade de Conservação.

A revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília em 1998 se dá em circunstâncias das políticas e instituições ambientais no país bem mais consolidadas. Já no âmbito administrativo do Ministério do Meio Ambiente, com a vinculação das Unidades de Conservação ao Ibama, de um arcabouço técnico e legal bem mais estabelecido emanam as orientações quanto as formas e propósitos para gestão destas unidades. Organismos da sociedade civil, como a Funatura, criada em 1987, cuja prática institucional e política já adquirira projeção no campo institucional,

atuam em âmbitos de proposituras e consultorias pelos órgãos do governo demandadas.

Deste ponto de vista, pode ser apreciado na leitura da revisão do Plano de manejo do Parque Nacional de Brasília de 1998 estarem manifestas as intenções de reposicionamentos no planejamento e nas abordagens neles propostas em relação aos principais quadros em que se configuram as ameaças já apontadas anteriormente por Horowitz, interagidas pelas contingências institucionais, políticas e ideológicas próprias do campo, na dimensão em que estão afetadas as concepções, disposições, ideais, posicionamentos, engajamentos dos atores, com seus discursos e as práticas relativas a um ativismo em todo o termo presentes dos agentes estabelecidos neste campo.

Uma análise deste porte seria objeto de um estudo aprofundado, que este trabalho não teria condições de suficientemente estabelecer, mas que de alguma forma fornece aportes para algumas reflexões que subsidiarão suas conclusões.

Ateremo-nos entretanto a uma questão que a atual revisão do Plano de Manejo, em processo vem sendo trazida como núcleo “nevrálgico” do atual debate, introduzida por trechos a seguir extraídos das formulações feitas por Horowitz em seu estudo de doutoramento.

A análise da implementação dos instrumentos de planejamento e manejo do Parna-Brasília revela que ao insucesso dos planos, associam-se causas mais profundas. O baixo desempenho dos planos resultou da combinação dos seguintes fatores:

- processo histórico em que evoluiu o conceito e a importância das unidades de conservação brasileiras;
- organização e estrutura debilitada das instituições às quais o Parque se subordinou;
- compartimentação intra e inter-institucional;
- descontinuidade administrativa;
- pessoal insuficiente em número e com formação adequada;
- não alocação de verbas e falta de incentivos aos subprogramas de manejo, pesquisa, proteção e monitoramento dos recursos
- desconhecimento dos objetivos e da importância do Parque, por parte de alguns dirigentes e funcionários, de parcela significativa da população e da maioria das instituições que, direta e indiretamente, se relacionam com ele.

(HOROWITZ, 2003, p. 261)

Com a revisão, em 1998, o plano de manejo estruturou, por afinidade, as atividades de gestão e manejo do Parque nos seguintes programas: conhecimento, uso público, integração com o entorno, manejo do meio

ambiente e operacionalização. Organizou, com distintos graus de proteção e intervenção, o zoneamento do Parque por intermédio das seguintes zonas: intangível, primitiva, de uso extensivo, de uso intensivo, de uso especial e de recuperação. Revisado em 2002, o plano de uso público, entre outras propostas, trata dos serviços a terceirizar. (HOROWITZ, 2003, p. 185) (grifo do autor)

Assim, deste ponto em que passamos para o plano de abordagem que a este sucede, julgamos oportuno retornar a alguns aspectos referenciais deste estudo, que conectam as presentes análises e reflexões ao conjunto maior das suas proposições investigativas. Assim vejamos.

Como já assinalado anteriormente neste capítulo, os avanços nos campos teóricos dos estudos do meio ambiente, propulsionados pela emergência destas questões, percebidas em seu contingenciamento global, e a conseqüente movimentação internacional nos fóruns - inicialmente estabelecidos no âmbito da Unesco, com a formação da IUCN - se expressam dinamicamente na política e na formulação programática presentes nas abordagens dadas as Unidades de Conservação no Brasil, em várias instâncias. E também atuadas pelas contingências, no amplo e no particular contextos de ocorrência de seu espectro conformativos, que remetem ao desenvolvimento histórico da implantação das Unidades de Conservação brasileiras, em contextos político-institucionais derivados da própria dinâmica sócio-política do país.

Esta constatação, por si só, reporta a uma dinâmica cultural subjacente a constituição do objeto, ou objetos que compõem o campo do que poderíamos chamar de “Estudos do Patrimônio Natural”.

No que compete ao que podemos, dentro dos limites de análise próprios da natureza deste trabalho, pretender esclarecer, cabe remetermo-nos a reflexão de que o desenvolvimento destes conceitos e suas aplicabilidades, permeando os órgãos, instituições, legislações, campos de debate e formulações programáticas, e atuando sobre as dinâmicas conjunturais das Unidades de Conservação no Brasil, estabelecem uma plataforma cultural própria deste campo. Plataforma que se manifesta numa dimensão transitiva entre o espaço (da territorialidade própria e inalienável dos ambientes/ecossistemas), e a cultura que estabelece vetores de percepção (conhecimentos, saberes, conceituações, valorações), se traduzindo

no tempo (cultural e histórico) atuado pelas dinâmicas do estabelecimento e transformação destes vetores, em princípios programáticos, (de abordagem relacional ) inseridos e dialogando com uma instância da realidade (matriz) e suas questões (marcos temporais/espaciais constituintes/constituídos do repertório simbólico próprio ao campo, ao tempo e ao referencial espacial/cultural).

Neste ponto recuperamos o conceito de Paisagem, na forma em que, para efeito deste estudo, tem sido admitido como fulcro teórico das reflexões. Conceito cujo conteúdo cultural se nos apresenta, em nosso campo teórico, como a mais apropriada referência, em termo de perspectiva de diálogo, para abordagem das questões em que se debate o Patrimônio: ambiental e cultural, operacionalmente distintos, dialeticamente indissociáveis.

O que pretendemos neste estudo é entender a dimensão prevalecente desta indissociabilidade, e talvez indicar formas de comunicar esta dimensão a um público, que compreendendo-a, valide o ethos e a significância da Unidade de Conservação, no contexto geral do ethos social em que este público está inserido – proposição pela qual também esperamos, de alguma forma, poder contribuir com matéria que sirva para reflexão dos atores diretamente envolvidos no debate.

Nosso próximo esforço se direcionará, no próximo capítulo, a examinar uma questão já presentificada e que, ao nosso ver, se evidencia como nuclear nas discussões ensejadas no âmbito do debate que tem lugar na atual Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, que ora se encontra em processo de elaboração. Em rebatimento aos aspectos da história da formação desta Unidade de Conservação, e nos traços que percebemos constitutivos de seu ethos institucional, encontraremos oportunidade para algumas reflexões consideradas relevantes para as abordagens finais deste estudo.



### Capítulo 3

#### Os debates em torno do Plano de Manejo e as práticas conservacionistas no Parque Nacional de Brasília – do *ethos* à ética de uma Unidade de Conservação

.....ela viu que meu coração tava ali. Mas ela só calcava de leve, com uma mão, afofando com a outra, de sossoca, queria me acordar. Eh, eh, eu fiquei sabendo... Onça que era onça que ela gostava de mim, fiquei sabendo... Abri os olhos, encarei. Falei baixinho: - Ei, Maria- Maria... Carece de caçar juízo, Maria- Maria... Eh, ela rosnou e gostou, tornou a se esfregar em mim, mião-mia. Eh, ela falava comigo, jaguanhenhém, jaguanhém... Já tava de rabo duro, sacudindo, sacê- sacemo, rabo de onça sossega quage nunca: ã, ã. Vai, ela saiu, fou pra me espiar, meio de mais longe, ficou agachada. Eu não mexi de como era que tava, deitado de costas, fui falando com ela, e encarando, sempre, dei só bons conselhos. Quando eu parava de falar, ela miava piado jaguanhenhém... Tava de barriga cheia, lambia as patas, lambia o pescoço. Testa pintadinha, tiquira de aruvalhinho em redor das ventas... Então deitou encostada em mim, o rabo batia bonzinho na minha cara... Dormiu perto. Ela repuxa o olho, dormindo. Dormindo e redormindo, com a cara na mão, com o nariz do focinho encostado numa mão... Vi que ela tava secando leite, vi o cinhim dos peitinhos. Filhotes dela tinham morrido, sei lá de quê. Mas agora, ela vai ter filhotes nunca mais, não, ara! vai não... Nhem? Depois? Depois ela dormiu, uê. Roncou com a cara virada pra uma banda, amostrava a dentaria braba, encostando as orelhas pra trás. Era por causa que uma suaçurana, que vinha vindo. Suaçurana clara, maçaroca. Suaçurana esbarrou. Ela é a pior, bicho maldoso, sangradeira. Vi aquele olhão verde, olhos dela, de luz também, redondados, parece que vão cair. Hum- hum, Maria- Maria roncou, suaçurana foi saindo, saindo. Eh, catu, bom, bonito, porã- poranga! melhor de tudo. Maria - Maria solevantou logo, botava as orelhas espetadas pra diante. Eh, foi indo devagar, no diário dela, andar que mecê pensa que é pesado, mas se ela vira pra ligeiro, leviano, é só carecer. Ela balança bonito, jerejereba, fremosa, porção de pêlo, mão macia... Chegou no pau de peroba, empinada, fincou as unhas, riscou de riba pra baixo, taba amolando fino, unhando perobão. Depois foi no ipê-branco. Deixou marcado, mecê pode ir ver adonde é que ela faz. Aí, se quisesse, podia matar. Quis não. Como é que ia querer matar Maria- Maria? Também, eu nesse tempo eu já tava triste, triste, eu aqui sozinho, eu nhum, e mais triste e caipora de ter matado onças, eu tava até amorviado. Dês que esse dia, matei mais nenhuma não, só que a derradeira que matei foi aquela suaçurana, fui atrás dela. Mas suaçurana não é meu parente, parente meu é a onça preta e pintada..

**Meu tio o lauaretê – João Guimarães Rosa**

Um possível glossário cultural-ambiental dos mamíferos ocupantes do território do parque, para este texto (se ele fosse inserido em uma publicação do Parque Nacional de Brasília, por exemplo, que desse conta do seu *ethos*) seria:

Onça Pintada (ou preta) - Onça-pintada ou jaguar, também conhecida como onça-preta, é uma espécie de mamífero carnívoro da família dos felídeos encontrada nas Américas.

Nome científico: *Panthera onca*

Ocorrência : Continente sul-americano nos biomas de florestas e savana, como Mata Atlântica, Floresta Amazônica e o Cerrado (incluindo o Pantanal e a Catinga). Presença registrada em 2017 e 2021 na área ampliada do Parna de Brasília.

Grau de ameaça: vulnerável à extinção

“Suaçurana”, Sussuarana, - A onça-parda ou puma, também conhecida no Brasil por suçuarana e leão-baio, é um mamífero carnívoro da família dos felídeos e gênero Puma, nativo da América.

Nome científico: *Puma concolor*

Ocorrência : Continente sul-americano nos biomas de florestas e savana, como Mata Atlântica, Floresta Amazônica e o Cerrado. Registrada em 2016 a presença com filhotes na área original do Parque Nacional de Brasília.

Grau de ameaça: vulnerável à extinção

Caçador de onça ou “Zagaieiro”, - Habitantes dos sertões brasileiros cuja atividade principal era a perseguição e abate de onças para proteção de ocupações humanas e suas atividades pastoris, ou para proteção de outros caçadores que os contratavam.

Nome científico: *Homo sapiens* ou como Bertran, “*Homo cerratensis*”.

Ocorrência : Na savana do Planalto Central Brasileiro, nos biomas do Cerrado, desde o pantanal, passando pelas gerais descritas por Guimarães Rosa ao planalto central. O manejo da Zagaia, lança de cabo longo própria para “estocar” a onça em seu bote, descende do repertório instrumental de caça das populações indígenas destas regiões, sendo que estes indivíduos situam-se etnicamente pertencentes ou descendentes destes grupos.

Grau de ameaça: provavelmente extinto

Não será tarefa muito fácil precisar de quando se tem um mais recente avistamento ou registro de um Zagaieiro, caçador de onças, em atividade. Sua distinguível coragem e perícia são, entretanto, motivo de muitas referências em nossa cultura. De certo, se ele se extinguiu, será antes por ter deixado de existirem os contextos que admitiam a sua importância, não sendo muito cabível cogitar que o último da espécie tenha se extinguido, sem deixar sucessores, por obra de um predador (onça ou outro que o valha). Sua extinção, não fosse a riqueza com que Guimarães Rosa, conseguiu construir este excepcional relato do *ethos* deste indivíduo em seu meio, teria deixado uma irreparável lacuna no que diz respeito à história dos nossos sertões (como outras muitas que tem sido deixadas, em contextos diversos da nossa cultura).

Mas neste diálogo entre o visitante e o caçador de onça, Guimarães Rosa conseguiu construir um primoroso retrato (ficcional) de uma experiência que retrata o agenciamento recíproco entre o ser humano e a natureza, entre a cultura e as forças naturais com que o ser humano estabelece um vínculo relacional constitutivo.

Tais divagações cabem aqui no contexto de uma construção possível, que responde a algumas hipóteses de vinculação de sentidos, que podem criar nexos entre os que visitam Unidades de Conservação como o Parque Nacional, e que, inadvertidamente, podem vir a formular questões como: a onça está aqui preservada, e daí? Não seria melhor que ela estivesse extinta, a estar aqui a nos ameaçar? Ou a restringir o acesso, a estes locais ou estes recursos?

Porque do ponto de vista de uma intervenção cultural, tudo que precisamos é de encontrar caminhos promissores para recuperar, atualizar ou construir nexos pelos quais os referenciais dos atores em questão estabeleçam pontes de identificação, de interação de significados. Para podermos talvez – valendo-nos também da riqueza do referencial imagético de Guimarães Rosa – alcançar a terceira margem do rio.

Então vejamos a que lugares este caminho até esta terceira margem podem – ou não – nos levar.

Retratando hipoteticamente a situação de um avistamento de uma onça por indivíduos em eventual incursão nas áreas da Zona de Preservação do Parque Nacional de Brasília, construímos alguns cenários distintos, de acordo com *ethos* diversos que condicionem o diálogo do personagem (ou personagens) em questão com o animal avistado:

**Cenário 1:** Pesquisador em atividade no Parque Nacional, a partir de suas observações do comportamento do animal, identificaria a real ameaça da aproximação, e se valeria dos meios a seu alcance para, protegendo-se de alguma possível ameaça, encontrasse condições de melhor observar, pela sua lente de cientista, o comportamento do animal e produzir registros deste avistamento, em benefício de pesquisa própria ou dos programas de monitoramento da biodiversidade do parque.

**Cenário 2:** Invasor (não caçador) ou visitante circunstante que ao avistar o animal, a depender de seus conhecimentos do mundo natural, ou entraria em pânico ou promoveria alguma ação para afastar de si a ameaça – com desfechos os mais diversos possíveis, inclusive os mais dramáticos.

**Cenário 3:** Caçador, que procuraria, caso os recursos disponíveis fossem suficientes, encontrar formas de abater o animal, a ser utilizado como troféu, ou ainda planejaría realizar esta façanha em outra oportunidade, inclusive divulgando em seu meio o acontecido – com desfechos os mais diversos possíveis, inclusive os mais dramáticos.

**Cenário 4:** Visitantes incluídos em um programa de interpretação ambiental promovido pelo Parque Nacional de Brasília, acompanhado de monitores devidamente treinados - que, para a ocorrência de um avistamento como este, com vários recursos disponíveis para proteger, a si e ao grupo, de possíveis ameaças, acionaria estes recursos, se assim julgasse necessário, sem prejuízo das vidas envolvidas. Visitantes que, de toda forma - a não ser na ocorrência de situação extrema de perigo - se aproveitariam da circunstância para incorporar ao seu repertório cultural uma gama de sensações, reflexões e experiências conexas, com desdobramentos inimagináveis nos referenciais culturais e de articulação de significados que deste ponto estes visitantes poderiam vir a fazer (incluídos neste rol os que já tinham lido o conto de Guimarães Rosa e os que poderiam vir a ser instados a lê-lo). Com desfechos de construir nexos que articulariam a sua própria existência (dos visitantes) a existência do animal.

**Um quinto cenário ainda possível** de se imaginar seria de uma sala em um espaço de visitaçãõ em que vários recursos de realidade virtual disponíveis proporcionassem aos presentes uma experiência de “aproximaçãõ” à realidade factual da presença de uma onça, inclusive podendo ser feita a partir de registros captados do animal na área do próprio parque. Entretanto, nestas circunstâncias, vários outros componentes que compõe a ambiência “imaneñte” numa circunstância de um avistamento real, não seriam, mesmo com recursos extremos, a partir da utilizaçãõ dos mais sofisticados recursos tecnológicos disponíveis, capazes de substituir a experiência sensorial “imersiva” da realidade. De qualquer forma, para efeito de construçãõ de cenários de revivificaçãõ de realidades, que em outros parâmetros a Museologia (e neste caso, mais especificamente, a museografia) opera, tal cenário é pertinentemente considerado. Como podemos ver nas cada vez mais amplas possibilidades de atuaçãõ nos campos da Museologia Virtual, cujo recurso admitimos, em contextos que consideramos pertinentes para

abordagens relativas ao conhecimento e à interpretação do Patrimônio Natural e Cultural do Parque Nacional de Brasília, nos eixos de apreensão que sugeriremos a seguir neste estudo, como alternativas de abordagem museológica presentes. Neste caso, visitantes situados em várias plataformas de experiência tecnológica e cultural, com precedentes e referenciais das mais variadas ordens, se situarão de formas diversas nesta experiência – e no espaço da virtualidade deverá se propor recursos para percepção da “transcendência” que “descaptura”, libera o campo da percepção do visitante do universo da experiência ordinária.

Obviamente, os cenários acima, ingênuos e precariamente imaginados, não guardam qualquer relação de probabilidade científica com a realidade factual (fictícia) que tomam como matriz. Mas, como também não são de todo desconexos de uma possível configuração, apenas lançamos mão do recurso para adentrar na problematização em que se inserem os significados e os nexos estabelecidos na construção interativa destes significados - num contexto hipoteticamente imaginado em que a natureza (ou o meio ambiente, ou o ecossistema, ou a biodiversidade, ou a paisagem, ou o Patrimônio Natural, ou vários significados referentes, ou todos, superpostos, conforme percebidos por cada um dos seres humanos presentes) tem a dimensão de um *inprint* dominante sobre a percepção dos envolvidos.

Isto posto - aqui só a título de uma principal motivação, que será localizar em que dimensão se pode estudar e encontrar motivos de abordagens museológicas com propósitos de sensibilização ambiental no campo do *ethos* humano - passamos a ver em que aspectos da elaboração da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, aqueles relativos aos *ethos* agenciados e agenciando esta revisão, podem ser percebidos e considerados como matéria para este trabalho.

### 3.1 Olhando para os lados e parando pra pensar

Além de fósseis encontrados, foram encontrados rastros de pegadas de três indivíduos bípedes\* em Lateoli (datação de 3.6 milhões de anos). Este rastro foi fixado entre depósitos de cinza vulcânica. O rastro provê uma das descobertas mais interessantes da pré-história humana e registra alguns momentos nas vidas de três indivíduos, um que parou brevemente, virou para olhar para o leste (possivelmente vulcão distante em erupção), e então continuou para frente. (LEAKEY, M.D. & HAY, R.L - Nature 22/03/1979, vol 278)

(\**australopithecus aferensis* – nota do autor)

De acordo com análises encontradas em Abdala (2002) o debate contemporâneo sobre a percepção ambiental ou ecológica vem atravessando as tradicionais fronteiras que confinavam, a campos distintos de experiência e investigação teórica, os fenômenos assim distinguidos entre o natural e o cultural.

Como ponto determinante da reflexão teórica que se abre a partir deste assunto, podemos citar a seguinte problematização interposta por Abdala:

[...] a solução de partes de um problema não é a solução do problema, principalmente quando esse problema trata de interações homem x ambiente. Vários autores, como Jorgensen, por exemplo, consideram mais preocupante ainda o fato da solução de uma parte do problema significar o aumento da problemática em outra parte. Cientistas sociais, assim como cientistas biofísicos, quando libertos de preconceitos e disputas de território e dispostos às transcrições de linguagens, vêem necessidade de reexame epistemológico, de reorientação de suas visões de mundo, na busca efetiva de resolução de problemas. (ABDALA, 2002, p. 19)

Aplicada aos campos teóricos e programáticos das ciências ecológicas, surgem termos como “manejo ecológico” (no entender de Abdala podendo ser utilizados os seus correspondentes “gestão socioecológica” ou “gestão socioecossistêmica”)(ABDALA, 2002, p. 22) cujo campo de apropriação de conteúdos e significados, bem como sua funcionalidade operativa está, por origem, nestes espaços transfronteiriços das ciências:

A integração do conhecimento científico dos relacionamentos ecológicos dentro do complexo sociopolítico e de estruturas de valores de uma sociedade com o objetivo geral de proteger a integridade dos ecossistemas nativos a longo prazo. (GRUMBINE, 1994, apud ABDALA, 2002, p. 22)

Para Abdala (2002), se formos aos fundamentos da história evolutiva da espécie humana, a segmentação entre natureza e cultura, para além do campo da pesquisa pura, não tem onde se estabelecer como um axioma definitivo:

O ambiente manipulado por ferramentas, ou seja, criado pelo próprio homem, era o mesmo em que se processavam suas adaptações sociais e biológicas. Pensando no *Australopithecus* que há 4 milhões de anos atrás já manipulava ferramentas<sup>60</sup>, é intuitivo supor uma reciprocidade entre evolução cultural e evolução biológica — ou uma co-evolução gene-cultura — principalmente pelo consenso parcialmente existente, entre especialistas e filósofos, sobre a mente se constituir no cérebro em funcionamento. (ABDALA, 2002, p. 25)

Abdala, citando Almeida Jr. em seu trabalho, estabelece um marco para a discussão a partir do que pode ser considerado um axioma antropológico: “O fenômeno humano é sempre biológico e cultural, ao mesmo tempo.” (ALMEIDA JR., 1998, apud ABDALA, 2002, p. 25) e conclui: “Em resumo: a espécie humana evoluiu geneticamente por seleção natural do comportamento, concomitantemente à evolução de sua anatomia e fisiologia cerebral. Seria como um processo de realimentação [...]” (ABDALA, 2002, p. 25)

Quando, deste ponto em diante das elaborações, adentramos nos aspectos que nos interessam discutir neste estudo, em que se manifesta abrangência interdisciplinar possivelmente reconhecível nos campos interseccionados pelos conceitos de Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural, situamo-nos, com Franco, em meio a realidade coexistente e integrada de seus conteúdos e significados:

O ambiente humano, ou o meio ambiente, é o que está à nossa volta. Ele é formado não só pelo ambiente natural, mas também pelo ambiente construído pelos humanos, o ambiente cultural ou social. Portanto, os seres humanos pertencem, ao mesmo tempo, ao mundo natural e ao mundo cultural. Esses mundos, entrelaçados, constituem seu espaço vital. É neles e a partir deles que se desenrola a aventura humana no planeta. (FRANCO, 2015, p.2)

A distinção entre cultura e natureza é, portanto, instrumental. A ambivalência é parte do jogo do conhecimento, e não há erro algum em reconhecer os humanos tanto como integrantes, quanto como separados da natureza. (FRANCO, 2015, p. 5)

---

<sup>60</sup> Na realidade há uma imprecisão na datação de referência constante desta afirmação de Abdala. Não levando em consideração que seu trabalho foi produzido em 2002, para antepormos esta observação, uma vez que seria muito oneroso precisar em que tipo de estudo Abdala se baseou para fazer esta assertiva, apenas julgamos necessário corrigir esta datação de acordo com as mais recentes evidências arqueológicas (uma vez que esta divergência de data em nada altera a natureza especulativa de sua afirmação). Na realidade as evidências de que tivemos conhecimento é de que a espécie *Australopithecus Aforensis*, cujos fósseis foram datados de aproximadamente 3,4 milhões de anos podem ter se valido de ossos ou pedras como ferramentas.

Prosseguindo com Franco, para bem situarmos as reflexões e análises que desenvolveremos, apresentam-se questões referentes aos atributos reconhecidos ou reconhecíveis como elementos de espelhamento para a experiência perceptiva do ser humano, sobre as quais passaremos a refletir. A partir da constatação da presença destes elementos, pelos quais se atribui valores às manifestações do mundo natural e da cultura, há que se examiná-los na dimensão significativa da transcendência, o que, para além dos espelhamentos, propicia a construção de idealizações a que os comportamentos, moldando-se a estes espelhamentos, tendem a se ajustar.

A transcendência do mundo, em relação aos indivíduos, faz com que ele adquira um valor para além da mera utilidade. Certamente o mundo da cultura existe para os humanos, mas é seu caráter transcendente que possibilita que ele seja irradiador de sentido comum (objetividade) para as vidas humanas individuais. (FRANCO, 2015, p.7)

No que diz respeito ao mundo da cultura esta transcendência se verifica, segundo Franco, a partir de “propriedades emergentes” que são qualidades próprias resultantes da dimensão da existência social e cultural humana.

Em sociedade, ou no mundo da cultura, há propriedades emergentes, uma espécie de vida própria, algo mais que a simples soma de indivíduos. Trata-se de um mundo que se perpetua por meio dos indivíduos humanos, de suas construções, de seus fazeres e de suas relações, um ambiente propício à vida humana, em todas as suas dimensões, e um patrimônio a ser cuidado, conhecido e admirado. (FRANCO, 2015, p.8)

Esta dimensão que transcende, (transcender, elevar-se sobre ou ir além dos limites de; situar-se para lá de) deriva pois do que é imanente em toda atividade que restrita, entre os seres “naturais”, ao ser humano, e desde sua origem é transida por operações simbólicas. É o que adere como terceiro elemento, o das mediações, onde podemos localizar na conceituação de Berque (MARIA, 2010), para suas formulações a respeito da paisagem, o atributo que incorpora à paisagem sua dimensão “trajetiva”<sup>61</sup> - ou o que, como no repertório de Guimarães Rosa aqui recorrido, o que nos leva à terceira margem do rio.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Segundo Maria (2010), o termo trajetivo decorre do conceito de Berque *Trajection*: combinação medial e histórica do subjetivo e do objetivo, do físico e do fenomenal, do ecológico e do simbólico, produzindo uma *médiance*. Da qual: *trajetividade*, *trajectivo*, “*trajecter*”. (MARIA, 2010, p.61)

<sup>62</sup> O pai na canoa no meio do rio não existe em si – é nas narrativas em torno de sua existência, evocados pelo filho, em sentimentos, lembranças, interdições, resiliências, e todos os significados a esta contingência, tão carregada em si dos paradoxos das subjetividades por sobre ela projetadas, que sua existência se consoma. Ao mesmo tempo, é a canoa, é o pai e é o rio. Paisagem do sertão, do *ethos* sertanejo que em torno dela se articula.



Muitas narrativas poderiam ser desenvolvidas motivadas pelo que estas reflexões nos sugerem. Todas impregnadas de nexos, sentidos congruentes a este discurso com propósitos científicos, que em muito o enriqueceriam. Na realidade, operar com conceitos, mormente nestes campos da interdisciplinaridade, nos traz de volta a uma atávica experiência: a da criança quando aprende uma nova palavra. Maravilhado com o que desta apropriação de significado reverbera no seu mundo (das coisas em si e das coisas-simbolicamente-agora-existindo num espaço ampliando-se de realidades virtuais operativas) a criança fica a repeti-la indefinidamente, apreciando esta conquista, em sua sonoridade, evocando esta ligação mágica entre o símbolo e o objeto representado como a sua mais poderosa, lúdica e determinante aquisição.

Voltando às prováveis ligações pelas quais, atravessando as dimensões culturais, alcançamos a plataforma em que toda esta magnitude de construções se realiza, encontramos Gaia, a força telúrica, anterior e ulterior a todas as nossas construções simbólicas. Madre, Pacha-mama, a que efetivamente todos nós, pelo menos em nossa plataforma biológica, retornaremos um dia, em silêncio.

Na Natureza o ser humano também encontra esta transcendência: o *locus* de tudo que era antes dele ser. E que, pelo menos por uma decorrência da percepção de sua própria improrrogável finitude, deveria continuar sendo para além dele.

Voltemos ao que Franco vem nos trazendo em suas compreensões sobre valores atribuídos ao Patrimônio Natural e Cultural:

Uma questão importante é a seguinte: por que valorizar o patrimônio cultural e natural? A resposta mais simples e óbvia é: para garantir a conservação do ambiente humano, sem o qual a vida humana não seria possível. A depredação do ambiente humano implica perda da qualidade de vida dos seres humanos. Essa é uma razão bastante pragmática e conduz à percepção do patrimônio, cultural ou natural, como recurso a ser apropriado ou usufruído pelos humanos. Outras razões e motivações menos instrumentais podem ser aventadas e merecem um exercício de reflexão. (FRANCO, 2015, p.8) (grifo do autor)

Esta razão presumida transmigra para as narrativas que constroem os discursos a favor da educação ambiental e patrimonial. E neste caso revela-se como a razão que decisivamente é evocada para a defesa destas práticas, com sua amplitude redentora sobre os quadros preocupantes de desconexão, já aqui neste trabalho denunciados em relação ao Parque Nacional de Brasília (HOROWITZ, 2003)

(ABDALA, 2000) (ABDALA, 2002) e em relação as Unidades de Conservação no Brasil (QUINTÃO, 1984). Mas serão estas razões suficientes? Esta questão é ao nosso ver cabível, quando nada, quando se pensa nas acanhadas e lentas mudanças de comportamento que em relação ao meio ambiente efetivamente se estabelecem, diante de quadros de desconexão presentes na sociedade contemporânea, em relação a temas tão caros – ou que pelo menos deveriam ser assim sentidos - como esses relativos a degradação ambiental em curso, em âmbito planetário, cuja negligência já vem se evidenciando em efeitos, no mínimo, temerosos.

A Palavra “Patrimônio” guarda em si a referência a um sentido de “direito”, de um legado transmitido ao ser humano pelos próprios seres humanos que o antecederam - fruto pois de conquistas anteriores desta vida humana em sociedade - ou pelo que, a partir dos referenciais de uma sociedade, determinou-se que da natureza, de certo aspecto ou espaço natural<sup>63</sup>, deveria ser compreendido, estabelecido (em sua dimensão simbólica)<sup>64</sup> e mesmo reservado (em dimensão física/territorial) para este fim.

Optamos por trazer uma reinserção da transcrição de um trecho de Quintão (1984) - datado da década de 1980, mas desde lá revelador da “angustia ambiental”, identificada por Abdala (2002), com que convivem os técnicos em atividade neste campo. A sua reinserção se dá em razão de procedermos uma oportuna problematização:

Por outro lado, os profissionais ligados diretamente ao setor conservacionista ressentem-se da falta de uma melhor conscientização da sociedade civil para os assuntos da natureza.[...] Fica assim integralmente entregue às autoridades constituídas toda a responsabilidade pela proteção dessas áreas. De forma geral, a população entende, erroneamente, que os Parques Nacionais e Reservas Biológicas são propriedades do IBDF. Não existe ainda

---

<sup>63</sup> O sentido original da palavra patrimônio remete a herança familiar, conjunto de bens pertencentes a uma determinada família a que, por sucessão, os descendentes desta família tem direito. No que diz respeito ao Patrimônio Cultural esta descendência se refere a uma comunidade étnica, ou relacionada a um mesmo grupo cultural com vínculos de identidade e pertencimento. Já ao Patrimônio Natural circunscreve-se à paisagens ou recursos pertencentes ao universo da dimensão territorial de determinado grupo, ou, em uma dimensão sistêmica própria do campo da ecologia, pertencentes a humanidade como um todo. De mesma forma, esta percepção atinge também o campo do Patrimônio Cultural, o que vem a conferir a certos bens e porções do espaço geográfico mundial o reconhecimento de Patrimônios da Humanidade, e é o que permite uma ressignificação “transcendente” destes bens patrimoniais e espaços à dimensão de um direito que atua sobre eles, emanante da condição humana.

<sup>64</sup> Retomando aqui a presença dos “sertões” que identificamos, em momentos anteriores deste estudo, como aspecto da “nacionalidade legítima” do Brasil, recorrido no programa ideológico-identitário que subsidiou, neste plano, o projeto de construção de Brasília.

o entendimento de que tais áreas são Patrimônio da Nação, cabendo ao IBDF seu planejamento e proteção, de forma a cumprirem efetivamente os objetivos para os quais foram criadas. (grifo do autor) (QUINTÃO, 1984, p. 5)

Refletindo sobre questões como esta, que se revelam decorrentes das relações de identificação subjacentes a quadros de conexão ou desconexão de determinada população aos bens patrimoniais, surgiu, e se desenvolveu no século XX no mundo, no campo da Museologia, abordagens que ao longo do tempo vieram a ser designadas por Museologia Social, Nova Museologia, e outros termos referentes, que destes campos conceituais vem se desenvolvendo por um amplo espectro de definições, propósitos e especificidades programáticas - de forma a, atualmente, alguns autores preferirem se referenciar a esta fenomenologia do campo como a presença de diversas “museologias”.

As reflexões feitas nestes campos, das diversas museologias, são muitas, e algumas já bem estabelecidas em referenciais conceituais autóctones ou apropriados de outros campos, e algumas experimentações, mais ou menos bem sucedidas (em que pese aqui uma relativização dos referenciais de sucesso para os objetivos desta ciência aplicada). Todas elas, que operam neste espectro da vinculação patrimônio / território / identidade, de forma geral se remetem ao estudo das relações singulares, de apropriação diferenciada em vários segmentos da sociedade, dos seus bens patrimoniais – inclusive no que diz respeito ao que se valida e se elege no âmbito desta referência “territorial” ( no sentido antropológico do termo) como Patrimônio.

Um dos teóricos que estabeleceu referenciais teóricos fecundos para os fundamentos destas correntes da Museologia, Hugues de Varine, esteve também envolvido na implementação de diversas destas proposições museológicas. Sua atividade, primeiramente na França, seguida de contribuições em diversas partes do mundo, esteve ligada originalmente ao conceito de ecomuseus<sup>65</sup>, conceito criado por

---

<sup>65</sup> Historicamente, a palavra ecomuseu foi inventada em 1971 para promover a relação entre museus de ciências naturais, preservação da natureza e educação ambiental, e também para incentivar a participação desses museus na I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Posteriormente, o termo foi apropriado para designar museus e centros de interpretação existentes nos parques naturais regionais franceses. Desde então, termo e conceito se diversificaram e ganharam diversas interpretações, das quais, destacamos:

- 1972 – debate conceitual e criação de uma definição idealizada por Georges Henri Rivière;
- 1974 – o Ecomuseu de Creusot-Montceau les mines, na França, inventa e coloca em cena, práticas de gestão participativa do patrimônio vivo natural e cultural do território, em articulação com sua população;

ele e por Georges Henri-Riviere, em 1972. Em sua obra “Raízes do Futuro”, Varine reflete sobre práticas museológicas que tenham como orientação e propósitos para superação do que ele considera uma questão crucial, que está no cerne da desconexão funcional que ameaça os sentidos de valor e a pretendida capacidade da sociedade garantir a perenidade de seus patrimônios:

A natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população. (VARINE, 2013, p. 19)

No que cabe aqui fazer uma nota de ponderação, à responsabilidade que cabe a uma sociedade, em suas instâncias já estabelecidas, por suficiente arcabouço experimental, conceitual e legal, para promover a preservação dos bens reconhecidamente constituídos, ainda que nestes âmbitos, como bens patrimoniais, e que por circunstâncias infensas aos princípios já consolidados nesta sociedade (ainda que não partilhados por uma representativa parcela da população) estejam ameaçados em sua integridade. Neste aspecto pesa a dimensão de irreversibilidade de certos contextos de degradação a que este “patrimônio” possa vir a ser submetido.<sup>66</sup>

Mas de toda forma vemos como procedentes as reflexões feitas no âmbito da Museologia Social, quando refletimos a partir do que Quintão enuncia no trecho de seu artigo, neste capítulo reinserido, e sobre diversos aspectos e circunstâncias em

- 
- 1980-1990 – delinea-se uma expansão experimental de ecomuseus, na França, na Escandinávia, no Québec (Canadá), Brasil, Portugal, Itália, Japão e outros países, adaptados aos contextos locais e procurando responder a três critérios oriundos da experiência do Creusot-Montceau: patrimônio, território, comunidade;
  - O ecomuseu, reconhecidamente, é proveniente da Nova Museologia que se desenvolve a partir da Conferência Geral do ICOM, EM 1971. Os ateliês realizados pelo Movimento Internacional por uma Nova Museologia/MINOM favorecem, desde 1984, a difusão de experimentações no campo da museologia comunitária;
  - Paralelamente, em países da América Latina, aparecem os museus chamados comunitários que adotam os mesmos princípios, colocando a comunidade em 1º plano;
  - A partir dos anos 2000, observa-se um boom de ecomuseus e museus comunitários em quase todos os países, adotando nomes variados. Eles possuem características territoriais, atuam em prol do desenvolvimento humano e econômico local e adotam como princípio a educação patrimonial. (VARINE; MATTOS, 2019)

<sup>66</sup> Esta discussão é mais complexa, e remete a cenários atuais em que bens cujo valor identitário passa a ser questionado e até mesmo rejeitado como símbolo, em contextos os mais diversos em todo mundo, sendo submetidos a ataques e outros tipos de depreciação, que vão desde a depredação à demolição. Paisagens, ecossistemas, biomas, e outros espaços ou conjuntos que tenham relevância simbólica podem também ser submetidos a um processo de desconstrução narrativa que abrem flancos para exploração de recursos naturais e degradação – o quadro brasileiro atual é prova disso.

que podemos conferir esta falta de apropriação dos sentidos do patrimônio pela sociedade. Neste ponto concordamos com o que afirma Varine, dando ao seu pressuposto, enunciado acima, uma conotação programática, com uma intenção diretiva:

Estamos falando aqui de uma aplicação especial do conceito de “subsidiariedade”: a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores desse patrimônio, de modo a não separá-lo da vida. O papel das instituições especializadas é sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato, mediatizar, gerir pela margem em função do interesse geral. (VARINE, 2013, p. 19) (grifo do autor)

Entretanto retomamos o desenvolvimento das abordagens sobre valoração do Patrimônio Natural, para, nas páginas conclusivas deste estudo, reinserir oportunamente esta discussão, a nosso ver necessária, que tem lugar no campo das abordagens museológicas, a luz das teorias mais contemporâneas, com suas indiscutíveis contribuições e aplicáveis proposições ao contexto a que nos remetemos.

Então vejamos o que em Franco e Abdala temos a apreender a respeito da construção social/cultural desta atribuição de valor ao Patrimônio Natural.

Foi entre os séculos XVI e XIX que a maneira pela qual os humanos percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor se transformou. Alguns dogmas, desde há muito estabelecidos, foram descartados. Novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem emergiram. O relacionamento com outras espécies foi redefinido e o direito dos humanos de explorar essas espécies em benefício próprio começou a ser questionado. Um intenso interesse pelo mundo natural foi despertado, tanto nas ciências como nas artes. O estudo cuidadoso da história natural desacreditou muitas das percepções antropocêntricas do passado. Um amplo sentido de afinidade com os animais e as plantas pôs em dúvida as convicções sobre a singularidade humana. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais veio à luz e ao invés de continuar a destruir as florestas e toda paisagem sem um valor prático, um número cada vez maior de pessoas passou a plantar árvores, cultivar flores e visitar áreas selvagens por pura satisfação emocional. (FRANCO et. al., 2021, p. 3) (grifo do autor)

São de transformações desta ordem que surgem as condições para que se chegue ao hoje adotado conceito de Patrimônio Natural, num âmbito de expansão de percepções que admitem (ou reintroduzem) outros valores, que se relacionam a imanência de aspectos reconhecidos na Natureza, e que conferem a esta entidade a mesma dimensão de transcendência com que são reconhecidos os bens do Patrimônio Cultural - ainda que, no que diz respeito ao Patrimônio Natural, esta significação se remeta a uma outra matriz valorativa, em contextos em que os

referenciais de “natureza” e “cultura” guardavam correspondência ainda com as circunstâncias culturais em que se concebeu esta diferenciação, em campos também distintamente valorados.<sup>67</sup> De qualquer forma, reconhecida na fenomenologia do mundo natural com que se relaciona o ser humano, explícita ou tacitamente, este processo valorativo sugere ou supõe esta transcendência.

A transcendência é uma característica relacionada também com o patrimônio natural. O mundo natural não foi criado pelos humanos nem para eles, embora seja o ambiente sobre o qual a vida humana e as sociedades se estabelecem. O mundo natural, com toda sua diversidade de aspectos bióticos e abióticos, é produto de um processo evolutivo, que se desenrola há bilhões de anos – ou, para os religiosos, é produto da criação divina. O fato é que os humanos são neófitos, retardatários participantes do espetáculo da natureza, quando se pensa em quão recente é seu aparecimento no planeta em relação à duração do processo evolutivo. (FRANCO, 2015, p. 8)

A autonomia do mundo natural, em sua face mais extrema, remete à ideia de selvagem ou indomado. A natureza, na medida em que não foi criada pelos humanos nem para os humanos, e na medida em que é indiferente aos humanos, se reveste de um caráter transcendental num sentido mais profundo ainda que a cultura ou a sociedade. (FRANCO, 2015, p. 9)

Tecendo considerações sobre aspectos de valoração do Patrimônio que podem ser tomados como comuns tanto ao Patrimônio Cultural e ao Natural, Franco acrescenta:

A preservação do patrimônio tem a ver com a perpetuação do ambiente humano. A valoração dos patrimônios cultural e natural envolve, ao mesmo tempo, considerações sobre a utilidade e a apreciação estética. Trata-se, também, de uma operação que envolve a elaboração de valores éticos relacionados com a percepção de traços que vão caracterizar a identidade e com o valor que se atribui ao outro, ao que se considera exótico. Ciência e arte, economia e política têm um papel importante no processo social de valoração do patrimônio. (FRANCO, 2015, p. 11) (grifo do autor)

Mas a que processos estaremos nós, seres humanos, submetidos, para de tal forma ignorarmos uma sistêmica codependência, que caracteriza a vida em sua matriz, e que subjaz as possibilidades de permanência e expansão da vida humana, e paulatinamente, cada vez mais, nos distanciarmos de uma ética de “pertencimento”. Abdala aponta alguma relação com aspectos próprios do desenvolvimento da cultura,

---

<sup>67</sup> Esta distinção se reporta as análise feitas por Quintão (QUINTÃO, 1984) em artigo citado anteriormente neste estudo, e melhor explica o fato das referências de valor em relação ao Patrimônio Cultural serem mais imediatamente acionáveis quando se trata de avaliar questões relativas a preservação destes bens, em relação ao que ocorre aos bens incluídos no rol dos Patrimônios Naturais. Com efeito, no contexto da formação de identidades tão recorridas no estabelecimento dos estados nacionais, a evocação aos “feitos, obras e palavras” que distinguem uma nação ganham destaque nestas narrativas.

citando um dos formuladores da teoria básica da co-evolução gene-cultura, Edward Wilson.

Certas normas culturais também sobrevivem e se reproduzem melhor do que normas concorrentes (seleção natural), fazendo a cultura evoluir em uma trilha paralela à evolução genética e geralmente muito mais rápida. Quanto mais rápido o ritmo da evolução cultural, mais frágil a conexão entre gene e cultura, embora nunca se rompa totalmente. (WILSON, 1999, apud ABDALA, 2002, p. 26)

Chegando aqui em um ponto de considerações pelo qual podemos sustentar que nas profundas camadas do psiquismo humano - em que talvez localizemos a formação do “inconsciente coletivo” de Jung - se estruturam no ser humano condições “atávicas” manifestadas no seu *ethos*, cujas longínquas raízes se entrelaçam e nos conectam às mais primordiais memórias da relação ser humano x natureza.

Segundo Abdala há estudos nesta direção, e suas teses encontram confirmação em aspectos do comportamento humano estudados na atualidade.

Willian & Patterson (1999), por exemplo, numa análise dentro da linha da psicologia ambiental, sugerem que no mapeamento dos significados que o ambiente tem para o indivíduo, os significados estéticos, por exemplo, são frutos de respostas adaptativas onde a sobrevivência biológica motiva o comportamento ou preferência por determinadas paisagens e ambientes. (ABDALA, 2002, p. 26)

Enfim, são caminhos abertos no campo complexo das interdisciplinaridades que o pensamento contemporâneo se vê obrigado a dar conta. Encruzilhadas da “civilização” que colocam a necessidade de novas sínteses. E que desta vez - acreditando e esperando podermos agir insistentemente neste sentido - não se pode admitir prerrogativas excludentes, ou limitadas a conceitos forjados em perspectivas particularizadas.

Mas o que isso tem a ver com Museologia e Unidades de Conservação, e Patrimônios, e a capital federal do Brasil? A resposta mais rápida seria o holismo, que é um conceito admitido como solução orientadora para estes impasses. “Tudo tem a ver com tudo”. Mas não será assim que responderemos. Na medida em que perspectivas totalizantes, não atentas a nuances das complexidades, podem desandar por “arrasamentos” e superficializações como resposta a uma situação tão dramática como as que para onde apontam os quadros da atualidade. Além do mais,

há que se qualificar os discursos. E não concordar com as desqualificações decorrentes da banalização que pervade a cultura, no mundo das respostas prontas.

A Biodiversidade é uma percepção de base complexa. E de alcances complexos. Para dar conta de um entendimento de toda esta complexidade, que deveria gerar uma internalização, há uma série de pré-condições a serem desenvolvidas. Nos seres humanos, nas instituições, nas urbanidades, nas dimensões relacionais do ser humano com a sociedade e com a natureza, na ciência, na arte, na educação, na cultura em seu amplo espectro. Mas subjacente a todas as outras condições, uma nos parece por demais arisca e fugidia, nos quadros que beiram a distopia na atualidade: onde andar a motivação que fará o ser humano levantar do sofá e abrir mão do controle remoto? Esta questão tanto mais pungente na medida da preponderância tecnológica criando um mundo de virtualidades, acessado pela janela mágica de um aparelho, que se torna referencial de validação de toda factualidade ao redor.

O Parque Nacional de Brasília se nos apresenta como uma janela. Uma “outra” janela que avistamos por entre a urbanidade paisagística de Brasília. Será o Éden dos nossos ideais que nos faz situá-la imagetivamente assim?

Após esta questão, chegando aos finais elementos deste trabalho, partiremos para um momento eminentemente elaborativo, com intenções propositivas, onde esperamos poder, ainda que precariamente - e sujeito a um sem número de questões, que, de certo, permanecerão abertas - colocarmo-nos conclusivamente diante estas e outras questões neste estudo conhecidas. Assim fazemos por sabe-las necessárias - quando nada para estabelecer um marco “final” provisório para a jornada que me trouxe ao trato desta temática no âmbito da academia.

Entretanto, antes de passar ao último item deste capítulo, uma parada necessária ainda faremos para refletir sobre a revisão que atualmente está em curso do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, em que relacionaremos o que entendemos ser o *ethos* da instituição com as outras reflexões já estabelecidas neste estudo.

Salientamos que, em razão da concomitância em que se dá a elaboração deste estudo com o processo de realização da oficina do referido Plano de Manejo, que ainda não publicizou um documento resultante das discussões, haveremos de nos



ater a uma digressão em torno do que, pelas informações constantes no Guia do Participante da oficina a que tivemos acesso (gentilmente disponibilizado pela atual chefe do Parna de Brasília, Juliana Barros), e outros sinais percebidos no contexto em torno do debate, está se abrindo como perspectivas de problematização, a nosso ver, oportunas e fecundas, em seu âmbito.

### **3.2 Que espécie de *Homo Sapiens* nós somos? Andando ereto sobre dois pés no Parque Nacional de Brasília.**

*Homo Sapiens*: do latim "homem sábio", também conhecido como pessoa, gente ou "homem" (sic), é a única espécie animal de primata bípede do gênero *Homo* ainda viva\*.  
(\*ou seja, não extinta)

A "espécie dominante"<sup>68</sup> sobre todos os ecossistemas no planeta Terra deixa atrás de si um rastro de destruições ambientais de grandes proporções. Esta nada nova constatação, ao lidarmos com o tema, na escala das terríveis proporções já alcançadas pelas agora evidentes consequências, em aspectos muito a nós proximamente manifestando-se, nos dizem da urgência de revermos a cada momento os paradigmas conscienciais sobre os quais estão assentes nossas atividades sobre o planeta.

Voltando a refletir sobre a condição de transcendência que, expressa ou tacitamente, objetiva a dimensão comunal de nossa existência gregária, há valores partilhados que nos reúnem em condições mais ou menos favoráveis para promover contextos de partilhamentos (de recursos, de propósitos, de ideais, de práticas) colaborativos, que representam a dimensão estabelecadora das "propriedades emergentes" assinaladas por Franco, pelas quais as atividades humanas estão ocorrendo, necessariamente, desde sempre, numa plataforma cultural.

Desta plataforma em que acreditamos serem as ciências, as artes e a política as instâncias que expressam o ponto mais alto da manifestação das faculdades do "homem sábio" – *homo sapiens* – pelas quais o diálogo com as questões deste existir

---

<sup>68</sup> De acordo com os estudos de ecologia, as espécies dominantes são aquelas que possuem em todo o coletivo da comunidade, maior biomassa e podem influenciar no controle de outras espécies. Existem várias hipóteses para a existência desse tipo de espécie, uma delas seriam sua capacidade muito superior de competir por recursos e nutrientes e sucesso em doenças e predação. Tais aspectos distintivos são demonstrados por Yuval Noah Harari em relação à espécie humana em seu livro "*Sapiens, uma breve história da humanidade*".

– vida humana – problematiza-se o nosso *modus vivendi*, sempre em busca de respostas mais satisfatórias. Portanto há que se fazer um esforço no sentido de que surjam algumas respostas satisfatórias, que funcionem como um consenso fundamental, a direcionar este existir complexamente imbricado, tão intensamente manifesto nas condições da vida humana na sociedade contemporânea.

O primeiro consenso atual é uma constatação dramática: a espécie dominante adquiriu tal grau de dominância que a sua condição de “produção de biomassa” e utilização de recursos extrapola os limites de resiliência dos ecossistemas planetários. Esta condição de dramaticidade vem se configurando em uma dimensão cada vez mais global e pública, na medida que a reverberação sistêmica deste atravessamento de fronteiras é sentida nos efeitos de alterações no clima, na qualidade do meio ambiente, e no exaurimento de recursos, hoje e daqui por diante, estando a estes outros diversos efeitos associados, como um pacote de questões ambientais imediatamente atuantes sobre as precárias condições de equilíbrio da vida social.

De todas as dimensões em que as faculdades do “homem sábio” o habilitam a agir, a mais determinante sobre seu futuro é a do discernimento, que é aquela que se desenvolve nas contingências que atavicamente vem atuando sobre o próprio desenvolvimento de suas faculdades, e que se realiza a propósito da sua necessidade (e oportunidade) de fazer escolhas.

As escolhas do “homem sábio” necessariamente devem ir além da sua individualidade. A não ser que tenha escolhido viver totalmente retirado dos espaços gregários de seu existir humano, e assim encontrar, como o barqueiro na terceira margem do rio, um espaço de existência totalmente “apartado” (será possível?) das escolhas que outros seres humanos fazem, o “homem sábio” entende que seu saber deverá se ocupar da transcendência. Quanto, e melhor, se ocupar dela, exercendo um cada vez mais “refinado” discernimento, mais suas escolhas lhe trarão os benefícios deste existir transcendente. É assim.

Estas reflexões básicas, não parecem ser, por óbvias, necessárias a um estudo científico. Mas naquela linha de raciocínio do “homem sábio”, matuto, estabelecem o recorrente e sempre necessário retorno àquele famoso paradigma consciencial: que co sô? onco tô? pronco vô?.

Estas perguntas devem, neste momento, estar a se fazerem aqueles que se aplicam à elaboração da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília. Então dedico este ítem deste capítulo a eles. Como se fosse uma carta que atravessando alguma fronteira de isolamento que ainda possa existir, chegasse com minhas contribuições aos “homens e mulheres sábios” que estão aplicados a esta nobre e angular tarefa.

O leitor deve estar se dando conta de que neste momento o trabalho adquiriu, ou assumiu um tom que já vinha querendo assumir. Então encontro motivos para fazer uma “delineação”.

A todo tempo desta escrita adotei uma “formalidade” acadêmica que inicialmente me soou como formalidade, mas em seguida, incorporando o espírito da práxis científica, assimilei e a ela assenti. Ao adotar o discurso em primeira pessoa do plural me dei conta da sua razão: falava por mim e por meus pares. Aqueles com quem estabeleci diálogos intelectuais, dos quais busquei conceitos e posicionamentos em que me referenciei neste trabalho. Ainda que a concordância não seja integralmente obrigatória, considerá-los meus pares me faz respeitá-los enquanto tais, e me propor a falar junto, ou após a eles. Neste momento reverencio e agradeço a todos. Me integro a vocês no projeto “*homo sapiens*” em que compulsória, mas decididamente participamos.

Adoto aqui, neste parêntese, o discurso em primeira pessoa do singular, por dois motivos relativos à singularidade. Um para poder fazer esta explicação. O outro, que se liga a este primeiro, é para fazer valer sobre mim mesmo, a premissa que ora venho defender neste capítulo – entendendo-a como necessária a trajetória dos homens sábios – que desde o *australopithecus afoensis* vem aprendendo a “olhar para o lado e parar para pensar”. E ato contínuo, começar a formular estas sempre revisitadas questões (com uma pequena inversão de ordem que as contingências introduzem): on co tô?, que co sô?, pron co vô?..... Desta última desdobra outra (Como?) que se desdobra em tantas outras (com quem, por que, pra quê, quando....etc....) e um sem número de possibilidades, que junto com aquela última das primeiras, dizem respeito a dimensão da escolha e do exercício do livre arbítrio (que por sua vez incidem em reavaliações das respostas precariamente estabelecidas a partir das duas primeiras). Resultando assim do exercício mais refinado da

inteligência humana. Diria São Paulo apóstolo: “Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém.”

Este exercício auto-definidor vem a ser, num primeiro ponto, definir o próprio *ethos* – que supõe um compartilhamento de pressupostos, ou crenças.

Assim como os meus nobres pares, a quem endereço “especialmente” estas palavras, tenho crença na transcendentalidade que nos une, e unindo-nos, nos une à natureza, assim, em sua transcendentalidade percebida.

Especialmente àqueles que estão de alguma forma dedicados ao labor da conservação das condições necessárias para sua permanência (da natureza) como elemento referente primordial da cultura, e particularmente aos que hoje estão mobilizados em pensar e encontrar caminhos virtuosos para a longevidade do Parque Nacional de Brasília, venho declarar que participo deste *ethos* por condições de identificação determinadas por uma contingência afetiva - que acredito que a muitos, ou a todos talvez, seja assim, para além de uma crença estabelecida em parâmetros conscienciais de estatuto formal, uma necessidade sistêmica – assim como admito ser para mim, dentro da mais internalizada dimensão retributiva, explicitada em forma de intenção.

A referência afetiva ao Parque Nacional de Brasília remete a uma singularidade, de minha inserção *ética*, por demasiado complexa. Mas, para ser mais sucinto, me basta dizer que quando estive em Brasília pela primeira vez, em 1982, foi a experiência de ter ido tomar um banho nas piscinas de água mineral formadas a partir dos mananciais protegidos pelo Parque, em área quase urbana, contígua a cidade - revestida de um entorno ambiental extremamente agradável, protegido, com sinais de uma perenidade inviolável - que selou em mim a decisão de escolher a cidade para ter nela esta experiência radical: uma Cidade-Parque, que tem, entre outros, um parque com piscinas de água mineral alcançadas por uma travessia em meio a uma vegetação ciliar de cerrado preservada, como este, estava, como ainda está, para além do paradigma de urbanidade ao que eu me referenciava. Quando, quatro anos mais tarde, despertei andando por uma superquadra a caminho do trabalho, transido pela natureza onipresente na cidade, sentindo-me radicar, como uma árvore do cerrado, nesta paisagem tão a mim intensamente dialógica, vi que

aquela experiência de urbanidade ressoou de tal forma em minha complexidade *ethica* que aquele questionário *ethico* matuto havia encontrado caminhos com respostas. E as outras respostas, que às outras perguntas derivantes, minhas escolhas foram construindo a partir daí, me proporcionaram a transcendental satisfação de estar aqui, onde, no momento em que escrevo estas linhas, estou.

Por isto, faço uso deste parêntese, para declarar - se é que declarado já não estava - que minhas motivações ao escrever este trabalho são idiossincraticamente afetivas. E que foi esta dimensão retributiva que condicionou, em um plano “transcendental”, esta escolha.

Assim como as desejo aos meus pares. Que para além das angústias que nos impulsionam, vejamos estas questões *ethicas* ou *éticas* sendo respondidas, a medida que a transcendentalidade recuperada da nossa cultura, e da natureza como aspecto integrante, de certo modo “atávico”, fundador dos nossos mais primários laços, nos resgate, homens e mulheres sábios que somos, ou supomos ser – lembrando que assim somos na dimensão conjuntural da espécie: *homo sapiens*.

O *ethos* próprio de uma Unidade de Conservação poderia ser visto a partir de uma perspectiva sociológica, ou antropológica, como a composição de elementos culturalmente constitutivos de uma comunidade que tenha com este “território” a sua existência associada, em processo, valendo-se desta circunstância cultural-espacial como elemento significante matricial, e a partir dela, em conjunturas e contingências que nela operam também como elementos significantes, expressos ou não, por eventos culturais, traduzidos em vários contextos e em vários padrões operativos, como marcos deste existir associado a que chamamos vida social. Também atuam neste contextos eventos de origem “natural”, estes podendo ser até mais perturbadores, mas em geral tendendo a uma maior estabilidade.

Por tratar-se de uma instituição com aspectos *sui-generis*, tanto no que diz respeito à sua territorialidade e suas funcionalidades - e para além das suas características explicitamente institucionais, às quais uma comunidade de pessoas a princípio estabelecem vínculos de ordem eminentemente profissionais, laborais, ordinários - a sua espacialidade, ou o que nela se desenvolve ao largo da intervenção humana, é o seu próprio objeto administrativo e constituidor de suas finalidades. Os

vínculos laborais, pois, a princípio, extravasam da ordem burocrática cotidiana para uma apropriação necessária das atividades que se exercem por toda esta contiguidade territorial. Somando-se a isso a condição presumida de que as atividades tem por objetivo a proteção e a conservação das formas de vida ali estabelecidas, esta contiguidade se manifesta também em termos culturais – as formas de vida no contexto ecossistêmico de uma Unidade de Conservação adquirem uma dimensão de contiguidade ao próprio auto referenciamento dos trabalhadores e trabalhadoras dedicados a este mister.

A configuração de uma dimensão cultural fundada em vínculos solidários, que evocam uma dimensão de transcendentalidade presente em fins, que condicionam as mediações (onde hipoteticamente deviam também se presentificar), é um outro aspecto a ser apreendido em sua relevância, em suas forças e fraquezas, neste contexto em que localizamos o *ethos* do Parque Nacional de Brasília.

As tensões presentes, entretanto, vindas de divergentes crenças que integram o corpo comunitário envolvido neste *ethos*, se manifestam de diversas formas. Desde as definidoras (ligadas aos fins, e à matriz, esta apresentando menor grau de divergências) como as operativas (ligadas ao agenciamento dos meios, as mediações). Estas últimas, hipoteticamente, deveriam resultar, no maior grau de responsividade possível, em ações ordenadamente consecutivas àquelas primeiras, na ampla extensão de suas aplicabilidades (responsividade conceitual, responsividade prática, de manejos, comunicacional e administrativa).

Definir os princípios é necessário. Ser fiel a eles, primordial.

Os atos legais constitutivos de uma “Unidade de Conservação”, além de serem uma tradução de entendimentos transcendentais que prefiguram as normas, desde as maiores, ou primárias (constitucionais) às que delas derivam, são marcos estabelecidos na conjuntura da sociedade que cercam determinada entidade de definições, responsabilidades e garantias. Tais garantias são tão mais admitidas e exercidas pelo Estado na medida da necessidade, da oportunidade, da urgência, e do reconhecimento, que no Estado repercute, por parte da sociedade, da relevância da sua existência expressa em suas definições, e da responsabilidade com que a instituição se ocupa, no exercício de suas atividades, da persecução ao atendimento

aos objetivos que decorrem de suas definições. É possível que, diante desta percepção de relevância, a própria sociedade, por meios alternativos ao Estado, ou a ele associados, desenvolva formas de aderir às circunstâncias administrativas, financeiras, e operativas da instituição com instrumentos de participação, estes já admitidos e previstos nas normas.<sup>69</sup>

Tal circunstância aplicada ao *ethos* institucional do Parque Nacional de Brasília agrega elementos de transitividade institucional que dizem respeito á presença de elementos orbitais ao que seria o seu *ethos* primário.

No âmbito do trato das questões ambientais no País, essas “contingências orbitais” são significativamente presentes, traço marcante da forma como se estabeleceu o campo, nos trânsitos entre o teórico, o político, e o institucional (este mesmo trabalho é uma demonstração disso). O campo foi forjado no Brasil, em circunstâncias sociais, políticas e históricas que o conformaram com uma dimensão de “campo foco e agregador” muito a ele, de forma especialmente singular associada. As tensões advindas de espectros diferentes de percepção e posicionamentos sobre as “definições”, se não se manifestam tão divergentes, expressam perspectivas de mediações com matizes diferenciados.

Os contextos atuais em que estas mediações necessitam ser ordenadas, dirigidas e aplicadas, ressoam ainda de um cenário político severamente adverso.

Uma formulação que expresse sinteticamente e integre os programas a esta dimensão de transcendência, afirmada em seus elementos constitutivos, por meios que a ela sejam correspondentes, expressando, para além de contextos circunstancialmente ou cronicamente adversos, a fiel vinculação aos seus estatutos fundantes, e presentifiquem os aspectos subsumidos de sua validação social, pelos quais o Estado ou a Sociedade - ou co-agenciamento destas duas instâncias- revistam os seus propósitos das garantias necessárias para consecução dos seus objetivos, é,

---

<sup>69</sup> No artigo 5 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, entre as diretrizes ali estabelecidas podemos ressaltar as que determinam a participação efetiva das comunidades locais no processo de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, e que sejam buscadas “o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão de unidades de conservação;” (BRASIL, 2002)

por todas as considerações previamente postas, fundamentalmente necessário - esta é a oportunidade que se apresenta atualmente com a Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília.

Há que se pensar em estratégias. A história do campo no país demonstra quão necessárias e profícuas tem sido estas “angulações”.

Uma circunstância que aponta como central ao debate neste plano de manejo ora em elaboração são aquelas relativas aos uso público das áreas do parque, em face ao recorrente debate de alternativas para melhorar a gestão com o recurso à sua concessão a exploração pela iniciativa privada, que é tese defendida no âmbito do atual governo, aos moldes de outros Parques Nacionais cuja gestão tem sido concedida no país.

No que já podemos verificar neste trabalho, em razão da alta frequência de visitantes primordialmente vinculada ao uso das piscinas de água mineral, em circunstância que onera a administração do parque, sem contrapartidas compensadoras (econômicas ou culturais, nos sentidos presumidos de sua função ambiental), a concessão, ou, como anteriormente referida, terceirização da exploração das atividades recreativas, vem sendo objeto de debate ao longo dos anos.

A terceirização do uso público, em especial na área das piscinas, causa polêmicas. A possibilidade vinha sendo noticiada pela imprensa, setores da sociedade se opunham e políticos tomaram a causa para si. Os ânimos acirraram-se diante de um plano cujas propostas não haviam sido debatidas e, tampouco, endossadas pelo corpo técnico do Parque, nem retificadas por outros órgãos envolvidos. O plano previa, por exemplo, uma trilha e uma ciclo-trilha (cujos percursos atravessariam com balsa a Barragem) e o estabelecimento de mirantes e circuitos com passagem de micro-ônibus próximos à estação sismológica, sem consulta à Caesb nem à Universidade de Brasília/UnB. (HOROWITZ, 2003, p. 260)

Este debate ainda ocupa a primazia entre os assuntos, sendo entre eles o que nos parece mais objeto de controvérsias. Demonstração disto foi a divulgação recente de uma nota dirigida ao Ministério do Meio Ambiente e ao ICMBio pela Funatura com ponderações e recomendações para o tratamento do tema no âmbito da atual Revisão do Plano de Manejo. Após arrolar uma série de motivos que fazem do Parque Nacional de Brasília uma área de relevante importância dentro do contexto de preservação no Distrito Federal e no Bioma, a nota marca a posição da entidade sobre o tema:



Um dos valores de se preservar os ecossistemas naturais, por meio de um Parque Nacional, é o respeito à existência das demais espécies do Planeta Terra, além do Homo sapiens. Entendemos ser este um valor ético. É imperativo que haja áreas protegidas sem a presença humana. Por isso a importância da Proteção Integral. Quanto maior for a Zona de Preservação do Parque Nacional de Brasília, melhor para os demais seres vivos originários dessa porção de Cerrado. (Funatura, 2021)

Ainda que não tenhamos conhecimento do teor dos debates, e das tendências de solução desta questão, a nota da Funatura (de 21/09/2021) revela a emergência do tema. Tal questão, como historicamente Horowitz demonstrou, tem uma recorrência que expressa entendimentos divergentes no âmbito do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Brasília, será tocada nas propostas que supõem relativos ao uso público do parque, das quais nos ocuparemos, entre outras a ela correlacionadas, no próximo item deste capítulo.

A seguir então, apresentamos nossas contribuições, estabelecidas a partir do campo da Museologia, advindas das percepções construídas sobre o objeto deste estudo, ao longo da sua elaboração.

### **3.3 E quem a onça não comeu, ficou vivo pra contar a história.....**

Se é verdade que há privilégio da Arquitetura em inserir fragmentos de utopia na realidade, será da Museologia o privilégio de re-encená-los, à luz de outros tempos.

Nos interessa partir para estas reflexões de uma posição declarada por Abdala (2002) em referente trabalho, já amplamente recorrido no desenvolvimento deste estudo, e que tem abordagem a que muito consideramos valiosa para o desenvolvimento de nossas argumentações: a abordagem socioecológica, com que distingue seu trabalho, e em direção a qual – notadamente no que diz respeito ao objeto deste estudo, o Parque Nacional de Brasília - a perspectiva sócio-espacial identificada na urbanidade de Brasília, em uma perspectiva ambiental, tem diálogos estabelecidos. Diálogos conceituais que se conformam desde uma posição, para além de apenas uma causalidade generativa, em que se apresentam nesta relação, desta última em relação a primeira, elementos fundantes comuns.

Em situação peri-urbana, o Parque Nacional de Brasília está sendo "engolido" pela metrópole de Brasília. Conjectura-se que na raiz dos problemas do Parque Nacional de Brasília reside a "ignorância" e o comportamento inadequado da estratificada população brasiliense. As limitações e "ignorância" do meio científico-

institucional complementam a angústia que aflige os gestores do Parque, interessados na manutenção da integridade ecológica deste. Avalia-se que uma pretensa propriedade emergente, denominada sustentabilidade do Parque Nacional de Brasília, só poderá ser alcançada quando o Parque for entendido, percebido e simbolizado como um meta-sistema, onde integra-se a totalidade da população brasiliense no seu padrão de organização ecológico (socioecossistema). (ABDALA, 2002, p. 9)

De uma forma bem concisa, sintética, própria das primeiras definições constantes de um resumo de um trabalho, estas afirmações de Abdala, (de 2002, mas que guardam com a atualidade, significativo grau de representatividade) nos servem de referencial nuclear para as elaborações pelas quais pretendemos consolidar, em um *corpus* integrado, os exercícios elaborativos, de construções de “vínculos significativos”, até aqui empreendidos. Retornando aqui ao que já viemos ao longo do trabalho pontuando: da perspectiva da Museologia, há que se reencenar utopias, por que, por intermédio desta reencenação, os aspectos distintivos que adquiriram permanência em bens referenciais reconhecidos como patrimônio, trazem a luz da contemporaneidade as dimensões “transcendentes” que tais “feitos, obras e palavras” lograram revelar, para além do tempo próprio da sua consubstanciação enquanto obra, em sua perenidade enquanto símbolo.

Nesta condição, entendemos que a construção da capital se manifestou por uma fenomenologia imagética peculiar e fecunda: a de ser referencial para um pretendido reestabelecimento, em outros parâmetros conceituais, e a outros, até então estabelecidos, articulados, para uma possível reformulação de uma condição identitária, ao passo que apresenta pela realização de uma utopia construída, materializada (os fragmentos de utopia inseridos na realidade pela arquitetura, a que se refere Manfredo Tafuri), “viabilidades inovadoras no campo das interações entre a sociedade e a espacialidade urbana”.

No que nos interessa para efeito deste estudo formular, situamos a “Cidade-Paisagem” identificada por Jucá (2003) como portadora de referenciais simbólicos que integram à monumentalidade arquitetônica-urbanística, pelo recurso a alguns componentes de linguagem, estético-paisagísticos, com que estes campos operam, a natureza, na medida em que reapresentam o ambiente, o meio “natural não edificado”, manifestado na paisagem, como um fator renovado de apreciação e

convívio no espaço urbano, distintivo, enquanto experiência totalizante, no caso do Plano Piloto de Brasília.

Reapresentar esta dimensão à contemporaneidade, para além dos paradoxos que esta realidade “capital” vive hoje, nos termos das conjunturas desagregadoras da sociedade com que, desde sua criação, a cidade convive, acreditamos ser uma abordagem cultural importante. O diálogo da cidade com a paisagem do seu entorno nos remete a valores de percepção ambiental em processo de incorporação pela sociedade moderna (do século XX), no momento de sua concepção e implantação, ao passo que, no caso específico de Brasília, remete a admissão de referenciais identitários, em que aspectos da “interioridade territorial” do país participam como elementos singulares, evocados com um propósito cultural.

Por estarmos convencidos de que esta dimensão participa com determinada centralidade distintiva do conceito implantado pelo Plano Piloto de Brasília, admitimos que a cidade construída a partir de um “gesto fundador” teve a oportunidade de se desenredar dos códigos simbólicos de urbanidade dominantes de nossa cultura, e inaugurar outros. A cidade moderna, construída a partir de outra plataforma cultural e tecnológica, mas que tinha suas “motivações” fundadas nas utopias humanistas do século XX, inaugurou, nesta dimensão “totalizada” um novo termo de ajuste entre o ser humano e o território – onde os signos da presença desta espacialidade, desta territorialidade, pervadem todo seu urbanismo.

Valores quanto a dimensão paisagística, cenográfica, são desde as primeiras concepções de Parques Nacionais admitidas em suas definições. No que diz respeito a Unidades de Proteção Integral, como o caso do Parque Nacional de Brasília, esta dimensão cenográfica adquire uma representatividade incomum, no contexto da atual “antropização” do mundo. No que diz respeito a Brasília, por razões já aqui ressaltadas neste trabalho, esta distinção se reveste de outros predicativos. Este parque “em situação peri-urbana” que “está sendo “engolido” pela metrópole de Brasília”, conforme o situa Abdala (ABDALA, 2002), tem a nosso ver aspectos que nos cabe, no âmbito conclusivo deste estudo, reafirmar:

- É um espaço de preservação cuja origem está ligada a origem de Brasília, em aspectos culturais, territoriais e ambientais;

- É uma Unidade de Conservação, de proteção integral, a maior em espacialidade contínua urbana na América Latina, representativa dos ecossistemas e da biodiversidade específica do Bioma Cerrado, no Distrito Federal;
- Tem uma vinculação com a cidade, definida pela sua posição, sua centralidade, uma dimensão interativa inescapável, com a população de Brasília e com outras territorialidades e ecossistemas aqui presentes;
- Integra o repertório paisagístico da cidade, de forma especialmente privilegiada;
- Compõe, junto a outras Unidades de Conservação do Distrito Federal, distinguido estatuto de Área Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (sendo entre as outras, a maior em extensão) distinção que confere para além de seu significado biótico, ecossistêmico, outro de relevância, por integrar um conjunto com características e dimensões patrimoniais;
- Possui em sua área de preservação também significativos sítios que contém vestígios já identificados de ocupações anteriores, de significativa relevância para a história de populações humanas em contextos pré-existentes à construção de Brasília;
- E por fim, por todas estas condições distintivas, permanece no contexto da cidade e do Distrito Federal na condição de espaço patrimonial de relevante importância para capital, e a partir do qual muitos aspectos representativos da identidade “natural” e “cultural”, da cidade podem, e devem, ser articuladamente trabalhados e ressignificados, de forma a trazê-lo a ocupar outro patamar de valoração social – que ademais condiga com o valor ambiental que lhe é imanente.

Dentre estas condições elencadas, as que se referem a elemento de representação enquanto ícone cultural-paisagístico e ambiental que o Parque Nacional de Brasília tem a assumir, a nosso ver são as que mais tem bons prognósticos de serem fortalecidas, e que mais vão ao encontro às demandas da sociedade brasiliense em preencher espaços de representação simbólica, referentes a sua identidade, que podem ser explorados tanto a partir de seu referenciamento cultural (associação às histórias do Distrito Federal), e, mesmo dentro deste referenciamento cultural subsumida, ter realçada a sua relevância enquanto enclave

de preservação de ecossistemas e da biodiversidade em área contígua a um espaço marcado pela urbanidade, de um Bioma Cerrado que se apresenta difuso pelas áreas urbanas e que carece de elementos de identificação e valoração.

Neste aspecto voltamos a ressaltar que a presença distintiva da paisagem e dos valores a ela atribuídos na percepção da urbanidade de Brasília estabelece entre a cidade e o Parque Nacional referenciais imagéticos comuns, em que uma continuidade de apreciação paisagística não encontra interrupções significativamente segmentadoras dos espaços, e por esta angulação muitas linhas de vinculação, reciprocidade e solidariedade ambiental podem ser construídas para a percepção de imbricamento entre o Parque, de como ele de fato existe, mas não é identificado (talvez mesmo por esta continuidade).

Entretanto, há elementos de diferenciação-similaridade que podem ser valorizados, recuperando em narrativas que contextualizem a existência do parque em relação a cidade, uma vinculação-diferenciação, que ao mesmo tempo que o distinga na realidade espacial da paisagem, realce em sua existência os elementos desta sua realidade enquanto paisagem, integrante de territorialidade vinculada a história e a cultura de Brasília (no sentido atribuído por Berque à paisagem, de espaço de mediações culturais).

Esta construção deve ser feita pela aplicação de atividades em algumas linhas de atuação, que se desenvolvam em eixos-programáticos concorrentes, mas que deverão ser apropriados em uma unidade de programação cujo objetivo fulcral seja o desenvolvimento de novas sensibilidades em relação ao meio ambiente em sua dimensão ( e interconexões) de Patrimônio Natural e Cultural.

Identificaremos a seguir grupos de conteúdos de trabalho para as atividades de cunho museológico, a título de sistematização, caracterizando alguns eixos de trabalho cujo objeto comum seja esta sensibilização:

1. Eixo das atividades de sensibilização em relação à ecologia e a biodiversidade  
- conteúdos de conhecimentos científicos próprios à apreensão das contingências ecossistêmicas representadas pelo parque, dando ênfase aos papéis, objetivos e especificidades de uma área de proteção integral;

2. Eixo das atividades de sensibilização em relação aos conteúdos históricos - relacionados a história anterior e posterior a existência de Brasília;
3. Eixo das atividades de sensibilização em relação aos conteúdos relativos a paisagem - aspectos cenográficos, estéticos e artísticos, e culturais/etnográficos;
4. Eixo das atividades de sensibilização em relação aos conteúdos relativos as relações urbanidade/natureza - nestes incluídos aqueles relativos as questões territoriais-fundiárias e aos serviços ambientais prestados pelo parque;
5. Eixo das atividades de sensibilização em relação aos conteúdos da crise ambiental contemporânea – ressaltando aspectos relativos a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente e às dimensões de participação social e política;
6. Eixo das atividades de sensibilização em relação ao patrimônio natural e cultural – ressaltando a dimensão de interconectividade dos campos, e voltados para educação patrimonial.

Ressalvamos que tais conteúdos, em tudo, ou quase tudo, convergentes com propósitos a serem perseguidos por atividades de educação ambiental, no campo da Museologia se apresentam com uma abordagem e dimensão programática específica, própria do campo. Dentre estas distinguimos:

1. Constituição de programas de condução de atividades de visitação, apreciação e imersão sensível em ambientes interativos (com auxílio de “tecnologias” museológicas e museográficas);
2. Constituição de acervos que transmitam e cultivem junto ao público a dimensão prática da conservação;
3. Reforço aos aspectos culturais que integram os campos de interação ser humano x natureza;
4. Desenvolvimento de linhas de análise e interpretativas que evidenciem aspectos relevantes das dimensões integrativas entre urbanidade/cultura e meio ambiente/qualidade de vida;
5. Desenvolvimento de um eixo de trabalho de pesquisa histórica, a que o público interessado pode se agregar;

6. Incentivo a apreensão de conteúdos culturais e desenvolvimento de práticas artísticas, com recurso a atividades de sensibilização adequadas, interativas com ambiências (naturais ou construídas) favoráveis a sensibilização;
7. Constituição, organização e implementação de atividades relacionadas a observação da natureza, com constituição de acervos de registros;
8. Incentivo a iniciação científica, por programas associadas aos relacionados no item anterior, e vinculados a outras instituições de Brasília;
9. Criação de espaços de síntese (programações, atividades, eventos e publicações).

Outra linha de trabalho museológico pode ser desenvolvida junto ao corpo funcional da instituição, criando ambientes privativos à memória da instituição e integrados aos ambientes de participação pública. Esta linha de atuação se reveste de importância no sentido de apropriação do patrimônio pela comunidade envolvida, nas perspectivas aventadas pela Museologia Social, inclusive podendo admitir - na medida de uma pertinência e de uma resposta favorável da sociedade, a ser provocada para tal - um processo de educação patrimonial que tenha como metodologia de abordagem a realização de inventários participativos,.

Distinguimos este rol de atividades como típicas de instituições formadoras de espaços interativos e de divulgação da ciência/cultura, exemplificadas por instituições museais cuja áreas temáticas sejam as ciências em geral (de História Natural, de Ciências e Tecnologias, de Antropologia etc.). Também museus de sociedades e organismos ligados a um ramo de atividade relacionada ao uso de recursos naturais – como os museus ligados a Fundação Energia e Saneamento de São Paulo - são uma referência em termos de programação e relacionamento com o público, que pelo histórico e atributos temáticos tem evidente similaridades com as que podem ser desenvolvidas no âmbito do Parque Nacional de Brasília.

Segundo o melhor entendimento das teorias clássicas que definem o campo da Museologia, as atividades típicas de um museu se fundam em três eixos primordiais:

- Conservação
- Pesquisa

- Comunicação<sup>70</sup>

Estes campos se desdobram em outras atividades subsidiárias, como as relativas a constituição do acervo, incluindo políticas de aquisição e normas de relacionamento com outras instituições, manutenção do acervo, empregando técnicas de conservação e acondicionamento. A área da pesquisa, acolhidas tradicionalmente nos museus para dar suporte a atividades acadêmicas e estudos de outra ordem, envolvem também outras atividades, como organização e disponibilização de informações, com formação de bancos de dados sobre o acervo e temáticas afins, incluindo biblioteca de pesquisa nestas instituições desenvolvidas, ou em instituições correlatas ou correspondentes. As atividades ligadas ao eixo da comunicação, que envolvem todas as atividades relativas ao campo da museografia, da expografia, da curadoria - enfim todas que estão diretamente ligadas à realização de exposições, de longa ou curta duração, no âmbito privativo do museu ou em outras instituições e espaços culturais, incluindo-se as que destinam a realização de exposições em plataformas virtuais ou que permitam o acesso virtual às dependências de um museu físico. Também estão incluídas como atividades referentes a este eixo as que se dão direcionadas para o público, acessórias ou não necessariamente vinculadas a uma exposição específica, como monitoria em exposições, realização de eventos culturais no museu ou associados a exposição, mailings, atividades em redes sociais, publicações, e uma série de outras atividades que compõem o chamado plano de educação museal. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) “A educação é uma das funções essenciais a todos os museus”.<sup>71</sup>

Para além das atividades de preservação, conservação e comunicação de seus acervos, é por meio da ação educativa que os museus exercem seu papel na transformação social e na interpretação da cultura e da memória.

Não basta saber o que são os bens musealizados do museu; é preciso compreender seu contexto social junto a uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca.

Assim, a Educação Museal diz respeito aos diversos processos (de ordem teórica, prática e de planejamento) que contribuem para que o museu assuma plenamente sua tarefa de mediador e referencial para a sociedade. O escopo da Educação Museal é formado pelo conjunto das abordagens, das

---

<sup>70</sup> Segundo o conceito que ainda hoje define as instituições museais, inscrita na documentação do ICOM – Conselho internacional de Museus, “O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.” A atual definição de museu está em vigor desde 2007. (ICOM, 2019)



metodologias e das ferramentas próprias ao desenvolvimento das ações educativas realizadas em museus. (IBRAM, s/d)

Ao tocar nesta temática, do relacionamento com o público, encontramos no contexto do Parque Nacional de Brasília motivos para defender que a associação de atividades com abordagens museais, aos programas de educação, recreação e atendimento ao público tem várias dimensões de aplicabilidade e uma série de aspectos favoráveis, que - a depender de acesso a recursos, por meios institucionais e legais disponíveis, ou criação de estratégias de captação a que a entidade possa estar habilitada - se bem incrementada, tem prognósticos de resultar em benefícios concorrentes com os objetivos do parque – objetivos que seguindo as pesquisas e análises feitas no âmbito deste trabalho tem sido considerados como pontos fracos no que diz respeito a eficácia, e até mesmo de estabelecimento de programas e prioridades no que diz respeito ao atingimento das suas metas.

Como pontos fortes para implantação de um programa desta natureza, identificamos:

- Existência de espaços físicos com condições já favoráveis para desenvolvimento de atividades de cunho museal, como o Centro de Visitantes, e outros adaptáveis, cuja utilização seria posta em disponibilidade (galpões e outras edificações que não estão em uso ou subutilizadas);
- Temática com diversas possibilidades de exploração de conteúdo e abordagens, com um apelo de vinculação a questões contemporâneas (ecologia, crise climáticas, patrimônio natural e cultural, etc...);
- Localização com relativa centralidade, e relativa proximidade de áreas nucleares e de distribuição de transporte na cidade (rodoviárias do Plano Piloto, terminal de ônibus da Asa Norte, terminal do metro da asa sul), com rede de vias urbanas bem desenvolvida, que favorecem as alternativas de acesso. Sendo ainda localizado em área peri-urbana, com atrativos diferenciados relacionados a sua localização;
- Referenciamento bem consolidado de sua existência e localização junto a população do Distrito Federal, ligada a imagem de local agradável para

visitação, associada à prática de atividades de recreação e lazer (piscinas e trilhas de caminhada);

- Qualidades ambientais do local;
- Áreas com potencial de visitação pública com grande atratividade por presença de “beleza cenográfica” e interesse espontâneo ou facilmente acionável do público, em razão dos atrativos da biodiversidade do parque;
- Presença de elementos de interesse cultural-histórico, integrantes de um acervo arqueológico do sítio, situados em um contexto de reconstrução de cenários com componentes (localidades, estradas, toponímias) com valor de vestígios históricos que conferem a área do Parque uma dimensão de sítio de preservação histórica.

Fatores que dificultariam a implantação e desenvolvimento dos programas:

- Deficiências de instalações e estrutura de redes de comunicação;
- Deficiências de recursos humanos;
- Regamentos administrativo condicionado a regimes da Administração Pública, burocratizados e submetidos a diversas contingências para contratações, implementação de programas e outros que os ritos da administração pública determinam;
- Necessidade de redimensionamento das estruturas de atendimento aos visitantes, como banheiros, áreas de descanso, e alimentação, e outros tipos de apoio a visitação pública, que deverão ser previstos com alguma dispersão espacial pelo parque, a depender do aproveitamento pretendido de áreas de visitação;
- Resistências que houverem na comunidade, incluindo funcionários, técnicos, membros de organizações ambientais e outras entidades participantes do Conselho Consultivo do Parque e outros;
- Divulgação, e campanhas públicas tendenciosas, via imprensa e outros meios, com propósito de “denúncia” de projetos com intenção de “exploração” de recursos do parque.

Desde de o florescimento da tradição iluminista, no século XVIII, na tradição da ciência baseada em pesquisa experimental , de campo, ocupada por naturalistas,

viajantes, pesquisadores e descobridores de outros mundos, os museus de Ciências e História Natural e Antropologia se constituíram em sedes para realização da pesquisa científica e organização das coleções formadas pelas atividades dos cientistas do campo.

No Brasil tradicionais instituições tem uma história de décadas e séculos dedicados a pesquisa, com formação de importantes acervos e de gerações de pesquisadores cuja atividade aplicada ao campo remetem aos fundamentos da pesquisa e da produção científica nacional. O Museu Nacional do Rio de Janeiro (1808), o Museu Emílio Goeldi, no Pará (1864) e o Museu Paulista (1894) são exemplos notáveis representantes desta tradição. (MACHADO, 2005)

No Brasil, os museus do século XIX estiveram entre as instituições privilegiadas de pesquisa científica e tecnológica, aliadas ao processo de institucionalização das Ciências Naturais. (MACHADO, 2005, p. 138)

Segundo Franco e Drumond, esta tradição também teve papel importante na formação de um pensamento e de uma política ambientalista nacional, em que museus foram centros irradiadores de um nascente pensamento conservacionista, na linha da prática científica e denúncia da necessidade de proteção contra a devastação da natureza. (FRANCO & DRUMOND, 2012).

O discurso conservacionista [...] surgira antes[...] enunciado por umas tantas instituições e por um punhado de autores (Mello Leitão, Corrêa, Sampaio e Hoehne) e seus alunos. Algumas instituições eram científicas, como o MNRJ, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Museu Paraense Emílio Goeldi. (FRANCO & DRUMOND, 2012, p. 19)

Estas instituições, também enquanto museus, foram tradutoras de determinados discursos, que em seus arranjos e concepções manifestavam ao público um fazer e uma narrativa museal própria, condizente com o lugar social e cultural ocupado pelas instituições.

Os Museus de História Natural, de Ciências e de Antropologia foram determinantes no desenvolvimento do saber científico no mundo desde o século XVIII, e no Brasil nos séculos XIX e XX. Estes ambientes privilegiados de pesquisa e desenvolvimento da ciência, já não possuem mais este status olímpico reconhecido pela sociedade de academia dos mais altos saberes - de onde vem sua influência

determinante nas primeiras formulações presentes no embasamento científico e ético-moral de movimentos como o preservacionismo-conservadorismo do início do século XX no Brasil). Haja vista o incêndio que acometeu o Museu Nacional do Rio de Janeiro em 2018, que destruiu o prédio e significativa parcela do seu acervo.

Ainda que não gozando do mesmo prestígio em outros tempos atribuídos socialmente a estas instituições, permanecem como ponto de referência e depositários de acervos importantíssimos para a pesquisa e para a guarda, conservação e disponibilização para a sociedade de bens que, ao serem admitidos como objetos de um acervo ou coleção, adquirem esta dimensão de existência para além de sua materialidade, da sua existência ordinária, e transmigram para um espaço de representações, um espaço além da sua existência material reduzida ao em si do objeto, um espaço “transcendente”.

Um dos aspectos – e o mais “perturbador” - em que se manifesta o agenciamento das instituições museais sobre a sociedade e a cultura é o que definimos por processo de musealização. Por intermédio desta “metamorfose simbólica”, algo que era passa ser ele mesmo em outra instância. Essa alquimia cultural é um dos processos cuja efetividade se dá no campo das mediações- o mesmo espectro cultural (da *mediance*) a que Berque se refere para dar conta de seu conceito de paisagem.

Entendemos que os componentes de uma paisagem estão transidos por um agenciamento cultural, da mesma forma que objetos se transformam em acervo, por uma operação simbólica. É claro que esta operação não é fortuita ou aleatória. A carga simbólica de um objeto não se estabelece discricionariamente. Ela é produto de uma série de agenciamentos que se consubstanciam em operações simbólicas. Podemos afirmar que um objeto agenciado culturalmente em um processo de musealização é uma ponte entre o mundo ordinário e esta instância transcendente, onde as forças que operam esta transubstanciação são a memória, o discurso ideológico e as narrativas justificadoras ou fundadoras de um organismo social (comunidades, grupos de várias ordens, estados, agremiações religiosas, etc).

O discurso ambientalista também aciona suas referências transcendentais. Em relação ao meio ambiente, à natureza, aos ecossistemas, à biodiversidade se evoca

um status de “matriz da vida” que ultrapassa a nossa existência individual e nos recoloca enquanto espécie.

De fato só mesmo atribuindo a nossa capacidade de impactar o mundo a uma contingência “de espécie” podemos alcançar a dimensão pragmática da inserção de nossas realidades individuais num conjunto de forças que se configuram acima de nós, capaz de construir realidades, espaciais-urbanas, paisagens, como Brasília, ou desconfigurar totalmente outras - como as do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, após a tragédia socioambiental do rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Mariana.

Por isso quando colocamos a pergunta “Que espécie de *homo sapiens* somos nós, andando eretos sobre os pés?”, propomos refletir sobre a responsabilidade, reafirmada todos os dias, por bilhões de seres humanos, a nós atribuída por uma escolha que nossa espécie fez por nós. Não acredito que seria possível não fazê-la, no contexto em que foi feita. Mesmo porque foi feita inadvertidamente. Mas as outras milhares de escolhas que desta decorreram, e que ainda decorrem, cabe a nós fazê-las, enquanto não transidos pela eminência de uma erupção vulcânica, de uma severa seca e escassez de alimentos, e outras contingências de trauma ambiental dramático.

Acreditamos ser esta a pertinência cabível a qualquer propositura humana na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Nacional de Brasília encontra-se integrado ao Conjunto Arquitetônico Urbanístico de Brasília por ligações que se expressam na percepção da paisagem, enquanto campo cultural de mediações, conforme o corpo conceitual elaborado por Augustin Berque para o estudo dos fenômenos admitidos como objetos deste campo da geografia.

Estas ligações se expressam no âmbito das realidades sensíveis, que reportam às dimensões neste estudo abordadas, relativas à percepção ambiental, e das relações simbólicas constituidoras dos campos do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural – por isso mesmo, abordadas no campo das representações sociais, ou seja, da cultura.

Arquitetura, Urbanismo, Patrimônio e Museologia, são campos desde sempre inter-relacionados. Dizemos isto, por que nesta ordem (pelo menos cronologicamente), há uma relação generativa entre eles.

As áreas do estudo do Patrimônio Natural já se apresentavam delineadas no contexto dos estudos da Geografia e da Arquitetura desde o século XIX, mas não ocupavam centralidade nos debates – talvez face à primazia que, desde tempos anteriores a estes, se dava ao debate em torno das dimensões culturais do Patrimônio. De certa forma esta primazia se deveu também pelas características próprias dos objetos, monumentos, documentos, obras artísticas, que tradicionalmente ocuparam o foco dos interesses “nacionais” de preservação e conservação, cuja permanência implica em cuidar dos suportes materiais em que se dá a realização destas obras - suportes, em maior ou menor grau, percebidos secularmente como suscetíveis de degradação.

A emergência do campo do Patrimônio Natural vem se dando na medida em que a degradação imposta pela atividade humana sobre o suporte comum a estes ambientes – a espacialidade territorial, em que se manifesta a paisagem – avança. Na medida do avanço desta degradação, vem avançando com ela, ou em face a ela, a percepção da complexidade ambiental, ecossistêmica, dos “suportes” degradados, o que trouxe à percepção das sociedades humanas a atual gravidade com que, na medida da ocorrência dos efeitos de uma ação antrópica global desestabilizadora do

equilíbrio destes ecossistemas, compromete-se um legado - esse sim, universalmente transcendente, manifestado em sua mais diversa e magnífica fenomenologia, que é a biodiversidade. A este “legado”, que poderíamos aqui definir como Patrimônio Natural, que manifesta-se neste “suporte” comum, cuja realidade transcende mesmo à todas as culturas, em suas particularidades e construções simbólicas – o planeta Terra – e à decorrente e inevitável obrigação de preservação, que às sociedades humanas cabe equacionar, a humanidade (condição cultural e econômica de ocupação do planeta empreendida pela espécie dominante *homo sapiens*) deve render-se em sua dimensão tributária.

Esta percepção, de suporte totalizante de toda a nossa dimensão cultural de existência já vem se instituindo por intermédio de consensos internacionais, estabelecidos principalmente no âmbito da Organização da Nações Unidas e da Unesco, que vem definindo e ampliando esta percepção da relação “tributária” da humanidade aos seus patrimônios.

Ao passo que essas percepções se disseminam, outras contingências culturais se estabelecem e avançam conjuntamente. Referimo-nos ao avanço das ciências, principalmente os propulsionados pelo desenvolvimento das ciências do campo ecológico-ambiental, que vem condicionando uma permeabilidade das fronteiras do pensamento humano. Fronteiras que se estabeleceram ao adentrar da humanidade na era do conhecimento e da razão científica, por necessidade operacional de sistematização, para o desenvolvimento das pesquisas e estudos nos diversos campos da prática científica.

Uns após outros estes campos vieram se abrindo, como um leque de experimentações, e como uma árvore de possibilidades investigativas. Em campos co-existentes ou em ramificações de campos abertos à investigação, a “Babel” das ciências se instalaria, não fosse a adoção de normas e padrões de creditação da atividade científica adotados pela comunidade científica no mundo (em que pese que algumas atividades sob ação de determinados “preconceitos” são desvestidas de qualquer possibilidade de creditação – mas essa é outra discussão).

Entretanto, se examinarmos a diversidade do universo conceitual, expresso em especificidades terminológicas no mínimo “apavorantes” para uma pessoa não

versada naqueles temas, esta realidade em muito reporta ao episódio bíblico. Lembrando aqui, como na referência que fizemos à experimentação do mundo da linguagem pela criança, que a apreensão de um termo para um significado é a forma cultural mais elementar de apropriação. Como se vai falar para alguém que algo é seu, se nem consegue falar o que este algo é?

Talvez desenvolvida nesta plataforma de apropriação, a cultura, e assim como ela a ciência (esta, abrandada pelos limites mais rigorosos de uma ética) nesta dimensão encontremos as imbricações entre o conhecimento (pelo menos em sua dimensão operacional) e o individualismo que marca nossas sociedades contemporâneas.

Passando do plano das conjecturas ao que resultou do exame empreendido no âmbito deste trabalho, chegamos a algumas conclusões. Pelas quais reporto-me aos vínculos conceituais e reflexivos com autores com que dialoguei.

Laurent Vidal é um historiador francês (por tanto um brasilianista) a cujo trabalho referenciei o principal eixo da investigação histórica que suportou o desenvolvimento do meu processo de apreensão da história simbólica de Brasília. Em que pese que esta referência maior e quase exclusiva a um único autor deixe o resultado deste percurso passível de algumas ponderações e problematizações que não pude fazer, resigno-me a admitir esta condição, a qual não atribuo tamanha impropriedade, dada ao reconhecimento do valor da obra de Vidal nos meios acadêmicos, e a própria contingência limitadora, e especialmente justificada pelo propósito não-investigativo no campo da história a que este trabalho precisou se ater. Neste aspecto, aproveito para fazer referência ao comprometido e atento acompanhamento da orientadora da realização deste trabalho acadêmico, Profa. Dra. Ana Lúcia Abreu Gomes, e as contribuições valiosíssimas que recebi (mas que nem a todas tive condições de me reportar) do pesquisador, mestre e doutor em História, Wilson Vieira Jr., e de Elias Manoel, mestre em História, responsável pelo setor de pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal.

A estes estudos, a partir destes referenciais, associamos outros no campo da arquitetura e do patrimônio, citados no texto, que proporcionaram a maior



compreensão dos aspectos culturais e simbólicos da arquitetura no que diz respeito a Brasília.

O conceito de cidade-paisagem, que já vinha sendo enunciando no âmbito das primeiras elaborações teóricas procedidas, e a partir do qual estabelecemos o campo teórico fundante das reflexões, encontramos no trabalho de Jane Monte Jucá (2005), em sua tese "*Les réalités et potentialités des paysages de Brasília. Des mythes fondateurs oubliés à l'invention d'un patrimoine mondial*"<sup>72</sup>, cujo marco conceitual-teórico se referencia em teóricos do campo da geografia cultural, entre eles Augustin Berque. Neste trabalho, datado de 2005, encontramos, proposto pela autora, este conceito de "cidade-paisagem" para definir a urbanidade de Brasília.

Este marco conceitual veio a ser o elo pelo qual alinhavamos a argumentação ao longo do trabalho. Esperamos ter sido bem sucedidos.

A apreensão dos sentidos dos conceitos desenvolvidos neste campo se apresentou como uma possibilidade fecunda, mas também uma novidade em termos de referenciais para o pensamento. Na compreensão das abordagens e reflexões estabelecidas neste campo, viemos estabelecendo inter-relações com outros conceitos já familiarizados no campo da Museologia, e que com outros que foram se apresentando, por uma oportunidade que considero no mínimo feliz, de encontrar trabalhos desenvolvidos no campo que vou chamar, sem muito conhecimento terminológico, de uma sócio-ecologia-cultural.

Neste campo nos referimos aos estudos de Guilherme Abdala (estes particularmente importantes por estarem baseados no mesmo objeto de estudo, o Parque Nacional de Brasília) e o também muito importante relacionamento conceitual-teórico que conseguimos estabelecer com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Centro de Desenvolvimento Sustentável pelo Professor Doutor. José Luiz Andrade Franco, que bem nos subsidiou nos diálogos que estabelecemos com Abdala e outros autores.

---

<sup>72</sup>As realidade e potencialidades das paisagens de Brasília. Dos mitos fundadores esquecidos a invenção de um patrimônio mundial - em tradução livre do autor

Os estudos de paisagem, no campo da Geografia Cultural, por todas as interrelações detectadas com as reflexões feitas com o campo da sócioecologia, evidenciaram, e deram substantivo amparo teórico para a compreensão do Parque Nacional de Brasília, neste interregno que representa a intersecção dos conceitos de Patrimônio Natural e do Patrimônio Cultural, como elementos que integram as reflexões que atendem as proposições de ressignificação desta Unidade de Conservação no âmbito do referencial simbólico agregado a Brasília. Esta ressignificação tem obviamente um propósito de valorização, e abre promissores campos para uma atuação museal associada aos já pressupostos programas de formação de consciência ambiental no âmbito do Parque Nacional de Brasília, em que estão envolvidas atividades de educação e de interpretação ambiental – a que podemos atribuir um sentido de pertinência a agregação a estes de atividades de educação patrimonial e de percepção cultural de cenários (desenvolvidas a partir das reflexões do campo dos estudos da paisagem).

Estudando os contextos complexos das políticas ambientais, da formação de uma cultura de preservação-conservação no Brasil, no que diz respeito especificamente a criação e implantação de Unidades de Conservação, as reflexões que pudemos desenvolver nos permitiram identificar e caracterizar - em alguns aspectos manifestados e significativos para nossos propósitos de observação – da conformação de um *ethos* específico do Parque Nacional de Brasília. Sobre este *ethos* é que consideramos uma possibilidade de intervenção cultural própria do campo da Museologia. No contexto das reflexões acima relatadas, cabe salientar o suporte teórico fornecido pela leitura da tese de Christiane Horowitz, da qual obtivemos imprescindível contextualização, com valiosa reflexão teórica, do Parque Nacional de Brasília nos que diz respeito a sua formação e consolidação como Unidade de Conservação.

Concluindo, o conjunto cultural do Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico de Brasília foi criado e se consubstanciou com a marca indelével de um momento de inflexão cultural na sociedade brasileira. Nas fronteiras de uma utopia, muitas dimensões de outras utopias a ela estão associadas. No caso de Brasília, as “permeabilidades” de fronteiras são um signo cultural que se referencia na paisagem, e se espraia sobre ela. O seu referencial significante, de Cidade-Parque, estabelece

conexões imediatas com o seu entorno ambiental e paisagístico. A sua concepção de cidade modernista adota conceitos que com este espraiamento estabelece referenciais simbólicos que remetem a dimensão territorial, espacial e paisagística do país.

O Parque Nacional de Brasília ocupa posição privilegiada, conquanto emblemática, neste contexto – a despeito do que de seu enclave territorial resulta em ônus à sua existência enquanto Unidade de Conservação. A Reserva de Cerrado nele contida, para além dos atributos inegáveis relacionados a dimensão de proteção de parcela representativa que resiste com certo grau de “heroísmo” a degradação avassaladora deste Bioma, contém uma carga simbólica sub-avaliada pela sociedade, e subdimensionada pelas instituições e pelo estado, que desconhece ou pouco conhece (com exceção de alguns grupos e indivíduos com vínculos mais estreitos) a extensão de sua realidade territorial e de seus significados culturais.

Propor novos parâmetros de avaliação, que se desdobrem em reposicionamentos, institucionais, educativos, avaliativos, e em seu amplo termo, culturais, fazendo eco e agregando novos elementos de reflexão ao que já vem sendo estabelecido por outros autores que tiveram o Parque Nacional de Brasília como objeto de estudo, foi o propósito nuclear deste trabalho.

Esperamos tê-lo atingido, em benefício do projeto *Homo Sapiens* do qual participo.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme Cardoso. *Uma Abordagem socioecológica do Parque Nacional de Brasília: estudo de caso*. Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. *A sociedade brasiliense e a integridade ecológica do Parque Nacional de Brasília*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2000.

BENEVIDES, Maria Vitória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Os Anos JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 9-22.

BERTRAN, Paulo. A história e o Parque Nacional de Brasília. In: IBAMA/FUNATURA. *Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília*. Brasília: IBAMA, 1998.

BRASIL, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 10/10/2021

BRASIL, Ibama, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#historico> acessado em 12/10/2021

CAMARGO, Angela Ricci, Serviço Florestal do Brasil, jun. 2019. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário da Administração Pública Brasileira*. Primeira República. disponível <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/801-servico-florestal-do-brasil> acessado em 10/10/2021

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA / REDE BRASILEIRA DE RESERVAS DA BIOSFERA. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*, instituído e regido pela Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 - Caderno nº 18, 2ª edição ampliada. São Paulo, 2004.

COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Superintendência do Iphan no Distrito Federal / Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Brasília, 2018.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão exploradora do planalto central do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/574202>. Acessado em 15/10/2021.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. A conservação das florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955. *Revista de História*, São Paulo, v. 133, p. 103-115, 1995.

DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. O legado do urbanismo moderno no Brasil. Paradigma realizado ou projeto inacabado? *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 006.05, Vitruvius, nov. 2000 – disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/958> - acessado em 02/10/2021

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. In: *História*, v.32, n.2, São Paulo, 2013, p. 21-48. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/LZyXDZjgmVh4ssHfPPNrGHd/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 12/10/2021

\_\_\_\_\_. Patrimônio Natural e Cultural, direitos humanos e direitos da natureza. In: Doris Sayago *et al.*. *Por um saber ambiental: a natureza em meio a riscos, crises e políticas ambientais*, Rio de Janeiro: Garamond, 2015

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et. al.(orgs). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, p. 333-366

FRANCO, José Luiz de Andrade, SCHITTINI, Gilberto de Menezes, BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ, [S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 233–270, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>. Acesso em: 15 out. 2021.

FRANCO, Marcos Bevilacqua de Andrade, FRANCO, José Luiz de Andrade, CUNHA, André. Ecoturismo, Conservação da Natureza e *Deep Ecology*: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência. In: *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 10, n.2. 2021. Disponível em <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p97-115> Acesso em 19/10/2021

FUNATURA, Nota da Funatura sobre a revisão do plano de manejo do arque Nacional de Brasília (PNB), Brasília, 2021. Disponível em <https://www.funatura.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Nota-Funatura-PNB-Set-2021.pdf> Acesso em 21/10/2021

GDF, Sema avança em experiência inovadora no Lixão da Estrutural. Agência Brasília, 2020, Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/05/26/sema-avanca-em-experiencia-inovadora-no-lixao-da-estrutural/> Acesso em 16/10/2021

GOMES, Ângela de Castro. O Brasil de JK > O movimento sindical urbano. In: CPDOC/FGV. O governo de Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentoSindicalUrbano> acessado em 10/09/2021

GOMES, M. A. A. de F. Cultura urbanística e contribuição modernista: Brasil, anos 1930 - 1960. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, [S. l.], v. 4, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1691>. Acesso em: 15 out. 2021.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens - uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

HOROWITZ, Christiane. *A sustentabilidade da biodiversidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional de Brasília*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2003.

IBRAM, s/d, disponível em <https://sabermuseu.museus.gov.br/educacao-museal/> Acesso em 21/10/2021

ICMBio. *Guia do Participante*. Oficina do plano de manejo do Parque Nacional de Brasília. Brasília, 2021.

IBGE. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro. IBGE, 2004. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4730.pdf> Acesso em 09/10/2021

IBGE. *Atlas Nacional do Brasil*. Mapa de Biomas – 2010. Disponível em [https://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas\\_nacional\\_do\\_brasil\\_2010/2\\_territorio\\_e\\_meio\\_ambiente/atlas\\_nacional\\_do\\_brasil\\_2010\\_pagina\\_89\\_biomass.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas_nacional_do_brasil_2010/2_territorio_e_meio_ambiente/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_89_biomass.pdf) Acesso em 22/10/2021

IPHAN. Paisagem cultural. s/d. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/> Acesso em 15/09/2021

JUCÁ, Jane Monte. La dimension naturelle d'un paysage monumentalisé: réinventer la singularité de Brasília. *L'Homme & la Société*, n. 145, p. 89-109, Éditions L'Harmattan, 2002/3. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-l-homme-et-la-societe-2002-3-page-89.htm> Acesso em 02/10/2021

\_\_\_\_\_. Princípios da Cidade-Parque: categoria urbana concebida no Plano Piloto de Brasília. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 10, n. 113.01, Vitruvius, dez. 2009 – disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.113/1824> Acesso em 22/10/2021

\_\_\_\_\_. Realidades e potencialidades das paisagens de Brasília: dos mitos fundadores esquecidos à invenção de um patrimônio mundial. In: LEITÃO, Francisco, org. *Brasília: 1960 – 2010: passado, presente e futuro*. Brasília, Terracap, 2009

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo, Edusp, 1993

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves

(Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p.137-149.

MARIA, Yanci Ladeira. *Paisagem: entre o sensível e o factual - Uma abordagem a partir da geografia cultural – Dissertação: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia – USP, 2008.*

NAPOLITANO, M. A música brasileira na década de 1950. *Revista USP*, n. 87, p. 56-73, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i87p56-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13830>. Acesso em: 15 out. 2021.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 282-295, ago. 2007 – disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10925/8616> Acessado em 02/10/2021

OLIVEIRA, Rômulo Andrade de. *Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso – Dissertação: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2008.*

OSHIYAMA, Sâmia Diniz. *A viabilidade ambiental de assentamentos urbanos no entorno de unidades de conservação. O caso do condomínio Mini-Granjas do Torto - Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília - Brasília, 2007*

QUINTÃO, Angela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. In: *Brasil Florestal*, nº 54. p. 13-28. Brasília, 1983

\_\_\_\_\_. Patrimônio Natural: utilitarismo versus ética ecológica. In: SPHAN/Pró-memória. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº19, p. 49-52, Brasília, 1984.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília-patrimônio. Cidade e arquitetura moderna encarando o presente. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.07, Vitruvius, out. 2012. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4547> - acessado em 02/10/2021

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007

RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. (org.) *Ethos Humano e Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Baracoa, 2019. Disponível em <https://unisalesiano.com.br/lins/wp-content/uploads/2020/09/Ethos-Humano-e-o-mundo-contemporaneo.pdf>. Acessado em 12/10/2021

RBMA, Reserva da Biosfera do Cerrado. Disponível em [http://www.rbma.org.br/mab/unesco\\_03\\_rb\\_cerrado.asp](http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cerrado.asp) Acessado em 10/10/2021

VARINE, Hugues de. *As Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre, Ed. Medianiz, 2013.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIEIRA JR., Wilson Carlos Jardim. *Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de memória*. – Dissertação: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB, 2010.

ZEE-DF. *Atlas Ecológico e Econômico do Distrito Federal*. Brasília: SUGAT/SEM, 2018-2019. Disponível em: [https://experience.arcgis.com/experience/b8ca6689093647e3aa5b798d9a33f931?view=view\\_55%2Cview\\_60](https://experience.arcgis.com/experience/b8ca6689093647e3aa5b798d9a33f931?view=view_55%2Cview_60) Acesso em 09/10/2021